

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades
quilombolas: os casos em Mandira – SP e Campinho da Independência - RJ**

Andréa Yumi Sugishita Kanikadan

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2014**

Andréa Yumi Sugishita Kanikadan
Bacharel em Administração de Empresas

**Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em
Mandira-SP e Campinho da Independência-RJ**

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI**
MARQUES

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

Piracicaba
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Kanikadan, Andréa Yumi Sugishita

Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira – SP e Campinho da Independência - RJ / Andréa Yumi Sugishita
Kanikadan . - - Piracicaba, 2014.

161 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

1. Políticas públicas 2. Comunidades tradicionais 3. Quilombos 4. Desenvolvimento local 5. Bem-estar I. Título

CDD 301.31
K16a

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

DEDICATÓRIA

As vidas só são possíveis pela existência de outros. A minha só foi possível graças aos meus pais. Dedico esta tese a eles, Paulo (in memoriam) e Hideko, pessoas fundamentais em mais essa conquista. Sem eles, eu não teria chegado aqui.

Finalizar esta tese me fez compreender que o desenvolvimento como liberdade passa por escolhas que vão desde nossa vida pessoal até a profissional. Este trabalho é o resultado das escolhas que fiz.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Paulo Eduardo Moruzzi Marques, porque aceitou o desafio de me orientar nesta nova temática, abrindo portas para novos caminhos na carreira profissional. O estágio doutoral na França, em Toulouse, merece ser lembrado, pois representa uma das grandes realizações que tive. E todo o aprendizado possibilitado, no início, durante e especialmente no final desta tese.

À FAPESP, pelo apoio financeiro, o que me permitiu realizar esta tese, a partir da dedicação integral aos estudos com uma extensão à França. Quero reforçar o privilégio que tive, por meio das bolsas de estudo no. 2010/05115-2 e 2012/07292-4.

Às comunidades quilombolas do Mandira e Campinho da Independência, que autorizaram a coleta de dados nos fornecendo informações preciosas para a realização deste estudo.

À minha querida amiga e irmã Paula, que me auxiliou em pequenas intervenções nas discussões sobre a tese e seu eterno carinho.

Ao Ro, pelo convívio, aprendizado, companhia e paciência em momento tão singular este de finalização da tese.

À meu companheiro de campo, Rafael José Navas e minha equipe, pelas discussões em campo e após.

Aos professores da ESALQ, Maria Elisa e Odaléia, pelas contribuições na qualificação e durante o curso.

Aos professores franceses pela orientação no período do estágio doutoral em Toulouse, Martine Guibert e Michaël Pouzenc.

À Mara Casarin, por todo o seu apoio desde o início desta tese.

À minha orientadora do mestrado, Ana Cristina Limongi França sobre o valor do ser humano.

Aos colegas distantes Fer, Giovanna, Mainé, Valen e Gustavo pelo apoio na minha estadia na França. E à Morgane pelas aulas de francês.

À Vivi, ao Lê, ao Manoel, e agora ao Fabinho, pela existência em minha vida.

Aos eternos amigos, distantes ou próximos, Angela, Rosa, Carlos, Tica, Pá, Ana, Dori, Pate, Jibil e Caio.

Aos queridos Lourdes e Moacir pelo apoio durante minha vida em Piracicaba.

Aos queridos Neli e Jacque pelo apoio total neste final de tese e início de novas atividades.

Ao coordenador do curso de Administração Pública da UFAL, professor Fabiano Santana Santos pela compreensão em relação à finalização desta tese.

Aos alunos do quarto e sexto período do curso de Administração Pública da UFAL, por compreenderem minha ausência.

E, finalmente a todos aqueles que deixei de mencionar, mas que de alguma forma contribuíram para a concretização desta tese.



Esboço para A Negra, 1923 lápis e aquarela s/ papel 23.4 x 18 cm. Coleção Mário de Andrade, IEB-USP (BATISTA E LIMA, 1998)

Sumário

RESUMO	9
ABSTRACT.....	11
RÉSUMÉ	13
LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	25
1.1 Crítica ao progresso.....	25
1.2 Noção de desenvolvimento para além do crescimento econômico	29
1.3 O Desenvolvimento como liberdade	32
1.3.1. A Teoria das capacidades	36
1.3.2 Críticas	40
1.3.3 Mesmo assim, sua aplicação.....	42
1.4. Desenvolvimento Territorial e Sustentável	43
CAPÍTULO 2 - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	53
2.1 O Processo de Modernização – Impactos nas Comunidades Tradicionais.....	55
2.2 Os Quilombolas no Litoral Sudeste.....	57
2.2.1 Trajetória histórica – Da Escravidão à Marginalização	57
2.2.2 A Formação dos Quilombos.....	60
2.3 Os quilombolas nos anos recentes.....	62
CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	65
3.1 A pesquisa interdisciplinar qualitativa	65
3.2 Técnicas de pesquisa utilizadas	69
3.3 Análise dos Dados.....	75
Capítulo 4 - O Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA	79
4.1 PROGRAMA NO VALE DO RIBEIRA: ESTRUTURAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MANDIRA	85
4.1.1 A fase i do PD/A	87
4.1.2 A fase ii do PD/A	89
4.1.2.1 OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO	91
4.1.2.2 PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA	95
4.1.2.3 DESENVOLVIMENTO E SAÚDE	104
4.1.2.4 CONFORTO E SEGURANÇA	114
4.2 PROTAGONISMO JUVENIL NO FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NA PROMOÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA PARA PRODUÇÃO DE POLPA ALIMENTAR	119
4.2.1.1 OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO	126
4.2.1.2. PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA	128
4.2.1.3 DESENVOLVIMENTO E SAÚDE	131
4.2.1.4 CONFORTO E SEGURANÇA	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	149
ANEXOS.....	159

RESUMO

Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos de Mandira-SP e Campinho da Independência-RJ

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar duas experiências de projetos de desenvolvimento local, no âmbito do Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PD/A-MMA), na comunidade quilombola no município de Paraty (estado do Rio de Janeiro) e na comunidade quilombola de Mandira, município de Cananéia (estado de São Paulo). Trata-se de identificar os impactos socioculturais, econômicos e ambientais desses projetos nas comunidades envolvidas, sobretudo, no que diz respeito à melhora de suas condições de vida, ao cumprimento dos objetivos inicialmente estabelecidos e ao atendimento das expectativas das populações envolvidas. Os dados foram obtidos por meio de realização de entrevistas e observação participante nas comunidades estudadas e fontes secundárias. Com estas fontes, retomamos o debate relacionado às críticas a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, considerando os questionamentos acerca da centralidade da economia como princípio organizador da vida social a fim de avançar em reflexões sobre o desenvolvimento local, dando ênfase à concepção segundo a qual maior participação da sociedade constitui meio pertinente para melhorar a qualidade de vida das pessoas. O nosso estudo mostra que o apoio de políticas públicas é importante para o desenvolvimento como liberdade, especialmente quando se considera a participação e o envolvimento das pessoas beneficiárias, pois podem definir o que desejam e no final do processo estão aptas a avaliar o que os projetos trouxeram à comunidade. Mesmo com seus limites, o PD/A renova os papéis atribuídos aos agricultores quilombolas, pois os pressupostos do projeto fundamentam-se em novas práticas: na comunidade Mandira, existe um plano de manejo que determina regras para extração da ostra, baseados em estudos sobre sustentabilidade com a comercialização por meio de uma cooperativa e, no Campinho da Independência, com a coleta da juçara, incentiva-se a incorporação dos princípios da agroecologia. A sinergia criada pelos projetos é um ponto a salientar. Diversas outras iniciativas se desenvolveram com vistas a alimentar ações iniciadas com os PD/As em Mandira e no Campinho da Independência. Trata-se de um processo, cujos resultados serão mais visíveis no longo prazo. Em ambas as comunidades é evidente o aprendizado obtido com as experiências, garantindo maior conhecimento do processo produtivo no qual estiveram envolvidos, maior articulação com os diversos atores, certa consciência ambiental. Assim, é possível notar o desenvolvimento de capacidades nas comunidades pesquisadas, ainda que exista uma certa dependência em relação aos recursos do Estado.

Palavras-chave: Políticas públicas; Comunidades tradicionais; Quilombos; Noção de desenvolvimento; Bem-estar

ABSTRACT

Public actions for local development in quilombolas communities: the cases in Mandira-SP and Campinho da Independência-RJ

This study aims to analyse two experiences of local development projects in quilombolas communities, considering the Demonstrative Projects from the Ministry of Environment (Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente - PDA/MMA), Campinho da Independência in Paraty (Rio de Janeiro) and Mandira, in Cananéia (São Paulo). We intend to identify the socio-cultural, economic and environmental impacts in the communities involved in these projects, especially with regard to improving their living conditions, the fulfillment of the goals initially established and the meeting of expectations of the populations involved. Data were collected through secondary sources and interviews and participant observation in the communities studied. The debate regarding the critics to the notion of development as synonymous of economic growth are present in this study, considering the questioning about the centrality of the economy as the main principle of social life. This discussion is followed by thoughts on local development, emphasizing the greater participation of society as important aspects to improve the quality of people's life. Our results show that the public policies support is important to the development as freedom, in regard to the attendance and involvement of the beneficiaries, due to the fact that they can establish what they wish in order to be capable of evaluating which results the project brought effectively to the community. Even with its limits, the projects renew the roles attributed to the quilombolas farmers, because of its main conceptions. They are based on new practices: in the Mandira community, there is a management plan which determines rules to the oyster extraction, according to sustainability studies and the trading process through a cooperative organization; in Campinho da Independência, the juçara collecting process incentives the incorporation of agroecology principles. The synergy created by the projects is something to emphasize. Many other initiatives were developed in order to fortify the actions started with the PD/As in Mandira and Campinho da Independência. This is a process, whose results will be visible in the long term. In both communities it is evident the learning process acquired through the experiences, guaranteeing a greater knowledge of the productive process in which they have been involved, generating more contact with the other actors and an environmental conscience. In this way, it is possible to notice the capabilities development within the communities studied, even if there is a dependence of the state's resources.

Keywords: Public policies; *Quilombos*; Traditional communities; Concept of development; Well-being

RÉSUMÉ

Les actions publiques pour le développement local des communautés *quilombolas*: les cas de Mandira-SP et Campinho da Independência-RJ

Cette recherche vise à analyser deux expériences de projets de développement local, dans le cadre des projets démonstratifs du sous-programme du Ministère de l'Environnement (PD/A-MMA), dans la communauté *quilombola* « Campinho da Independência » à Paraty (état de Rio de Janeiro) et dans la communauté *quilombola* « Mandira » à Cananeia (état de São Paulo). Il s'agit d'identifier les impacts socioculturels, économiques et environnementaux de ces projets sur les populations impliquées, en particulier en ce qui concerne l'amélioration de leurs conditions de vie, la réponse aux attentes formulées et l'accomplissement des objectifs initialement fixés. Les données ont été recueillies grâce à des sources secondaires, des entretiens et l'observation participante dans les communautés en question. À partir de ces éléments, nous cherchons à enrichir les débats en cours dans la littérature scientifique sur la critique de la notion de développement comme synonyme de croissance économique. La remise en question de la centralité de l'économie en tant que principe organisateur de la vie sociale et les réflexions sur le développement local mettent l'accent sur le fait qu'une plus grande participation de l'ensemble de la société au processus de développement constitue un élément fondamental pour améliorer la qualité de vie de tous. Notre étude montre que le développement comme liberté dépend également de l'appui des politiques publiques, en particulier quand l'implication effective des bénéficiaires leur permet de définir ce qu'ils désirent et, à la fin du processus, les rend plus aptes à évaluer ce que les projets ont apporté à la communauté. C'est sur le long terme que les résultats d'un tel processus sont réellement visibles. Dans les deux communautés en question, l'effet d'apprentissage collectif est évident, car les projets ont permis une meilleure connaissance du processus productif dans lequel elles sont impliquées, une articulation plus effective entre les différents acteurs et l'émergence d'une certaine conscience environnementale. Ainsi, on observe que les communautés étudiées acquièrent de nouvelles capacités et connaissances, bien qu'il subsiste une certaine dépendance aux ressources de l'État.

Mots clés: Politiques publiques; Les communautés traditionnelles; *Quilombo*; Notion du développement; Bien-être

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Esquema da tese 23
- Figura 2 – Teoria das capacidades 39
- Figura 3 – Anúncio de escravos fugidos no jornal O Liberal de Minas de 03 de julho de 1868 58
- Figura 4 - Roteiro de entrevista 75
- Figura 5 – Categorias analisadas 77
- Figura 6 - Mapa do PD/A no Estado de São Paulo 83
- Figura 7 - Mapa do PD/A no Estado do Rio de Janeiro 84
- Figura 8 - Quilombo do Mandira 85
- Figura 9 - Viveiro de ostras 88
- Figura 10 – Estação depuradora da COOPEROSTRA 88
- Figura 11 – Faixa etária por sexo 89
- Figura 12 – Grau de escolaridade das pessoas do sexo feminino 90
- Figura 13 – Grau de escolaridade das pessoas do sexo masculino 91
- Figura 14 – Ostras no viveiro 97
- Figura 15 – Trilha para a cachoeira 103
- Figura 16 - Cartaz de divulgação da festa 112
- Figura 17 - Cartaz de divulgação da Festa de Santo Antônio 113
- Figura 18 - Quilombo Campinho da Independência 119
- Figura 19 – Localização da comunidade Campinho da Independência em relação à Paraty Campinho da Independência 121
- Figura 20 - Associação de Moradores do Quilombo do Campinho 125
- Figura 21 - Plantio de muda de palmeira juçara 138
- Figura 22 - Coleta do fruto de palmeira juçara 138
- Figura 23 - Beneficiamento do fruto da juçara 138
- Figura 24 - Despoldadeira do fruto da juçara 138
- Figura 25 - Polpa da juçara 139
- Figura 26 - Artesanato da comunidade 139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise
AMOQC	Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CE	Comissão Executiva
CEC	Comissão Econômica Europeia
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
COOPEROSTRA	Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananeia
DfID	<i>Department for International Development</i>
EAACONE	Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras
FFEM	Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOE	<i>Friends of the Earth</i>
FUBRA	Fundação Universidade de Brasília
FUNBIO	Fundo Brasileira para a Biodiversidade
G-7	Grupo dos sete países mais ricos do mundo
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
GTZ	Agência de Cooperação Técnica da Alemanha
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio-ambiente e Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACO	Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitário
IDESC	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
IPEMA	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica
ISA	Instituto Socioambiental
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>

KfW	Banco de Desenvolvimento da Alemanha
LEADER	<i>Liaisons Entre Action de Développement del'Economie Rurale</i>
MABE	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio-ambiente
NUPAUB/USP	Núcleo de populações de áreas úmidas Brasileira da Universidade de São Paulo
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PD/A	Projetos Demonstrativos do Tipo A
PD/B	Projetos Demonstrativos do Tipo B
PD/C	Projetos Demonstrativos do Tipo C
PED	Projeto de Execução Descentralizada
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNSB	Parque Nacional da Serra da Bocaina
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal
PRODESQUE	Projeto de Monitoramento e Controle de Desmatamento e Queimadas
ProManejo	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
ProVárzea	Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
REMA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mandira
RESEX	Reserva Extrativista
RTF	Rain Forest Trust Fund
SEPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SINTRAVALE	Associação de trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul – Sub-sede Cananeia
SPRN	Subprograma de Políticas de Recursos Naturais
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento pautado estritamente no crescimento econômico vem sendo amplamente questionado nas últimas três décadas, sobretudo, após as experiências neoliberais dominantes a partir dos anos 1990. De um modo geral, essa crítica integra profundamente as esferas econômica, ambiental e sociocultural. Na esfera econômica, salienta-se que, ao invés da esperada redução das desigualdades e pobreza, houve maior concentração do poder econômico e crescimento da exclusão social (CHESNAIS, 1996; HIRST, 1998; MOREIRA, 2000; ARAÚJO, 2001). A esfera ambiental remete ao esgotamento de recursos naturais não-renováveis e à degradação ambiental resultantes da super-exploração e da poluição causada pelas atividades industriais. A esfera sociocultural refere-se ao fato de tal concepção de desenvolvimento pressupor e impor modos de vida pouco atentos aos anseios das pessoas e aspectos socioculturais, como noções particulares de boa vida e desenvolvimento (SAHLINS, 1997).

A crítica a essa noção de desenvolvimento provém de outras linhas de pensamento, identificadas genericamente como pós-desenvolvimentistas, que questionam a centralidade da economia como princípio organizador da vida social. Nesse sentido, autores como Arturo Escobar (2005) atentam para a necessidade de se ‘revalorizar’ as culturas, isto é, os conhecimentos e as práticas locais, as vozes e as preocupações daqueles que devem se beneficiar diretamente do desenvolvimento. Trata-se de articulá-los aos conhecimentos tecnocientíficos, criando diferentes discursos e representações, novas práticas de saber e fazer que definem o desenvolvimento, com o intuito de “construir mundos mais humanos”, cultural e ecologicamente sustentáveis.

Nesta perspectiva, os chamados “povos e comunidades tradicionais”, cujos modos de vida e pensamento têm sido ameaçados pelo fato de desconhecerem as regras impostas pelas organizações estabelecidas pela economia global, poderiam ter outra sorte. Trata-se de populações desfavorecidas no contexto da tradição autoritária da sociedade brasileira (NEVES, 2001). Tais populações sempre estiveram na periferia do desenvolvimento econômico, como concebido até então. Mais recentemente, porém, com o advento de novas noções de desenvolvimento, mais atentas a questões ambientais e socioculturais, elas se deslocaram para o centro das discussões e experiências em curso. Passaram a se relacionar diretamente com atores da economia mundial, instituições governamentais e não governamentais, pesquisadores, conservacionistas e militantes políticos, entre outros (CARNEIRO DA CUNHA E ALMEIDA, 1999).

Uma das questões que introduziram os chamados povos e comunidades tradicionais na pauta

das discussões pós-desenvolvimentistas foi sua presença em unidades de conservação. É que os países pioneiros na criação de unidades de conservação reproduzem o “mito da natureza intocada”, a fim de proteger a vida selvagem ameaçada pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza (DIEGUES, 2008), definindo que dentro de tais unidades não cabia a presença humana. Contudo, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, que só recentemente criaram suas áreas de preservação e conservação, a situação encontrada obrigou a repensar a relação entre o homem e o meio em tais áreas. Constatou-se que há populações que detêm certos conhecimentos que são importantes para a conservação do meio ambiente. Daí a necessidade de fortalecê-las e auxiliá-las a utilizar novas estratégias no uso dos recursos.

Neste quadro, a pesquisa aqui proposta tem como objetivo geral analisar duas experiências de projetos de desenvolvimento local vinculados ao Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PDA-MMA), com vistas ao fortalecimento das populações envolvidas. São elas: o “Plano de estruturação da reserva extrativista de Mandira”, envolvendo uma comunidade quilombola, no Vale do Ribeira, município de Cananéia (SP) e o “Protagonismo juvenil no fortalecimento das comunidades quilombolas e na promoção da palmeira juçara para produção de polpa alimentar”, envolvendo comunidades quilombolas do município de Paraty (RJ), Angra dos Reis (RJ) e Ubatuba (SP). Trata-se de identificar os impactos socioculturais, econômicos e ambientais desses projetos no seio das comunidades envolvidas, sobretudo, no que diz respeito à melhora de suas condições de vida, ao cumprimento dos objetivos inicialmente estabelecidos pelos projetos e ao atendimento das expectativas das populações envolvidas. Em poucas palavras, trata-se de examinar em que medida esses projetos de desenvolvimento local têm melhorado as condições de vida das populações numa perspectiva sustentável, considerando o desenvolvimento como liberdade proposto por Amartya Sen (2000). Nossas principais questões se referem ao grau e o modo de participação das comunidades (“população-alvo”) em todas as etapas de formulação e implementação dos respectivos projetos; à avaliação que essas populações fazem dos projetos em relação a melhorias na qualidade de vida (geração de renda, uso racional dos recursos disponíveis) baseado nas discussões recentes sobre conservação, (re)produção de seus modos de vida e expectativas em relação a esses projetos; ao alcance dos objetivos previamente estabelecidos, particularmente, no que tange o desenvolvimento sustentável, isto é, do uso de recursos disponíveis e impactos sobre o meio ambiente, como em consonância com os modos de vida das populações envolvidas; os principais problemas enfrentados e eventuais soluções encontradas para enfrentá-los; à identificação dos tipos de atividades que se inscrevem num quadro de mudança de paradigma da atividade agrícola (aquela cujas ideias são contrárias às atividades de caráter produtivista); à

coexistência espacial de modelos alternativos de atividades nos territórios com outras formas mais produtivistas.

Assim, nossa hipótese admite que o reconhecimento das especificidades territoriais, considerando atividades que levem em conta a conservação da natureza, favorece o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000). O reconhecimento das especificidades territoriais está relacionado àquilo que Bernard Pecqueur (2005) defende sobre o princípio de especificação dos ativos ou a busca pelos recursos próprios ao território. O autor reforça que os recursos presentes em um dado território podem se transformar em ativos, como um produto de um processo de melhoria, resultado de interesses e mobilização de diversos atores. A especificidade territorial, nesta perspectiva, constitui uma chave para um desenvolvimento mais criativo e inovador, fundado em saberes locais.

O estudo e a avaliação de projetos de desenvolvimento junto a comunidades tradicionais se justificam por articularem preocupações contemporâneas relativas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais com a emergência de novos modelos de desenvolvimento. Nelas, os povos e comunidades tradicionais atuam como parceiros na conservação, pois, por conhecerem profundamente a natureza local e dominarem algum ofício relacionado a ela, podem exercer um papel muito importante na sustentabilidade (CARNEIRO DA CUNHA, 2007).

A escolha dessas comunidades baseou-se, sobretudo em dois critérios. De um lado, consideramos sua relativa proximidade aos centros urbanos mais ricos do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Em tais contextos, são comuns os conflitos de interesses, envolvendo preservação ambiental, promoção socioeconômica de comunidades locais e os interesses de grandes empresas do setor agrícola, industrial, imobiliário e/ou turísticos (MORUZZI-MARQUES *et alii*, 2009). De outro, nosso interesse de pesquisa apontava também para o aspecto econômico proposto nesses programas, relativos à geração de renda e melhoria das condições de vida das populações envolvidas.

Com a abertura das estradas de acesso ao litoral do Estado de São Paulo, sobretudo as rodovias BR-116 e BR-101 (Rio-Santos), na segunda metade do século XX, as transformações socioeconômicas, que até então ocorriam lentamente, passaram a ocorrer de modo acelerado, com a chegada do turismo e da urbanização do litoral. Dentre as principais questões enfrentadas por essas populações a partir de então, destacam-se: a criação de Unidades de Conservação e uma série de restrições impostas aos seus modos de vida pela legislação ambiental; a especulação imobiliária e os conflitos fundiários, responsáveis pela drástica redução das áreas de ocupação dessa população, em

grande parte expulsa para os “sertões” e/ou periferias das cidades próximas (SIQUEIRA, 1984); mudanças profundas na atividade pesqueira, relativas às técnicas empregadas, à falta de organização política e pouca participação na comercialização do pescado (BEGOSSI, 1995). Por fim, o avanço do turismo na região provoca mudanças profundas nos modos de vida dessas populações, particularmente, no que diz respeito às relações com o trabalho e a ruptura com o sistema de valores anterior.

Não há dúvidas que o turismo criou novos empregos na região, atrelados a empreendimentos hoteleiros, casas de veraneio e desenvolvimento do mercado local de bens e serviços. Todavia, na maioria dos casos, trata-se de empregos temporários ou sazonais e com baixa remuneração, respondendo pouco às qualificações dos moradores da região. É o caso de empregos na construção civil, na prestação de serviços domésticos, no comércio local e em órgãos públicos. Além disso, os poucos empregos e serviços que exigem qualificação técnica costumam ser desempenhados por profissionais não procedentes das comunidades locais. Em poucas palavras, os trabalhadores que não conseguem mais o sustento por meio da pesca e agricultura familiar são obrigados a migrar para outros setores, prestando serviços como caseiros, arrumadores, faxineiros, porteiros, trabalhadores da construção civil. Por conseguinte, o trabalho individual passa a ser valorizado, em detrimento daquele familiar e comunitário (DIEGUES, 1983; NOFFS, 1988; ISA, 2008).

Além do mais, embora ofereçam renda, esses empregos não parecem oferecer qualidade de vida e atender as expectativas e anseios dessas populações. Prova disso são os inúmeros relatos apresentados em *A Enciclopédia Caiçara* (DIEGUES, 2005) lamentando as mudanças em curso e nostálgicos quanto ao passado. Em linhas gerais, esses relatos mostram o impacto que atividades como a pesca industrial e o turismo provocam sobre essas comunidades, relacionados à perda de identidade e à falta de perspectiva das novas gerações.

As pessoas necessitam das diversas atividades para complementar sua renda, todos os moradores possuem mais de uma função e tem procurado se adaptar visando a sua sobrevivência (PARADA, 2004). Estudos mostram que a renda líquida destes setores produtivos se aproxima – ou em certos casos é até menor – ao rendimento dos salários mais baixos da sociedade na qual estão inseridos (MOREIRA, 2000). Grande parcela da população migra para os centros urbanos, engrossando mais ainda a estatística de desempregados, tal como apontado pelo Atlas da Exclusão Social (2005). Conforme destaca Josué de Castro (2001), as migrações internas saturam os núcleos urbanos, onerando o setor público com os serviços sociais, absorvendo recursos que poderiam ser direcionados ao desenvolvimento dessas populações no próprio meio onde vivem.

De um modo geral, tais transformações ocorrem em todas as comunidades do litoral sudeste

brasileiro, com pequenas variações. Estudos (DIEGUES, 1983; NOFFS, 1988; ISA, 2008) destacam ainda que mesmo os empreendimentos voltados ao chamado “ecoturismo” favorecem pouco às comunidades locais, já que muitas das atividades promovidas estão desvinculadas da vida dessas comunidades, presas a estereótipos que o “homem urbano” imagina ser o modo de vida “tradicional” dessas populações.

Enfim, é apresentado abaixo um esquema sintético da tese. Trata-se de destacar os aspectos desenvolvidos em nossa trabalho, ao longo das próximas linhas.

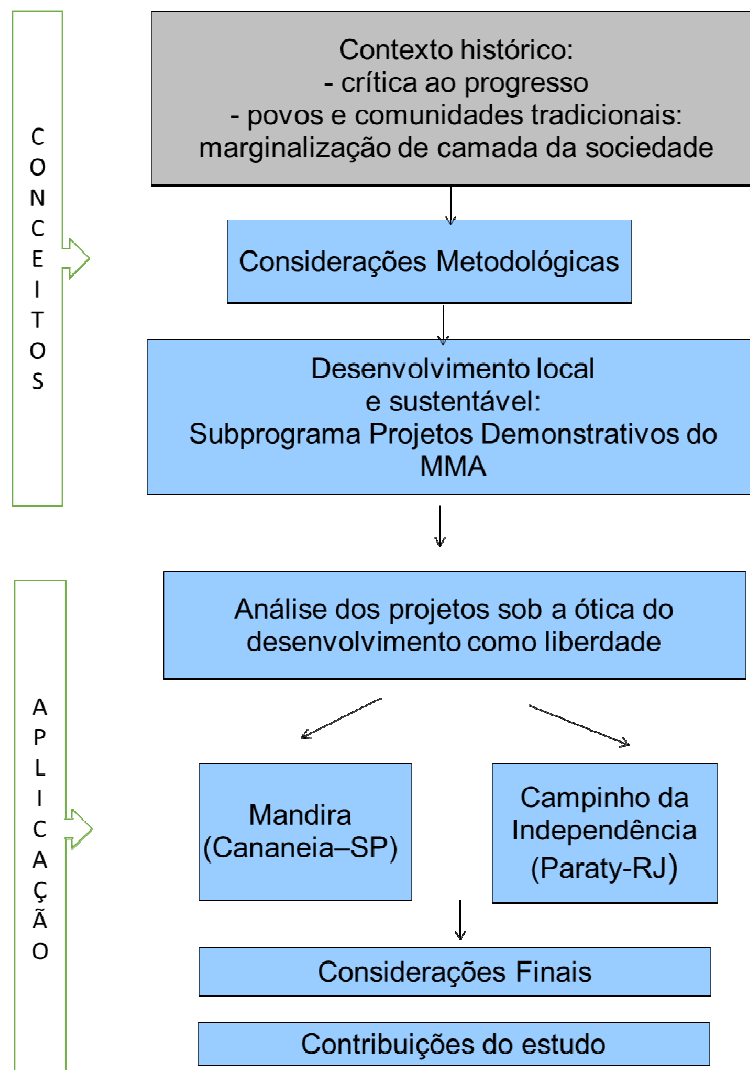


Figura 1 - Esquema da tese

CAPÍTULO 1 - NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

1.1 CRÍTICA AO PROGRESSO

Neste item, a ideia é discorrer um pouco sobre os momentos em que a crítica ao progresso foi marcante. Assim, primeiramente abordaremos um momento da história europeia onde se processou essa crítica, já que, o progresso é um ideal até hoje muito perseguido pelas nações. Isto posto, falaremos do percurso tomado pelo Brasil e seus desdobramentos atuais.

Até 1914, a Europa vivia um clima de muita euforia, sem lugar para uma crise. Caracterizou-se como um período clássico do imperialismo, onde as colônias prosperavam, em uma etapa que especialistas chamaram de segunda colonização. Estava ocorrendo a expansão de mercados, ou seja, a economia parecia crescer infinitamente, tendo sido um período marcado pelas descobertas científicas, aumento de invenções científicas (telefone, eletricidade, cinema, automóvel, avião, indústria química...). Na saúde, houve a difusão das vacinas e dos antibióticos, o que favorecia a expansão demográfica.

Com o crescimento dos mercados, as grandes potências buscavam os monopólios comerciais, acirrando as tensões políticas. Assim vieram a primeira grande guerra, a crise de 1929 e a segunda guerra mundial, disseminando uma expectativa frustrada do crescimento. Isto porque, esses conflitos foram, em grande medida, resultados da disputa de mercado que ocorria no mundo, ou seja, em função de interesses econômicos. A partir desses eventos, constatou-se que aquilo que era chamado de progresso, poderia regredir, especialmente na forma como impactou às pessoas; nessas guerras conheceu-se o poder da ciência, o uso de armas, como por exemplo, a bomba atômica, mostrando que caminhávamos para a destruição da humanidade. Toda aquela ideia de civilização como sinônimo de progresso, democracia e bem-estar passou a ser questionada. Pensadores como Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) oriundos da Escola de Frankfurt¹, passaram a questionar o que era o progresso.

Cornelius Castoriadis (1987) resume o que levou à crise do progresso:

“a I Guerra Mundial, depois, após curto interlúdio, a Grande Depressão, a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa e a manifesta inevitabilidade de uma nova guerra mundial, todos parecendo demonstrar que o sistema era ingovernável, provocaram um colapso da ideologia oficial. A ‘crise do progresso’ era o tema dos anos 30.”

1 Axel Honneth (2003) enfatiza que “Escola de Frankfurt designa antes de mais nada uma forma de intervenção político-intelectual (mas não partidária) no debate público alemão do pós-guerra, tanto no âmbito acadêmico como no da esfera pública entendida mais amplamente” (HONNETH, 2003; p.08).

(CASTORIADIS, 1987; p. 139)

No Brasil, a ilustração brasileira ocorreu no século XVIII, principalmente na agricultura, pois nossa elite rural indo se formar em Coimbra, trouxe os conhecimentos das ciências naturais e de outras áreas mais técnicas, com esse intuito de conhecer a fauna e a flora do país, importantes para se levantar produtos interessantes e comercializáveis, buscando o lucro com promessas de ganhos (DIAS, 1968).

Fernando Lourenço (2001) traça um histórico do período brasileiro neste setor, que data de 1765 e adentra o século XIX, onde se presenciou tal euforia. Refere-se à Ilustração brasileira para designar o período onde houve projetos de reforma da agricultura com um intenso “fomento à produção, reforma das técnicas agrícolas, intensificação dos sistemas de cultivo e aumento da produtividade”. Tratou-se de uma reforma racional com uso de tecnologia moderna, onde houve a “criação de uma verdadeira Doutrina Agrônômica”, a qual permitiu que “a nossa tão atrasada agricultura” prosperasse. A ideologia do progresso se fazia presente com a valorização do trabalho, o fim da escravidão, as práticas da agricultura que utilizavam a adubação, o arado, produção camponesa, ensino agrícola, e assim, a sociedade se civilizava pela ciência. O autor destaca que são “tópicos que se inauguram em tempos coloniais e persistirão nas sucessivas proposições dos projetos de reforma da agricultura brasileira”. Comenta sobre o “caso exemplar de São Paulo”:

“(…) No caso exemplar de São Paulo, a ideologia do progresso unificou as frações da classe dominante. (...) A institucionalização do progresso técnico-científico na agricultura paulista se dá simultaneamente com as mudanças advindas da expansão cafeeira. Ao lado das ferrovias, da diversificação do capital, das mudanças na relação de trabalho e da urbanização crescente, processa-se também a luta de republicanos, liberais e positivistas pela construção de um Estado laico e soberano, fundado nas luzes da ciência e das técnicas modernas” (LOURENÇO, 2001).

Por outro lado, houve quem criticasse este ideal, pois no entender de pensadores como Sérgio Paulo Rouanet (1987), esta forma de pensamento, vem em função da dominação e é vista como perigosa.

“Sua fé (da Ilustração) na ciência é denunciada como uma ingenuidade perigosa, que estimulou a destrutividade humana e criou novas formas de dominação, em vez de promover a felicidade universal. A crença no progresso expôs o homem a todas as regressões. Seu individualismo estimulou o advento do sujeito egoísta, preocupado unicamente com o ganho e a acumulação” (ROUANET, 1987).

A noção de liberdade, tão almejada pelo homem com a ciência, provocou sua opressão em diversos sentidos:

(…) “A Ilustração acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e tolerância, que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para que nos libertássemos do reino da necessidade,

através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem, e não o de um saber cego, seguindo uma lógica desvinculada de fins humanos. Sua moral era livre e visava uma liberdade concreta, valorizando como nenhum outro período a vida das paixões e pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pelo Estado, o fiel não fosse oprimido pela religião, e a mulher não fosse oprimida pelo homem. Sua doutrina de direitos humanos era abstrata, mas por isso mesmo universal, transcendendo os limites do tempo e do espaço, suscetível de apropriações sempre novas, e gerando continuamente novos objetivos políticos.” (IDEM, 1987)

Este pensamento voltado para o progresso teve impactos na economia do país, pois até a década de 1960, o conceito de desenvolvimento confundia-se com o de crescimento econômico. Assim, o grau de desenvolvimento de um país (ou comunidade) era avaliado conforme sua riqueza material, o Produto Interno Bruto (PIB), sem considerar a distribuição de renda, orientando tanto políticas desenvolvimentistas, favoráveis ao intervencionismo estatal, como aquelas baseadas na liberdade e eficiência dos mercados.

Todavia, uma vez que o crescimento econômico de países periféricos como o Brasil, não se traduziu, de modo geral, em maior acesso a bens materiais e culturais pela população pobre, as pressões políticas e sociais levaram a distinguir as noções de crescimento econômico e desenvolvimento, refinando esta última.

Celso Furtado (1974) e Oswaldo de Rivero (2003) denominaram essa noção do desenvolvimento, um “mito”, ou seja, algo, no limite, inalcançável. Esses autores constataram que as chamadas economias periféricas jamais serão desenvolvidas à semelhança das economias centrais do capitalismo por razões históricas, socioculturais, estruturais e/ou ambientais.

Celso Furtado (1974) destaca que o estilo de vida dos países cêntricos é também presente nos países periféricos, onde uma minoria desfruta desse tipo de vida, pois o modelo de desenvolvimento adotado até hoje, permite que o sistema funcione assim. Ou seja, é preciso que haja a introdução de novos produtos de forma constante, encurtando a vida útil deles, para que essa minoria possa continuar consumindo, só ela tem renda para tal, gerando alto coeficiente de desperdício. O autor sugere que se o crescimento dependesse menos da introdução de novos produtos e mais da difusão dos já conhecidos, sendo mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, significaria menos desperdício, com mais pessoas tendo acesso a bens. O autor fornece pistas para novas orientações de desenvolvimento: “teria que ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os recursos muito provavelmente se reduziria” (FURTADO, 1974, p.74).

Porém, o capitalismo é pouco inclinado ao igualitarismo. Neste quadro, dois aspectos precisam ser considerados. Primeiro, tendo como foco as economias centrais do capitalismo, Cornelius Castoriadis (1987) mostra que elas não deixarão de crescer, pois para que haja uma transformação desta natureza, seria preciso tocar na organização psíquica das pessoas. Sendo assim, será difícil equiparar todas as economias do mundo:

“(…) nos países ‘desenvolvidos’, o crescimento e os *gadgets* eram tudo o que o sistema tinha para oferecer às pessoas, e que uma interrupção do crescimento era inconcebível (sob pena de levar a uma violenta explosão social), a menos que a organização social em seu conjunto, aí incluída a organização psíquica dos homens e das mulheres, viesse a sofrer uma radical transformação” (CASTORIADIS, 1987; p. 143).

Acrescenta que as pessoas já tem a mente “programada” para pensar assim, é a sociedade de consumo, citada por Lars Svendsen (2010), dentro da qual a moda é uma filosofia. A moda estabeleceu as marcas, levando as pessoas a pensar que estão criando suas identidades por meio daquilo que consomem, quando, na verdade, a indústria faz a classificação dos produtos para o consumidor sem que ele precise se esforçar para classificá-los. Tem-se aqui um processo mecânico, diria, automático, de assimilação do conhecimento. Ou nas palavras de Pierre Bourdieu (2008), em sua explanação sobre o *habitus*, trata-se de um

"conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida peculiar que conformam o *habitus* estratificado por classes sociais e que legitimam, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideias escassos. Representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, quase sempre irrefletidos e inconscientes” (BOURDIEU, 2008).

Em segundo lugar, tendo como foco as economias periféricas: o crescimento zero não seria aceito pelos países em vias de desenvolvimento. Por isso, Cornelius Castoriadis (1987) questiona o que seria do mundo caso esses países estivessem no mesmo patamar, em termos de Produto Nacional Bruto (PNB), aos países centrais. Indaga se esses países aceitariam se tornar uma minoria impotente diante de países tão ricos quanto eles e bem mais populosos (países da Ásia, África e América Latina).

Nesse sentido, Celso Furtado levanta outra questão

“como negar que essa idéia [o desenvolvimento] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?” (FURTADO, 1974:75-76).

Cornelius Castoriadis (1987) acrescenta ainda que o desenvolvimento faz parte de um

imaginário social, onde as pessoas acreditam que ter mais significa viver melhor. O autor comenta que alguns economistas acreditavam que “o crescimento econômico poderia se realizar sem dificuldade graças aos novos métodos de regulação da demanda, e as taxas de crescimento do PNB por habitante forneciam a resposta para todas as questões.”

Esse imaginário social pode ser entendido por aquilo que John Brookshire Thompson (1995) chama de ideologia do progresso, ou seja, é a ideologia sobre a ciência sendo difundida a partir de uma classe dominante que a utilizava para manter as relações de poder.

Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) referem-se ao espírito do capitalismo como grande legitimador do sistema, ou seja, existe uma ideologia que justifica o engajamento no capitalismo. Esses autores mostram que o capitalismo é um sistema em crise, que está a todo o momento se reinventando para permanecer existindo. As pessoas, para aceitarem o sistema, que implica em injustiças, necessitam justificativas para o engajamento, como auto-realização, espaços de liberdade, garantia. O espírito do capitalismo é próprio a cada época e deve oferecer razões para aceitar como legítimas em certa realidade e momento histórico. Assim, o capitalismo acaba por fornecer as razões para que cada pessoa se engaje no processo de acumulação capitalista mesmo não sendo grande beneficiário de lucros. Certas garantias mínimas para si e seus filhos com a participação na empresa capitalista em termos de um processo parcial de tomada de decisão podem constituir meios para a aceitação do sistema. Os autores chamam a atenção para a lógica do capitalismo em associar o processo de acumulação com exigências de justiça que se transformam ao longo do tempo (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009).

1.2 NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Com o apoio desta abordagem sobre o espírito do capitalismo, nota-se, nos últimos anos, uma sociedade mais voltada para questões relacionadas à criatividade, maior participação e envolvimento nos processos de tomada de decisão local e parcial. Podemos conceber assim que, sobretudo a partir dos anos 1990, se consolidou a redefinição e ampliação da noção de desenvolvimento para além do crescimento econômico, ressaltando essa ideia de crítica ao capitalismo. Destaca-se a criação e adoção de indicadores compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), para avaliar o grau de desenvolvimento de países e regiões, ao invés do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita. Esses novos critérios consideram diversas variáveis, como renda, expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil, além de analfabetismo, taxa de escolarização e saneamento, entre outros.

Porém, Cornelius Castoriadis (1987) é bem crítico em relação a esses novos critérios, pois continuam não questionando “as premissas mais profundas das perspectivas oficiais.” Acrescenta que o conhecimento que temos

“pode nos ajudar em muito se ele nos tornar capazes de denunciar e destruir a ideologia racionalista, a ilusão da onipotência, a supremacia do cálculo econômico, o caráter absurdo e incoerente da organização racional da sociedade, a nova religião da ciência, a ideia do desenvolvimento pelo desenvolvimento.” (CASTORIADIS, 1987; p. 163)

Renato Maluf (2000) propõe uma revisão sobre diversos teóricos que têm se debruçado sobre o tema do desenvolvimento, sugerindo que valorizemos “a diversidade em seu significado qualitativo na formulação de estratégias de desenvolvimento”. Ou seja, o autor destaca que “a diversidade de condições e a desigualdade dela derivada têm também um significado qualitativo que comporta antes a ideia de 'ser diferente' do que a de 'ter menos' ou a de 'insuficiência’”. São 4 (quatro) os fatores fonte de diversidade: a cultural (aspectos culturais, estilo de vida, formas de reprodução social), a institucional (modo de funcionamento de uma sociedade e ao leque de opções possíveis), a humana (entre os seres humanos, somos diferentes, queremos coisas diferentes) e natural (relacionada aos recursos, distribuição desigual em diferentes países ou regiões). Fenômenos sociais como a pobreza (e a fome) têm origem em fatores derivados do padrão de desenvolvimento econômico. Ao não considerarmos tais fatores, caímos na ideia dos objetivos do desenvolvimento subordinados “aos valores predominantes nas sociedades ocidentais industrializadas e com nível de renda elevado, resultando na adoção de estratégias tendentes a reproduzir os modelos econômicos e sociais daquelas sociedades”. Renato Maluf traz uma reflexão de Björn Hettne (1996) onde o

“desenvolvimento significa essencialmente obter melhorias materiais que podem ser conseguidas mantendo-se as identidades culturais, em oposição portanto à perspectiva de convergência cultural inerente ao conceito de desenvolvimento como modernização, ou ao que alguns denominaram de weberianismo vulgar que toma desenvolvimento como transição da sociedade tradicional à sociedade moderna” (HETTNE, 1996 apud MALUF, 2000).

Na ótica da dimensão cultural do desenvolvimento, a antropologia social, vem criticar as formas de hegemonia cultural e tende a rejeitar os padrões de desenvolvimento econômico. Arturo Escobar (1984, 1995 apud MALUF, 2000), um dos principais representantes dessa vertente, sugere “dizer não ao desenvolvimento” ao

“elaborar a crítica cultural da economia enquanto estrutura fundacional da modernidade, e desconstruir o desenvolvimento e suas formas de conhecimento, seus sistemas de poder e suas formas de subjetividade. A visão “contramodernista” (*counter*

modernist) sugerida pelo autor coloca o foco sobre os novos movimentos sociais, a teologia da libertação, a teologia feminista (sic) e a pesquisa-ação participante”.

Outra importante contribuição aos debates em torno do desenvolvimento é fornecida pela urbanista canadense Jane Jacobs (2001). A autora coloca que, hoje em dia, grande parte da população mundial encontra-se impedida de exercer sua “criatividade” por discriminação de gênero, cor, religião e a presença de formas servis de trabalho. Portanto, José Eli da Veiga (2008) sugere a necessidade de se implementar políticas que possibilitem e estimulem as pessoas a exercer sua criatividade, fomentando o desenvolvimento de maneira endógena, isto é, de acordo com os anseios e capacidades das pessoas e comunidades envolvidas.

É importante destacar que toda a crítica contra a noção de desenvolvimento como crescimento econômico não deve ser entendida como “antidesenvolvimento”; nossa crítica não tem a intenção de retomar o passado, pois entendemos que trata-se de um processo de mudança dentro de sociedade cujas culturas são dinâmicas. Para nossos propósitos, o sentido atribuído ao desenvolvimento por Renato Maluf (2000), nos parece fecundo: esta definição se funda na ideia de um processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo. Também é pertinente aqui o que David Korten (citado em PIETERSE, 1998) define como desenvolvimento: “o processo pelo qual os membros de uma sociedade aumentam suas capacidades pessoais e institucionais de mobilizar e gerenciar recursos para produzir melhorias sustentáveis e justamente distribuídas nas suas qualidades de vida, consistentes com suas próprias aspirações”.

Nesse sentido, Renata Paoliello (2007) sugere a emergência de um novo paradigma econômico, cuja concepção baseia-se em “uma democracia plural, vista como capaz de conformar um espaço de negociação de poderes na modernidade globalizada, em que se fazem operantes modalidades de organização econômica não capitalista”. A autora enfatiza a força da associação de moradores, que precisam se reunir e lutar para ter acesso a terra. Nesta linha, os projetos de desenvolvimento local podem ser concebidos como políticas da diferença. A autora destaca assim que a base do novo paradigma econômico seria uma teoria do desenvolvimento social e solidário, devendo servir de fundamento às políticas públicas. Dentro deste paradigma, a economia é o meio e suas prioridades o emprego, a partilha das riquezas, a construção de instituições democráticas, que assegurem direitos civis, sociais, culturais, políticos e econômicos, visando expandir liberdades (PAOLIELLO, 2007).

Em sua revisão dos teóricos do desenvolvimento, Jan Nederveen Pieterse (1998) questiona a

existência de um novo paradigma surgindo, pois sustenta que o desenvolvimento “mainstream” aos poucos foi se transformando e incorporando preocupações que inicialmente pertenciam às vertentes alternativas do desenvolvimento. Afirma que o que existe é um pacote significativo de desenvolvimento alternativo, mas não como um novo paradigma. Em meio a este debate, destacam-se as ideias do indiano Amartya Sen, que incorpora outras variáveis ao desenvolvimento, que não sejam unicamente a renda e o crescimento econômico.

1.3 O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Na interpretação de Jan Nederveen Pieterse (1998) sobre os diversos autores que tem se debruçado nas discussões sobre desenvolvimento, as ideias de Amartya Sen se inscrevem como parte da economia atual. Assim, a abordagem de Amartya Sen seria vista como um aperfeiçoamento de teorias já existentes, não representando o que o autor chamou por desenvolvimento alternativo ou alternativa ao desenvolvimento, pois suas ideias poderiam ser concretizadas por meio das instituições atuais, não requerendo nenhuma revolução para fazer valer o que propõe.

Em sua concepção de desenvolvimento, Amartya Sen (2000) o define como “a expansão das liberdades humanas”. Ele propõe uma agenda positiva em torno de uma noção de desenvolvimento possível e desejável, que tem a expansão das liberdades como principal meio e fim. Ou seja, “(...) as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)”. A expansão da liberdade consiste em participação política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A participação política refere-se às oportunidades que as pessoas tem em escolher quem governar, em expressar-se politicamente, em escolher diferentes partidos políticos. As facilidades econômicas dizem respeito “as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. As oportunidades sociais referem-se ao acesso à educação e à saúde. Por exemplo, ter boa saúde permite que um indivíduo leve uma vida saudável e ser alfabetizado permite que participe da vida econômica e política ao conseguir ler um jornal ou comunicar-se por escrito em sua comunidade. As garantias de transparência estão relacionadas à liberdade de lidar com as pessoas de forma sincera e clara. “Essas garantias tem um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas”. Por fim, a segurança protetora, diz respeito às disposições institucionais fixas, como os benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes,

distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência. Por sua vez, os principais fatores para a negação de liberdades seriam: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas (emprego remunerado) e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos, carência de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, educação funcional, desigualdade entre mulheres e homens. Estas formas de privação estão relacionadas a processos e oportunidades, que não dizem respeito unicamente a questão de renda.

Assim, Amartya Sen (2000) considera a “necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa.” Destaca duas razões de se buscar a liberdade como fundamentais para o processo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a razão avaliatória, relacionada à avaliação do progresso, a qual tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. Ou seja, as pessoas precisam ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas. Importante por si mesmo para a liberdade global das pessoas, tal orientação favorece as oportunidades individuais de resultados valiosos. A segunda razão é a da eficácia, onde a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.

O autor destaca ainda que não podemos ser contra os mercados. Afirma que o mecanismo de mercado é importante, mas a liberdade de troca deve vir antes, com o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado. Trata-se assim de enriquecer – ao invés de empobrecer – a vida humana.

O que muito nos interessa em Amartya Sen (2000) é que, ao se referir à perspectiva da liberdade, o autor cita as relações entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. Dá ênfase a essa “(...) possibilidade de viver realmente bastante tempo (sem morrer na flor da idade) e de levar uma vida boa enquanto ela durar (em vez de uma vida de miséria e privações de liberdade), aspectos que seriam intensamente valorizados e desejados por quase todos nós”. Ainda, descreve algo que talvez nossa sociedade tenha perdido, ou esquecido, sobre riqueza: “(...) a riqueza evidente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Assim, cabe-se perguntar o que estamos buscando? Essa perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a qualidade de vida, a qual também se

concentra no modo como as pessoas vivem e nas escolhas que efetuam, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

Nas palavras de Amartya Sen (2010):

“(...) E também a qualidade de vida de uma pessoa depende não meramente de sua renda pessoal, mas também de várias condições físicas e sociais. Por exemplo, a atmosfera epidemiológica em que se vive pode ter um impacto bastante substancial sobre a morbidade e mortalidade. A disponibilidade de atendimento de saúde e a natureza do seguro médico – público e privado – estão entre as influências mais importantes sobre a vida e a morte. Da mesma forma outros serviços sociais, incluindo educação básica, ordenamento da vida urbana, acesso à ciência médica moderna.” (SEN, 2010; p.102)

Para fundamentar seu pensamento, Amartya Sen (2000) discorre sobre a origem da economia, motivada significativamente “pela necessidade de estudar a avaliação das oportunidades que as pessoas tem para levar uma vida boa e as influências causais sobre essas oportunidades”. Daí a renda é vista como um instrumento, dependente das circunstâncias. O autor explica que houve na disciplina da economia o afastamento do enfoque sobre o valor das liberdades em favor do valor das utilidades, rendas e riqueza, o que levou à desconsideração do valor central da própria liberdade. Em sua perspectiva, não é possível olhar só para a renda, pois cita pelo menos cinco fontes distintas de variação na relação entre nossas rendas reais e o bem-estar que dela obtemos: heterogeneidades pessoais (idade, sexo, doença, incapacidade); diversidades ambientais (morar em região fria, quente); variações no clima social (serviços públicos de educação, saúde, segurança); diferenças de perspectivas relativas (padrões de comportamento, convenções, costumes) e; distribuição na família (forma de partilha das rendas familiares).

Assim, como já mencionado, dentro dos ideais de liberdade destacados por Amartya Sen (2000), convém mostrar que a liberdade política representa “a oportunidade que ela dá aos cidadãos de debater sobre valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores.” O autor propõe que o desenvolvimento econômico, tal como conhecemos, pode ser danoso a um país pois pode conduzir à eliminação de suas tradições e cultura. Porém, se essas tradições e herança cultural não puderem ser mantidas em função de mudanças econômicas ou sociais, “então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido”. Portanto, é a participação nas decisões que garante a liberdade das pessoas afetadas de decidir sobre o que “elas desejam e do que elas estão certas ao aceitar”. Finaliza essa reflexão falando da importância que a educação tem em todo esse processo participativo: “como a participação requer conhecimentos e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa”. Um dos caminhos sugeridos por Amartya Sen (2000) são as políticas

públicas, que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral.

Essas ideias de liberdade apresentadas acima foram brevemente extraídas da obra *Desenvolvimento como Liberdade* (SEN, 2000), onde o autor trata de compilar um extenso estudo desenvolvido sobre a Teoria das Capacidades (SEN, 2012) ao longo das quatro últimas décadas. Assim sendo, é na obra *Desigualdade Reexaminada* (SEN, 2012) que o autor defende esta teoria, destacando sua medida avaliatória mais satisfatória para o bem social quando comparada às teorias do utilitarismo ou do bem-estar social (*welfarism*). Seu argumento central é que a base informacional do bem-estar social (*welfarism*) é muito frágil para suportar uma contabilização aceitável e talvez até coerente do bem social. Acrescenta que, se buscamos gerar uma teoria do bem social, devemos aceitar a relevância da informação sobre facetas do mundo além daquelas preferências reveladas dos indivíduos:

“A literatura sobre economia do bem-estar que trata da desigualdade comumente ignorou as diversidades humanas e tendeu a considerar todas as pessoas como exatamente similares (incluindo-as *inter alia* como possuidoras dos mesmos potenciais máximos)” (SEN, 2012).

Na abordagem das preferências reveladas, não precisamos perguntar as razões pelas quais uma coisa é preferida em vez de outra. Não olhamos nos fatores que levam à escolha; olhamos apenas no resultado do processo: o estado mental da preferência e o ato de escolher (economia clássica). Uma função do bem-estar social é um conjunto de julgamentos sobre o bem social (SUGDEN, 1993). O bem-estar das preferências reveladas supõe avaliar cada circunstância individual em termos de sistema de valores de cada pessoa, sem mesmo perguntar quais são esses valores. O que não significa afirmar automaticamente que qualquer coisa que o indivíduo escolha é bom para ele.

Então, ao agregar de algum modo os bens de todos os indivíduos, podemos chegar numa concepção do bem social. Esta é a ênfase adotada por Amartya Sen: o que é bom para todos os indivíduos, é bom para a sociedade (SUGDEN, 1993).

Em relação à teoria libertária, Amartya Sen (2012) entende que os indivíduos agem em suas próprias preferências, mas não perguntamos, o que está por trás destas preferências.

Na teoria de justiça de John Rawls, Amartya Sen (2012) dá destaque para o uso dos bens primários como base informacional de justiça:

“(…) bens primários não são constitutivos da liberdade como tal, sendo melhor concebidos como meios para a liberdade” (p.134). (...) “Bens primários são 'coisas que toda pessoa racional presumivelmente quer', e incluem 'renda e riqueza', 'liberdades básicas', 'liberdade de movimento e escolha de ocupação', 'poderes e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidade' e 'as bases sociais da autoestima’” (SEN, 2012; p 135).

Em seus exemplos, procura sustentar a razão porque tais teorias não são completas. Ao nos referirmos ao espaço de rendas:

“Por exemplo, mesmo se uma pessoa que está deprimida, incapacitada ou doente por acaso tiver uma função de demanda para pacotes de mercadorias igual à de outra pessoa não portadora dessas desvantagens, seria um grande absurdo insistir em que ela está obtendo o mesmo bem-estar ou qualidade de vida de um dado pacote de mercadorias que outra pessoa poderia obter dele. Por exemplo, um indivíduo pobre com uma doença parasítica do estômago pode preferir dois quilos de arroz a um quilo, exatamente como outro indivíduo – igualmente pobre, mas não doente – poderia preferir, mas seria difícil demonstrar que ambos obteriam o mesmo benefício de, digamos, um quilo de arroz” (SEN, 2000, p. 89).

Ao espaço dos bens primários:

“Por exemplo, uma pessoa fisicamente incapacitada pode possuir uma cesta de bens primários maior e ainda assim ter menos chance de levar uma vida normal (ou de promover seus objetivos) do que um indivíduo fisicamente capaz possuidor de uma cesta menor de bens primários. Analogamente, uma pessoa mais idosa ou mais propensa a doenças pode ser mais desfavorecida em um sentido geralmente aceito, mesmo possuindo um pacote de bens primários maior” (SEN, 2000, p. 95).

Ao espaço do poder de compra: (...) Os dados sobre poder de compra podem não dar a devida atenção sobre a influência da poluição, do crime, da agitação social, etc. (SEN, 1999; p. 26-27; tradução livre nossa).

As diferenças entre as abordagens de justiça de distintas correntes, da ética, da economia e da filosofia política permitem-nos compreender melhor a teoria desenvolvida por Amartya Sen. O autor busca uma abordagem alternativa da avaliação que enfoca diretamente a liberdade, vista sob a forma de capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza. Ou seja, avalia-se para tomar uma decisão justa, e para ser justo, uma série de critérios que seriam as bases informacionais são mobilizadas. Esses critérios foram concebidos a partir das teorias, utilitarista, libertária, ou teoria da justiça de John Rawls. Que decisão é essa? Sen cria uma abordagem alternativa de justiça.

1.3.1. A TEORIA DAS CAPACIDADES

Em *Desigualdade Reexaminada*, Amartya Sen (2012) defende a teoria das capacidades, buscando integrar a preocupação dos economistas em relação ao bem-estar material à preocupação dos filósofos com os direitos individuais e a justiça:

“(...) a perspectiva baseada na liberdade pode levar em conta (...) o interesse do utilitarismo no bem-estar humano, o envolvimento do libertarismo com os processos de escolha e a liberdade de agir e o enfoque da teoria rawlsiana sobre liberdade formal e sobre os recursos necessários para as liberdades substantivas” (SEN, 2000, p. 107).

Esta teoria é baseada na avaliação das capacidades dos indivíduos, ou seja, suas

oportunidades para alcançar funcionamentos² valiosos/valorosos ou estados de ser. “Funcionamentos são definidos como estados e ações que uma pessoa consegue realizar vivendo de algum modo” (SEN, 2012; p.16). É a capacidade das pessoas em converterem bens primários em oportunidades reais em fazer coisas diversas com eles, permitindo viver bem (WERLE, 2012). A definição de funcionamentos está entre o consumo e a utilidade. Por exemplo, ser bem nutrido é um funcionamento, um estado de ser, que é produzido por consumir comida, que emerge de uma utilidade. O estado de um indivíduo é descrito graças a um vetor de funcionamentos e seu nível de bem-estar depende do vetor que atinge. Na economia do bem-estar convencional, o bem-estar de cada pessoa é avaliado em termos de suas próprias preferências. Então, o bem-estar social é construído como algum tipo de agregado de bem-estar individuais. Portanto eu posso preferir consumir um pacote x em vez de consumir y, enquanto você prefere y a x; mas ambos podemos concordar que uma boa sociedade é aquela em que, dentro do possível, cada um de nós consegue o que prefere. Mas no sistema de Amartya Sen, se nossas avaliações de vetores de funcionamentos diferirem, isto é uma discordância. O *ranking* de vetores de uma pessoa parece expressar sua visão, não sobre o que torna uma vida boa para ele, mas sobre o que torna uma boa vida para qualquer um. Portanto, não podemos concordar sobre o que torna uma boa sociedade, a menos que primeiro concordemos em como ranquear vetores de funcionamentos. Mas enquanto todos podemos concordar sobre a importância de sobreviver e ser bem nutrido, pode ser mais fácil chegar em um acordo sobre os funcionamentos mais básicos.

As capacidades são um conjunto de vetores de funcionamentos, relacionados à liberdade dos indivíduos em escolher. Os bens primários somados às características pessoais de um indivíduo resultam em uma pessoa com capacidade para realizar algo, promover seus objetivos.

Vale a pena insistir que o estado de ser de uma pessoa é entendido a partir de um vetor de funcionamentos. Ao escolher que tipo de vida viver, uma pessoa escolhe uma ênfase, representada pelos vetores. O conjunto de vetores atingíveis para qualquer pessoa, é o conjunto de capacidades de uma pessoa. Um conjunto de capacidades representa a oportunidade que uma pessoa tem para alcançar o bem-estar. Podemos dizer também que o conjunto de capacidades representa a liberdade da pessoa, entendida no lado positivo, ou seja, livre para ... e não livre de... (SUGDEN, 1993).

É necessário olhar para as capacidades de modo a julgar o que a pessoa tem. Amartya Sen

2 Muitas foram as traduções dadas à palavra *functionings*: funcionamentos, ações e estados. “Referem-se a “atividades” [*activities*] (como ver, comer) ou “estados de existência ou ser” [*states of existence or being*] (como estar bem nutrido, estar livre da malária, não estar envergonhado pela pobreza da roupa vestida); por vezes abreviados por “ações” [*doings*] e “estados” [*beings*] (Glossário, Sen, 2012).

parece dizer isso pois, para a teoria de justiça, capacidades são mais relevantes que funcionamentos. Seu método geral é focar em um pequeno número de funcionamentos básicos, como ser bem nutrido e em boa saúde, cuja importância central para o bem-estar é dificilmente questionável. Ele então argumenta que chegamos em diferentes conclusões se pensarmos em termos de tais funcionamentos básicos, em vez de em termos de renda real (SUGDEN, 1993).

“(…) ser pobre numa sociedade rica é por si mesmo uma deficiência de capacidade por razões que busquei discutir em outro lugar. A privação relativa no espaço de rendas pode produzir privação absoluta no espaço de capacidades. Num país que é rico em geral, pode ser necessário mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social, tal como “aparecer em público sem se sentir envergonhado”. O mesmo se aplica à capacidade de “tomar parte na vida da comunidade”. Estes funcionamentos sociais gerais impõem exigências de mercadorias que variam conforme o que os outros na comunidade tem como padrão” (SEN, 2012; p. 179).

“Embora o indiano do campo possa ter pouco problema em aparecer em público com roupas relativamente modestas sem se sentir envergonhado e possa tomar parte na vida da comunidade sem um telefone ou uma televisão, as exigências de mercadorias para esses funcionamentos gerais são muito maiores num país onde as pessoas usam, como padrão, uma cesta maior de mercadorias diversas” (SEN, 2012; p. 179-180).

John Roemer (1994) também faz uma interpretação da teoria, citando uma passagem em que Sen (2012) explica que, se as capacidades de duas pessoas são iguais, mas uma escolhe (irreversivelmente) um vetor particular de funcionamentos descuidadosamente e a outra prudentemente, não há injustiça na consequente desigualdade nas vidas vividas pelos dois.

“A perspectiva da capacidade é uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas tem para levar suas vidas. Ela focaliza o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos. As “oportunidades reais” (ou “substantivas”) de que uma pessoa dispõe para realizar, entre outras coisas, “objetivos ligados ao bem-estar” [*well-being objectives*] são representadas por sua “capacidade” [*capability*]. (...) Capacidades são poderes para fazer ou deixar de fazer (incluindo “formar”, “escolher”, “buscar”, “revisar” e “abandonar” objetivos), sem os quais não há escolha genuína. Também envolvem algo que poderíamos chamar de “acessibilidade” a recursos, que depende muito das habilidades e talentos que cada pessoa tem para usar alternativamente recursos. Não dispor de recursos limita não só as alternativas de meios que de fato se tem e de objetivos que deles dependem, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida. Ser carente de habilidades e talentos consiste numa limitação da liberdade de ter e fazer escolhas” (SEN, 2012; p.13).

Como interpreta Denilson Luis Werle (2012), “Sen dá prioridade a uma noção de liberdade que só faz sentido se a escolha dos fins da ação for a expressão de uma avaliação refletida baseada no raciocínio e na argumentação pública sobre a importância relativa do que queremos fazer.”

Existem duas formas de vermos os interesses e as realizações de uma pessoa. Amartya Sen as denominou respectivamente, “bem-estar” e “vantagem”. “Bem-estar” está relacionado com o que a pessoa alcançou, obteve: quão bem estou? “Vantagem” refere-se às oportunidades reais que uma

pessoa tem, especialmente quando comparada com outra. As oportunidades não são julgadas somente pelos resultados alcançados, e portanto, não apenas pelo nível de bem-estar alcançado (SEN, 1999; p. 3).

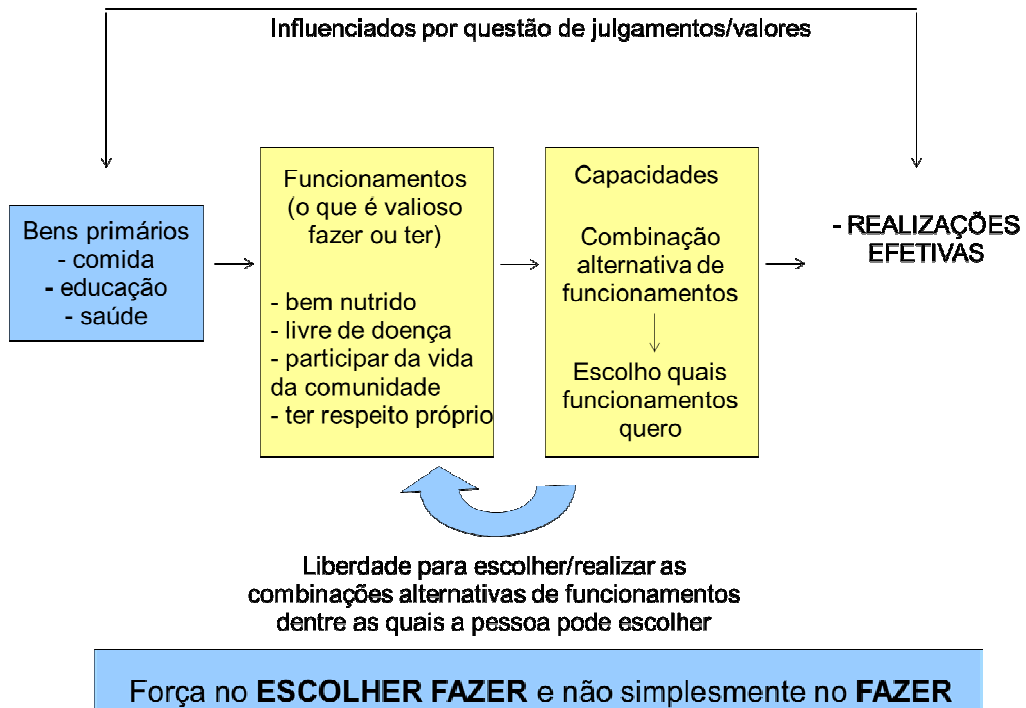


Figura 2 – Teoria das capacidades

1.3.2 CRÍTICAS

A proposta de liberdade de Amartya Sen tem sido utilizada por uma variedade de campos do conhecimento, em maior grau nos estudos sobre desenvolvimento, economia do bem-estar, políticas sociais e filosofia política. Assim, são diversos os autores que empreenderam leituras aprofundadas das ideias de Amartya Sen (2000, 2002, 2012), fazendo emergir textos de caráter mais crítico, como aqueles de Emmanuelle Bénicourt (2007) e Hilary Putnam (2003). A primeira autora é aquela a meu ver, que mais o criticou. A própria autora destaca que são poucas as críticas às ideias de Sen. As releituras ou reinterpretções das ideias de Amartya Sen, são antes pertinentes para nossa maior compreensão sobre os temas em questão. Porém, Emmanuelle Bénicourt (2007) desenvolve uma perspectiva distinta, iniciando sua análise sobre os conceitos de capacidade e funcionamentos. Para esta autora as análises críticas que Amartya Sen faz às doutrinas utilitaristas e rawlsianas não são tão originais quanto se faz crer. A autora destaca que essa concepção de funcionamentos lembra muito a teoria dos bens fundamentais de Gary S. Becker, com conceitos surgidos na década de 60. Além disso, a autora julga tal conceito de funcionamento como sendo não operacional, pois Amartya Sen (2012) sugere deixarmos de lado algumas capacidades para nos concentrarmos em outras, onde a análise geral seriam as capacidades de um dado grupo e não de um indivíduo, o que na visão desta autora é crítico por existir uma infinidade de diferenças entre as pessoas.

Hilary Putnam (2003) destaca que a noção de funcionamentos foi abordada por Vivian Walsh em 1961. A autora utilizava o termo “realizações” (*achievements*). Ambos conectavam uma noção mais ampla (realizações ou funcionamentos) com a preocupação pela vida como um todo. O que é novo em Amartya Sen é aplicar este ponto de vista aos problemas do desenvolvimento. Capacidades, na definição do autor, não são, simplesmente, funcionamentos valorosos, mas liberdade para obter funcionamentos valorosos. Muitos criticam sua teoria pela dificuldade em definir “funcionamentos valorosos”, ou das razões das pessoas para valorá-los. Porém, Amartya Sen propõe que, para se definir a lista dos funcionamentos, é necessário uma discussão pública e um entendimento e aceitação democráticos. Para se conduzir um processo de raciocínio público é necessário também a existência de indivíduos críticos e autorreflexivos. Finalmente, Hilary Putnam (2003) reforça que a perspectiva de Amartya Sen, não pretende ser um método de decisão que pode ser programado no computador, mas um convite a pensar sobre quais funcionamentos formam parte de nossa noção e de outras culturas sobre o que é uma vida boa e investigar quanto de liberdade temos para conseguir vários desses funcionamentos de vários grupos de pessoas em várias situações (PUTNAM, 2003; p.57).

Por outro lado, Robert Sugden (1993) procura explicar melhor cada um dos aspectos apresentados por Amartya Sen (2012) na teoria das capacidades. Contudo, em alguns pontos de seu texto, levanta críticas às ideias do indiano. Uma delas é em relação à noção de liberdade. “Liberdade é uma das dimensões do bem-estar, mas na análise de Amartya Sen, liberdade não é um funcionamento, é identificada como o conjunto de capacidades, ou seja, como um conjunto de vetores de funcionamentos alcançáveis. Isso cria problemas teóricos que Amartya Sen nunca resolveu. Para solucionar este problema, o autor sugere que valorem as capacidades” (SUGDEN, 1993, tradução nossa).

Charles Beitz (1986) faz uma crítica sobre a teoria: “a principal dificuldade teórica na abordagem da capacidade das comparações interpessoais surge do fato óbvio de que nem todas as capacidades tem a mesma importância”. Tal crítica é admitida por Amartya Sen (2012, p.85), e diz que as capacidades precisam ser ponderadas: “A abordagem da capacidade começa com a identificação de um espaço relevante para a avaliação, em vez de sustentar que tudo que pode ser colocado no formato desse espaço deve, por essa razão, ser importante, para não dizer igualmente significativo”. Por exemplo, no espaço das rendas; o que seria interessante avaliar?

Ingrid Robeyns (2005) procura explicar em detalhes o que seria a ênfase nas capacidades, referindo-se a ela como um amplo recurso para avaliação do bem-estar individual e arranjos sociais, o estabelecimento de políticas e propostas sobre mudanças sociais na sociedade. Seriam as capacidades que levariam às realizações (trabalhar, descansar, ser alfabetizado, ser respeitado, ter boa saúde...). Esta ênfase é criticada, na obra de Amartya Sen, justamente porque em nenhum momento é definido quais seriam essas capacidades. O economista indiano justifica sua construção afirmando que tal definição faz parte de um processo democrático. Ou seja, a seleção de capacidades deve envolver as pessoas que serão beneficiadas, ressaltando que as opções de uma pessoa dependem muito de relações com os outros, além das ações do Estado e outras instituições. Assim, não caberia a um teórico, como Amartya Sen, definir tais capacidades. Em um outro artigo, a autora (ROBEYNS, 2003) ilustra uma aplicação das capacidades junto às questões de gênero. A autora descreve os passos seguidos para se chegar a uma lista de capacidades para se avaliar a desigualdade de gênero, ressaltando que sua ideia é colocar a lista em debate, pois para que estas capacidades sejam utilizadas para decisões sobre políticas públicas, acredita que é necessário o debate público como sugeriu Amartya Sen (2012). De toda a maneira, Ingrid Robeyns (2003) reforça a teoria das capacidades como aplicada em diversos contextos: acadêmico, ativista ou com orientação política; envolver um contexto global ou local; pode ser teórica ou empírica; pode

abranger dimensões como a social, política, econômica, legal, psicológica ou qualquer outra combinação.

Outra crítica às ideias de Amartya Sen (2012) é formulada por John Roemer (1994). O autor primeiramente destaca a virtude da ênfase nas capacidades, que está em sua aplicabilidade na política social, pois a maioria dos funcionamentos é observável. Por outro lado, concorda com Amartya Sen sobre o fato de não podermos observar a capacidade (isto é, o conjunto de funcionamentos), mas podemos observar, para a maior parte, os componentes do vetor de funcionamentos que a pessoa está experimentando. A sua crítica reside naquilo que Amartya Sen definiu como funcionamentos, a felicidade e o respeito próprio, pois não são facilmente percebidos, portanto, descreve a falta de objetividade de sua teoria. John Roemer (1994) sugeriu que a posição de Sen seria vista com maior distinção na filosofia política moderna, se ele utilizasse o argumento de que a felicidade e o respeito próprio, relevantes para o igualitarismo (*egalitarians*), seriam deduzidos de funcionamentos mais objetivos. Por outro lado, Amartya Sen continua cauteloso em respeito à construção de um índice de funcionamentos, que permitir-nos-ia dizer que a capacidade de uma pessoa é melhor ou mais rica que de outra. Um último aspecto que o autor analisa diz respeito à teoria igualitária contemporânea, com pouca atenção na medida em que Amartya Sen só aborda nas páginas finais de seu livro *Desigualdade Reexaminada*. Muitos teóricos igualitaristas (*egalitarian*) contemporâneos (Ronald Dworkin, G.A. Cohen, Richard Arneson) argumentam, segundo John Roemer (1994), que o igualitarismo (*egalitarianism*) ético convincente recomenda equalizar resultados para as pessoas na medida em que estes resultados sejam de causas pelas quais as pessoas não podem ser consideradas responsáveis, mas permitindo que as diferenças nos resultados, venham de causas pelas quais a pessoa deve ser considerada responsável. Se as capacidades de duas pessoas são idênticas, pode ser o caso onde é muito mais difícil para um deles alcançar alguns vetores de funcionamentos quanto seria para o outro alcançar tais vetores. Da forma como Amartya Sen apresentou a visão de capacidades, pareceu colocar todas as pessoas igualmente responsáveis pelas escolhas que elas fazem. Reforça que o autor parece ignorar uma importante diferença entre pessoas, que os igualitaristas (*egalitarians*) levariam em conta.

1.3.3 MESMO ASSIM, SUA APLICAÇÃO

Embora existam críticas, as teses de Amartya Sen são reconhecidas mundialmente, especialmente por sua preocupação com a justiça (SEN, 2000, 2010, 2011, 2012): “(...) qual o grau de justiça com que os benefícios associados a esses sistemas são distribuídos? (...) a questão real é a

distribuição dos benefícios da globalização” (SEN, 2010; p. 26).

O autor salienta a origem social de cada um, o que não são escolhas. Portanto, foge de nosso controle determinar de onde cada um vem. Então, seria necessário recompensar aqueles que não são “bem nascidos”:

“A sociedade deve compensar seus membros por desigualdades pelas quais não podem ser responsabilizados (as “circunstâncias”, fatores sobre os quais eles não tem controle, por oposição a “escolhas”, fatores que podem ser controlados por decisões individuais e por cuja escolha podem ser responsabilizados) e que terminam causando “resultados pobres” (SEN, 2012; p.12-13).

Amartya Sen (2012) quer encontrar a melhor base informacional para se medir as coisas, referindo-se à renda como uma base insuficiente. Diz ele sobre a “importância crucial das bases informacionais de princípios concorrentes” (SEN, 2000, p 74). “(...) o primeiro passo consiste em diagnosticar a privação, e relacionado com ele, determinar o que devemos fazer se tivermos os meios. E então o próximo passo é fazer escolhas de políticas reais em conformidade com nossos meios. Nesse sentido, a análise descritiva da pobreza tem de ser anterior à escolha de políticas” (SEN, 2012, p. 171).

Reforça a importância das políticas públicas para corrigir desigualdades, explicando a necessidade de se atribuir pesos avaliatórios a diferentes componentes de qualidade de vida (ou do bem-estar) e em seguida, submeter ao debate público, conforme a teoria das capacidades sugere (SEN, 2000, p.101).

E por fim, sua preocupação ambiental ao se referir à expansão das liberdades substantivas das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de ter as mesmas liberdades (SEN E KLIKSBURG, 2010; p. 65).

Enfatiza a necessidade de termos “instituições efetivas e eficientes que possam prover os mecanismos através dos quais conceitos de liberdade, justiça, capacidades básicas e igualdade governem o acesso e uso dos serviços do ecossistema”, juntamente com o papel da cidadania. O autor sugere que indaguemos “como a noção de sustentabilidade poderia ser ampliada à luz de nossa concepção de cidadão adequadamente responsável”, tendo em vista padrões de vida sustentáveis (SEN E KLIKSBURG, 2010; p. 66).

1.4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUSTENTÁVEL

As ideias de Renata Paoliello (2007), Jane Jacobs (2001) e Amartya Sen (2000) conduzem a repensar as estratégias de indução ao desenvolvimento baseadas na maior participação dos atores

locais, como forma de atenderem às suas necessidades. Assim é dada ênfase no território, resgatando seus recursos locais, no que toca a educação, meio ambiente e capital social, além das condicionantes culturais do processo. No mesmo olhar empreendido por Amartya Sen (2000), Renata Paoliello (2007) entende que a educação constitui condição fundamental para o desenvolvimento. A autora destaca o papel do Estado, que embora não seja o único agente implicado na tarefa, deve “intervir, colocar as instituições políticas a serviço da sociedade e elaborar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de grupos desfavorecidos”.

Por outro lado, é a partir da década de 90 que torna-se cada vez mais evidente que o Estado havia exaurido as formas usuais de gestão das políticas públicas, reconhecendo assim a necessidade de formas diferenciadas e mais democráticas de gestão das ações governamentais (SILVA E SCHNEIDER, 2004).

O que acontece no Brasil, é a reforma do Estado, pois há uma crise fiscal, o esgotamento de formas de intervenção (acelerado pela globalização). No campo político, a ilegitimidade do regime militar implicou em rever o papel do Estado. Uma reforma ambígua dos anos 1980 e 1990 é caracterizada pela descentralização das atividades, com o objetivo de aumentar a eficiência e efetividade dos órgãos, permitindo maior autonomia dos gestores públicos. A constituição de 1988 expressa essa nova forma de gerir o Estado, com forte ênfase na participação da sociedade civil. Esta participação deveria acontecer por meio das organizações que compõem a sociedade civil (DAGNINO, 2004), porém os interesses de grupos poderosos continuam em grande medida a se sobrepor àqueles marginalizados.

Boaventura Souza Santos (2002) explica as origens de tal situação, remetendo-se à década de 70, quando teve início a discussão sobre a democratização nos países do sul da Europa e também na América Latina, mais importante nos anos 80. A democratização permitiu inserir novos atores na cena política, o que gerou uma disputa pelo significado da democracia, recolocando na agenda da discussão, três questões: 1. a necessidade de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, devido à grande pressão dos movimentos sociais nos processos de democratização nos países do Sul, especialmente nos países da América Latina, introduzindo “o experimentalismo na própria esfera do Estado; 2. a segunda questão diz respeito ao aumento da participação social, levando “a uma redefinição sobre a adequação da solução não participativa e burocrática ao nível local, recolocando o problema da escala no interior do debate democrático”; 3. a terceira e última questão, refere-se a relação entre representação e diversidade cultural e social. Os grupos mais vulneráveis socialmente e as etnias minoritárias não tem seus interesses representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos

(SANTOS, 2002; p.54).

Nesse sentido, enfatizam-se as diferentes iniciativas de *desenvolvimento local*, definidas justamente pelo protagonismo dos atores locais na definição de objetivos e prioridade, formulação de estratégias, tomada de decisões e implementação de ações e processos, muitos deles apoiados pelo Estado. Franklin Dias Coelho (2000) define algumas características básicas ao desenvolvimento, como “a inserção de todos os segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e políticas-culturais; a geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; a harmonização e regulação das relações comunidade e empresa em seu contexto sócio-ambiental; a construção da sustentabilidade econômica das atividades locais; o desenvolvimento de um ambiente inovador e gerador de oportunidades”. Trata-se, em suma, de criar redes sociais, envolvendo diversos atores (sociedade civil, Estado, ONGs etc.) para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento.

Evelina Dagnino (2004) refere-se a essas iniciativas como envolvidas em disputas entre sobretudo dois projetos políticos. O primeiro neoliberal propõe que o Estado se ausente progressivamente de seu papel de garantir os direitos da população, com o encolhimento de suas responsabilidades sociais, transferindo-as à sociedade civil. O segundo é aquele projeto democratizante, participativo, o qual emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos esforços nacionais de aprofundamento democrático. Neste projeto, a participação da sociedade torna-se central característica.

Tal disputa leva a ambiguidades em torno do ideal de participação, provocando o que foi denominado pela autora de confluência perversa, pois são projetos que caminham para direções opostas, mas requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Portanto, a defesa da participação por ambos os projetos obscurece suas diferenças. Em outras palavras, a autora vê as concepções neoliberais ocupando terrenos insuspeitos. As organizações da sociedade civil enxergam esse antagonismo como um dilema, passando a questionar seu próprio papel político.

A propósito, a definição da autora de projeto político deve ser aqui explicitada. Trata-se de conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Chama a atenção para projetos políticos que produzem, expressam e veiculam significados que integram matrizes culturais mais amplas. Para isso, é importante investigar e compreender o papel das organizações da sociedade civil e dos projetos políticos que elas mobilizam.

Outro problema levantado pela autora se refere à representação, considerando particularmente a autonomização política das ONGs. Assim, assinala a "situação peculiar na qual essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público". A representatividade é vista pelo Estado de acordo com o conhecimento específico que detém em relação a determinado setor social: jovens, negros, mulheres, portadores de HIV, movimentos ambientais, etc. Embora sejam representantes da sociedade civil, seu papel se limita a assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e a execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado. Deixam de compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas, pois assim foi instituído pela Constituição de 1988, estão excluídos dos poderes de decisão, reservados ao chamado "núcleo estratégico" do Estado (DAGNINO, 2004).

Segundo Peter Spink, Roberta Clemente e Rosane Keppke (1999), articula-se assim "um tecido social mais amplo e complexo e trabalhando muitas vezes em conjunto com os poderes locais, no desenvolvimento de processos os mais diversos na busca da melhoria da qualidade de vida local". De acordo com Fernando do Amaral Nogueira (2006), "os estudos de desenvolvimento local contemplam outras unidades e arranjos institucionais como comunidades, regiões metropolitanas e consórcios regionais, entre outros".

Não obstante, Bernard Pecqueur (2005) concebe o conceito de desenvolvimento territorial como mais adequado para nos referirmos ao local. De acordo com este autor, "o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território". Considera importante a existência das políticas públicas, mas mesmo assim deve estimular e mobilizar os atores na construção de suas estratégias, dando ênfase ao território, de modo que reorganizem a economia local, com "recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho". Os produtos padronizados seriam aquelas da globalização, onde se encontra em qualquer lugar, e o que o desenvolvimento territorial busca é identificar e valorizar o potencial de um território (PECQUEUR, 2005). O autor comenta os escritos de Joseph Stiglitz (2002), o qual destaca a cegueira dos organismos internacionais (FMI e BIRD) em não perceber "a escala local como lugar efetivo de elaboração dos processos de desenvolvimento". Para tanto ele diferencia os ativos dos recursos, onde o primeiro representa os fatores que um dado local

tem “em atividade”, enquanto que os recursos são a reserva, “fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar”. Os recursos podem no futuro se transformar em ativo “se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem”. Ainda, os recursos “constituem a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos”.

Em comum, esses projetos de desenvolvimento territorial compartilhariam um conceito de modelo de gestão focado em diferentes níveis de participação social, desde a manipulação até o controle efetivo por parte dos cidadãos, onde o resultado esperado tanto melhor será quanto maior participação nas decisões tiver por parte dos atores envolvidos (ARNSTEIN *apud* SEIXAS *et alii*, 2011).

Alpina Begossi (1999) afirma que “deve-se esperar que populações com capacidade de interagir econômica e politicamente com as instituições, podem apresentar melhores chances para sua continuidade ecológica e cultural, assim como para a manutenção de seu sistema de trocas e subsistência”. A participação social leva as pessoas a influenciar no processo e nas decisões, visto também os questionamentos aos agentes políticos tradicionais, que funcionavam mais como instrumento de reprodução de dominação política e menos como representante de interesses sociais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). Oportuno insistir que Renata Paoliello (2007) e Amartya Sen (2000) destacam que a participação é parte do processo de desenvolvimento.

A propósito, Paulo Eduardo Moruzzi Marques e George Flexor (2007) enfatizam que as ideias em torno do desenvolvimento sustentável permitem o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis.

Em sua tese de doutorado, Carmem Lúcia Rodrigues (2001) faz uma leitura sobre as abordagens participativas da sociedade civil na conservação ambiental. A autora explica o surgimento dessas abordagens, na década de 70, com os intelectuais de esquerda, tais como Paulo Freire e Orlando Fals Borda, com a pesquisa participante. Recentemente, a participação é concebida como um pré-requisito exigido pelos órgãos internacionais aos projetos de desenvolvimento sustentável e conservação ambiental. Por outro lado a autora questiona até que ponto a participação é legítima, citando as críticas de Majid Rahnema (1995) ao se referir aos processos participativos como formas de manipulação social. De fato, quando se quer dar poder às comunidades, já está previamente entendido que elas não dispõem de poder, o que pode ser contestado se estudássemos mais a fundo as práticas e costumes dessas comunidades. Possivelmente, estas últimas devem ter

outras formas de expressar seu poder e outras formas de resistir ao poder dominante. Ademais, a autora ainda destaca a necessidade de atentarmos para aquilo que não é dito, o silêncio, para a análise dos processos participativos.

Um conceito que tem sido incorporado ao discurso e à prática do desenvolvimento territorial é o de sustentabilidade. De acordo com José Eli da Veiga (2008; 114), trata-se de processo de institucionalização da expressão “desenvolvimento sustentável”. Quando, em 1960, o crescimento econômico passa a ser questionado, a preservação ambiental tornou-se chave para repensar o desenvolvimento. O autor destaca, entretanto que, não poderá haver harmonia entre crescimento econômico e conservação da natureza: “por isso, no curto prazo é preciso que o crescimento seja o mais compatibilizado possível com a conservação da natureza.” Nesta perspectiva, a economia precisa ser considerada como parte da ecologia (VEIGA, 2008; p.121, 118).

A análise de José Augusto de Pádua (2004) sobre a política ambiental no Brasil ao longo de sua história destaca que

“a consciência crítica diante da destruição ambiental é identificada como um fenômeno do mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações – tanto objetivas quanto subjetivas – que acompanharam a expansão planetária da civilização urbano-industrial” (PÁDUA, 2004).

O autor recorre a vários pensadores para interpretar que, já nas primeiras décadas do século XIX, o tema ambiental era discutido. Com viés desenvolvimentista em sua crítica, José Bonifácio empreendeu uma reflexão sobre a sobrevivência e o destino do país,

“(…) Também me impressionou o viés essencialmente político da sua crítica. Não se tratava de um lamento pessoal pela perda de alguma espécie ou área específica do mundo natural, mas sim de uma reflexão abrangente sobre a sobrevivência e o destino do país. (...) E a continuidade da pesquisa revelou que aquele autor não era um caso isolado (José Bonifácio). (...) Mas não resta dúvida, comparado com o que tem sido descoberto em outros países, que estamos diante de uma das maiores expressões nacionais, no período anterior do século XX, do que pode ser chamado de preocupação intelectual com a degradação do ambiente (150 textos, de mais de 50 autores, num período de 102 anos). (...) Apesar disso, a obra desses autores tem sido ignorada pelas histórias internacionais do pensamento ecológico e também, o que mais surpreende, pela própria memória social do país. (...) Esse esquecimento auxiliou o aparecimento de opiniões superficiais (...)” (PÁDUA, 2004).

Em linhas gerais, José Augusto de Pádua (2004) refere-se a pensadores cujos fundamentos estavam na ilustração, na política, no antropocentrismo e no progresso econômico, explicando que tal tradição é sobretudo fruto da influência do Iluminismo europeu, pois 866 brasileiros se formaram na Europa entre 1722 e 1822.

“Os pensadores aqui analisados, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais

constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa (importância econômica e política). A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido. (...) A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares, originadas do passado colonial. A grande panaceia para estabelecer a sanidade ambiental da economia brasileira, após séculos de colonialismo predatório, estava na modernização tecnológica e operacional do sistema produtivo e das instituições sociais” (PÁDUA, 2004).

Diversos autores têm incorporado, em suas análises sobre o desenvolvimento local, a variável ambiental. Pedro Cunha Bocayuva e Caio Marcio Silveira (1999) chamam a atenção para um conceito que está em construção, o desenvolvimento local integrado e sustentável, o que sugere graus de intersectorialidade e ênfases temáticas, como trabalho e renda e seus componentes (crédito popular, capacitação, articulações de mercado), educação, saúde, *manejo dos recursos naturais*. Os autores salientam que as estratégias de desenvolvimento local são concebidas sob uma cultura que ainda separa temas da *agenda socioambiental* e da agenda econômica. Por sua vez, Eduardo de Lima Caldas e Rafael D’Almeida Martins (2004) salientam o vínculo que existe entre a dimensão econômica e as dimensões sociais, *ambientais*, culturais e políticas. Essa ideia leva Caio Marcio Silveira, Pedro Cunha Bocayuva e Tania Zapata (2001) a tratarem das questões de desenvolvimento local como um novo paradigma de desenvolvimento humano, com “resultados em quatro dimensões: [1] dimensão econômica, resultante de ações ligadas à capacidade de articular fatores produtivos endógenos, para gerar oportunidade de trabalho e renda, ao fortalecimento das cadeias produtivas locais e à integração de redes de pequenas empresas; [2] dimensão sociocultural, entendida como busca de maior equidade social por meio da maior participação nas estruturas de poder; [3] dimensão político-institucional, relativa à construção de políticas negociadas entre governo, mercado e sociedade civil, favorecendo as transformações da economia e o resgate da cidadania; [4] *dimensão ambiental*, na qual o meio ambiente é visto como ativo de desenvolvimento, partindo do princípio da sustentabilidade ambiental” (SILVEIRA, BOCAYUVA E ZAPATA, 2001:42).

Os debates em torno do desenvolvimento sustentável acentuam a importância de rever a construção de políticas públicas. Pois elas buscam nos dias de hoje, notavelmente no caso das políticas agrícolas,

“o engajamento em explorar zonas sensíveis do ponto de vista ambiental”, “contribuir com a introdução ou manutenção de práticas de produção agrícola que sejam compatíveis com as exigências da proteção do espaço natural e a assegurar uma renda adequada aos agricultores” (ROUX E BOINON, 2010).

Os autores referem-se a um espaço que deve ser preservado, esse rural, em aspectos que vão além da agricultura como atividade estritamente econômica. Chamam a atenção para a necessidade de reduzir o uso de insumos, proteger a biodiversidade; proteger as paisagens ameaçadas; lutar contra os incêndios florestais; fornecer contribuição à vitalidade do mundo rural; responder às preocupações e exigências dos consumidores; e ajudar os produtores/agricultores que querem viver de seu trabalho, pois o exercício da profissão de agricultor deve deixar tempo para lazer, participar da vida social e dos projetos de desenvolvimento local.

Complementando tais ideias, Marc Dufumier (2010) faz uma revisão do que foi a atividade agrícola há milênios até chegar ao que presenciamos hoje: a agricultura é cada vez menos diversificada e cada vez mais artificializada. O autor chama a atenção para a grande manipulação genética que coloca em risco a biodiversidade de alimentos. Nesta linha crítica, o desenvolvimento sustentável exigirá sistemas agrícolas que associem vários tipos de criação com a implementação de rotações e consórcios diversificados, pois são os mais resistentes a eventuais acidentes climáticos ou sanitários e necessitam de menor emprego de produtos agrotóxicos e antibióticos (ALTIERI E NICOLLS, 2004 apud DUFUMIER, 2010). Marc Dufumier considera a agroecologia como uma forma de garantir o desenvolvimento sustentável, pois recorre intensivamente aos recursos naturais renováveis (energia luminosa, carbono, nitrogênio do ar, águas da chuva etc.) e não exclui altos rendimentos por hectare. Além disso, lembra o papel da agricultura familiar em grande parte do mundo como capaz de conduzir sistemas de produção inspirados na agroecologia.

Certamente, estamos diante de um imenso desafio, dado que nosso sistema econômico favorece a agricultura produtivista em detrimento da agricultura familiar. Por outro lado, as iniciativas de pesquisadores, dos movimentos sociais e das organizações governamentais deixam claro que devemos procurar novos caminhos. Elinor Ostrom (1990) elaborou uma teoria da ação coletiva abordando questões em torno da cooperação. Nesse estudo, a autora pretende mostrar a existência de instituições cujos fundamentos podem constituir um meio de regular o uso dos recursos de modo a serem sustentáveis no longo prazo. A partir disso, muitas iniciativas de desenvolvimento territorial se fundamentaram no agrupamento de atores diversos com a capacidade de se organizar e traçar objetivos comuns.

Por outro lado, estudos realizados na França mostram a importância de iniciativas voltadas ao desenvolvimento local no país. O estudo de Bernard Pecqueur (2008) destaca, por exemplo, a criação de territórios locais denominados “Pays³”:

3 Um “Pays” é um território que apresenta uma coesão geográfica, cultural, econômica ou social no nível de um

“Desde a crise dos anos setenta, apareceram iniciativas em reação aos danos causados pela globalização, em particular o deslocamento das atividades econômicas e o êxodo rural. Essas iniciativas partiram dos territórios locais (“Pays”) manifestando a existência e o dinamismo de espaços criados pelos atores” (PECQUEUR, 2008).

Outro dispositivo intercomunidades é destacado por Olivia Mora (2008), os Parques naturais regionais e dispositivos contratuais como o programa Leader⁴. A importância desses dispositivos se refere às possibilidades de participação dos habitantes, usuários e cidadãos em geral na definição das políticas públicas ou na elaboração de projetos territoriais.

Por fim, a noção de *terroir* se consolida em momento de crise. Trata-se de atores locais realizando o exercício de busca de especificidades de suas produções tradicionais e a empreender a diferenciação dos produtos, com selos oficiais de qualidade (CONSALES e MOUSTIER, 2007). Estas iniciativas são bastante representativas para pensarmos a realidade em que se encontram as comunidades quilombolas de nosso estudo. Para isso, torna-se fundamental entender o lugar que atualmente se encontram os povos e comunidades tradicionais no Brasil.

agrupamento de vida ou emprego. O “pays” exprime os interesses econômicos, culturais e sociais dos membros desta comunidade. Nova escala de cooperação entre coletividades locais, o “Pays” é antes de tudo uma instância que permite aos atores locais (responsáveis políticos, econômicos, associativos, sindicais, cultural etc) de elaborar juntos um projeto de desenvolvimento sustentável destinado a desenvolver as vantagens do território considerados e a reforçar as solidariedades recíprocas entre os espaços urbanos e os espaços rurais. Este projeto tem a forma de uma carta de desenvolvimento do “Pays”. Por consequência, o “Pays” não tem como vocação constituir um escalão administrativo suplementar, mas em conjunto com as comunas e agrupamentos de comunas que os compõem (RAYSSAC, 2007).

⁴ Este programa está descrito no anexo 5 na página 18.

CAPÍTULO 2 - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Para os propósitos de nossa tese, convém realçar que recentemente o debate ambientalista internacional sobre as melhores estratégias de conservação ambiental integra o papel dos povos e comunidades tradicionais (PCT). No Brasil, sua adoção passou a ocorrer a partir de meados da década de 1980, designando grupos sociais específicos e distintos entre si, desprovidos de um reconhecimento legal que garantisse o direito às terras que tradicionalmente habitavam. Para garantir esses direitos, foi criado, em 1992, o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Em 2007, pelo decreto 6.040/2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesta política, as comunidades tradicionais são denominadas Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), cuja definição abarca “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto 6.040/2007).

Esses territórios são definidos pela mesma lei como “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”.

Antonio Carlos Diegues e R. Arruda (2002) enumeram as seguintes características que permitem definir um determinado grupo como tradicional: a dependência com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis; o profundo conhecimento do meio ambiente e seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transferido de geração em geração; a importância das atividades de subsistência, ainda que sejam mantidas relações com a economia de mercado mais ampla; a produção e o uso de tecnologia relativamente simples, com impacto limitado sobre o meio ambiente; uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal; a centralidade das unidades familiar, doméstica e comunal, bem como das relações de parentesco e/ou compadrio nas atividades econômicas, sociais e culturais; enfim, (auto)identificação como cultura distinta das outras.

Por outro lado, Marshall Sahlins (1990) ressalta um aspecto fundamental sobre a cultura,

como algo em constante mudança a partir do momento em que uma dada sociedade entra em contato com outra:

“(…) como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação. Agindo a partir de perspectivas diferentes e com poderes sociais diversos para a objetivação de suas interpretações, as pessoas chegam a diferentes conclusões e as sociedades elaboram os consensos, cada qual a sua maneira” (SAHLINS, 1990).

O autor destaca especialmente o fato de tratar-se de sociedades que estão em contato com as sociedades dominantes do capitalismo ocidental, enfatizando a inevitável assimilação de aspectos dessa cultura dominante:

“Tenho observado entre teóricos do "sistema mundial" a seguinte proposição: dado que as sociedades tradicionais que os antropólogos habitualmente estudam são submetidas a mudanças radicais, impostas externamente pela expansão capitalista ocidental, não é possível manter a premissa de que o funcionamento dessas sociedades está baseado em uma lógica cultural autônoma” (SAHLINS, 1990).

Essa ideia de “povos e comunidades tradicionais” adotada pela agência ambientalista no Brasil está baseada em conceitos sobre “tipos regionais” elaborados pelos estudos antropogeográficos e fortemente vinculados a critérios ambientais. Desta forma, tal adoção simplifica a diversidade das situações culturais existentes, naturalizando os grupos sociais e estabelecendo com eles uma relação instrumental, que responda aos objetivos dos planos de manejo das reservas ambientais. Assim, a noção de “povos e comunidades tradicionais” tende a conspirar contra a autonomia destes grupos sociais, subjugando suas formas de se relacionar com os recursos naturais (e o seu futuro) a uma racionalidade de política ambiental que lhes é exógena.

Historicamente, essas populações estiveram sempre à margem da sociedade, dado o processo de colonização do Brasil, denominado por Sergio Buarque de Holanda (1995), como civilização de raízes rurais. Ou seja, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos” e “é efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas” (HOLANDA, 1995, p. 73). O estabelecimento do latifúndio agrário, com a crescente demanda europeia por produtos tropicais, tornou possível a expansão de um sistema agrário muito desigual. A grande propriedade rural, como unidade de produção, fundava-se na exploração inicialmente do braço indígena como mão-de-obra e em seguida, do braço escravo.

2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO – IMPACTOS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Pertinente para nosso trabalho, a tese de Jessé Souza (2003) sobre a desigualdade social no Brasil nos parece muito fecunda. O autor se diferencia do pensamento de Sergio Buarque de Holanda (1995) o qual se refere a uma suposta herança pré-moderna e personalista para explicar os problemas brasileiros. Jessé Souza (2003) entende que esta herança pré-moderna e personalista, não explica propriamente, a desigualdade brasileira. Esta última se acomoda a um efetivo processo de modernização cujos efeitos são analisados nos escritos de Florestan Fernandes (1965). O autor destaca o fim da escravidão no Brasil como parte de uma revolução burguesa. As classes mais abastadas da sociedade brasileira, então influenciadas pelas ideias europeias, abdicaram pouco a pouco à defesa do trabalho escravo. O trabalho assalariado, assentado na imigração, sobretudo de italianos, alemães e japoneses, abre as portas para uma acelerada modernização econômica. Porém, os ex-escravos são abandonados à própria sorte, o que explica hoje a significativa presença de seus descendentes nos extratos mais desfavorecidos de nossa sociedade.

Jessé Souza (2001) desenvolve uma reflexão muito instigante sobre essa condição de subcidadão. Além da obra de Florestan Fernandes (1965), as obras de Roberto DaMatta (1981) e Pierre Bourdieu (2008) são mobilizadas. O autor pretende mostrar as origens da naturalização da desigualdade. O ponto de partida da sociedade moderna brasileira é a chegada em 1808 dos embriões do Estado racional e do mercado capitalista, instituições da sociedade moderna:

“A naturalização da desigualdade social e consequente produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa, em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como **consequência**, não de uma suposta **herança** pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um **efetivo processo de modernização** de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do séc. XIX” (SOUZA, 2006).

Com a corte no Brasil, observa-se cada vez mais um mercado interno se propagando do Rio de Janeiro. As mercadorias e máquinas representam símbolos de prosperidade para a nova visão da condução da vida cotidiana e nova economia emocional adequada às suas necessidades. A própria assimilação cultural acontece de modo que as classes inferiores adotam o padrão cultural e o gosto das classes superiores. Assim, é apenas o mulato talentoso, estudioso e apto que ascende socialmente. Nas palavras de Jessé Souza (2001), “apenas aquele que se europeíza” ocupa um lugar ao sol. O mercado capitalista e o Estado racional são disseminados no Brasil tal como foram

instituídos em Portugal e em outros países europeus que já haviam se modernizado. O processo de “modernização espontânea” ocidental não garantia o passaporte integral para relações modernas na economia, política e cultura. As instituições nacionais mostram-se insuficientes para possibilitar, a homogeneização das condições e oportunidades sociais, expulsando para a margem do sistema os inadaptados ao novo sistema em propagação, tornando-os assim subcidadãos. Convém pensar que os valores estão objetivamente inscritos na nossa lógica institucional como resultado da forma pela qual fomos modernizados (SOUZA, 2001).

Dessa forma, Jessé Souza (2006) pretende explicar as consequências nos dias de hoje, da inadaptação à modernidade com a noção de subcidadania. As ideias de Pierre Bourdieu (2008) sobre o *habitus* são a base de seu raciocínio. O autor refere-se à prática de obedecer a regra como uma prática aprendida, automatizada e sem reflexão. Sugere ainda, que o conformismo social dos marginalizados é um condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo, inscrito no corpo de nossas ações, disposições e escolhas. O *habitus*, então, seria um conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida que determinam a estratificação por classes sociais e que “legitimam, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideias escassos”. A incorporação nos sujeitos de esquemas e disposições de comportamento a partir de uma estrutura socioeconômica é, quase sempre irrefletida e inconsciente. Daí, sua definição de *habitus* de classe: aprendizado não intencional, onde o gosto funciona como sentido de distinção social, e assim, as escolhas mais pessoais são fruto de fios invisíveis que interligam interesses de classes: as pessoas se unem por solidariedade e identificação e se separam por preconceito.

Assim, no caso brasileiro, os povos e comunidades tradicionais, por muito tempo (e ainda hoje) vistos como um obstáculo ao desenvolvimento, em razão de não serem considerados empreendedores ou disciplinados, passaram a ocupar lugar de destaque nas discussões a respeito de alternativas de desenvolvimento com conservação da biodiversidade. Essa inclusão deve-se ao ecologismo dos movimentos sociais a partir de meados dos anos 80, um ambientalismo ligado às questões sociais, o qual passou a questionar a expansão urbano-industrial em territórios com espaços e recursos de uso comum, pois agrediam o modo de vida tradicional. Ademais, muitos territórios passaram a ser áreas protegidas, ficando proibidas muitas atividades de subsistência das comunidades nelas inseridas. Estudos sobre os impactos nas comunidades tradicionais passaram a se propagar, com o intuito de comprovar as ameaças ao modo de vida tradicional dessas populações (DIEGUES, 2008). Nossa hipótese considera o deslocamento das populações tradicionais para o centro das discussões e experiências em curso em razão desta perspectiva de novas noções de desenvolvimento, atentas a questões ambientais e socioculturais.

De acordo com Fikret Berkes (1999),

“grupos humanos vivendo em áreas costeiras e dependendo diretamente de recursos naturais para sua sobrevivência, desenvolvem, por várias gerações, um corpo de conhecimentos ecológicos locais/tradicionais que os ajudam a perceber as mudanças no ambiente e favorecem a adaptação em relação a essas mudanças. Conhecimento ecológico local inclui, entre outras coisas, conhecimento local construído sobre condições dos recursos naturais, dinâmica do ecossistema e a história natural das espécies, assim como as regras e práticas gerenciais local. Esses grupos humanos podem ajudar no alerta na identificação de grandes mudanças ambientais associadas ao uso da terra e da expansão das áreas urbanas nas restingas, mangues e florestas” (BERKES, 1999).

Vários outros autores corroboram com a ideia de que essas populações são atores centrais na conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos localizados no entorno (SACHS, 1993). A partir disso, vê-se o surgimento de novos atores e estruturas sociais, esforços sendo empreendidos por iniciativa de prefeituras, em parceria com a iniciativa privada, com organizações da sociedade civil, que incentivam ações locais com empresas públicas tentando reverter a situação desprivilegiada na qual as comunidades se encontram, levando em conta questões socioeconômicas e ambientais (COELHO, 2000).

Hoje, essas comunidades continuam no meio rural, abrangem diferentes grupos sociais a partir de critérios variados (étnicos, socioculturais, econômicos e ambientais), sua noção é bastante vaga, abrangendo ameríndios, populações ribeirinhas, agricultores familiares, quilombolas e caiçaras, entre tantos outros.

2.2 OS QUILOMBOLAS NO LITORAL SUDESTE

Em nosso estudo, a escolha foi analisar projetos de desenvolvimento em comunidades quilombolas localizadas no litoral sudeste do Brasil, mais especificamente duas comunidades, uma delas situada no litoral sul paulista e a outra no litoral sul fluminense, como já mencionado.

2.2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA – DA ESCRAVIDÃO À MARGINALIZAÇÃO

A trajetória histórica da presença quilombola, em diversas regiões do Brasil, permite discutir as marcas profundas da exclusão social das populações negras do país. Os primeiros afro-descendentes que se instalaram em tais regiões chegaram como escravos, a força de trabalho predominante no Brasil colonial e imperial.

O período da escravidão representa um dos momentos mais importantes de nossa história a ser compreendido, pois deixou marcas profundas na exclusão e desigualdade que ainda

presenciamos.

Tratava-se de uma forma de regime compulsório, onde os escravos eram percebidos como objeto, cujos possuidores eram os senhores de escravo, que os compravam e vendiam para trabalhar em seus cultivos ou conforme suas necessidades. Os anúncios na figura 3 mostram como os jornais veiculavam suas fugas ou desaparecimentos.

Procurações geraes e especiaes.

Nesta typographia acha-se um completo sortimento de procurações tanto geraes como especiaes pelos preços seguintes: geraes a 3\$000 ao cento e especiaes a 2\$000.

500.000 rs. de gratificação.

FUGIO da fazenda denominada—Engenho Novo—da freguezia do Formoso, município de Mariana, o escravo Felippe africano, bom preto, estatura regular, pouca barba, pés grandes, idade 50 annos mais ou menos, poucos cabellos brancos, bons dentes e soffre de uma ernia.

Acha-se fugido desde o principio de janeiro deste anno. Quem o prender em alguma das cadeias desta provincia ou o trouxer à referida fazenda, será gratificado com 50\$000 rs.

200.000 de gratificação.

Ao vigario Dominiciano Antonio Machado, residente em Dorés da Boa Esperança, fugio um escravo que se achava em uma fazenda denominada—Cajuru—existente no município do Piumhi.

Este escravo chama-se Adão e tem os seguintes signaes: pardo bem fechado, ou vulgarmente, cabra, boa altura, bem barbado, rosto comprido, cara cheia, tem os dentes isolados na frente e no queixo superior, cabellos grossos, olhos meio rajados, e tem no peito de um pé um signal de carro que passou sobre elle.

Quem o achar e prender, e levar a seo dito senhor em Dorés da Boa Esperança, receberá 200\$000 rs de gratificação.

PRECISA-SE alugar ou arrendar uma casa com agua dentro para pequena familia. Nesta typographia se dirá quem a pretende.



TÔNICO REGENERADOR DE QUINA E DE FERRO

De GRIMAULT e C^o, pharmaceuticos em Paris

Debaixo d'uma fórma limpida e agradável, este medicamento reúne a quina, o tônico por excellencia, ie o ferro, e os dois principaes elementos do sangue.

É adoptado pelos mais celebres medicos de Paris para curar a chlorosis (dores pallidas), facilitar o desenvolvimento das meninas, e dar ao corpo o vigor alterado ou perdido.

Faz com que desapareçam rapidamente as *dôres do estomago*, ás vezes intoleraveis, causadas pela anemia ou a leucorrhœa, e que as senhoras padecem tão a miúdo; regula e facilita a menstruação, e é recebido com successo para os meninos pallidos, lymphaticos ou escrufulosos. Enfim, excita o appetite, favorece a digestão e convem a todas as pessoas cujo sangue está exaustido pelo trabalho, as doenças, ou as convalescencias prolongadas e difficis.

Nunca se fazem esperar os seus bons resultados.

Depósito no Rio-Janeiro, E. Chevrolat, rua do Carmo, 18 D; em Pernambuco, pharmacia Maurer e C^o, rua Nova; em Ouro-Prêto, Candido J.-V. Welerson.

Escravo fugido.



NO dia 6 ou 7 de março deste, fugio do poder de Joaquim Cassiano Monteiro um escravo de nome João de nação, já velho, que foi do fallecido Camillo de Lelis, e está sempre fugido; é muito abilitado, sabe fazer todos os servigos, e tem um defeito no olho esquerdo. Quem delle der noticia ou pôr em alguma prisão sera gratificado pelo abaixo assignado.

Ouro Preto, 2 de abril de 1868.—Joaquim Cassiano Monteiro.

VENDE-SE por preço muito razoavel e mesmo a prazo, um piano de uicê armario de cordas dobradas, com boas vozes, muito bem conservado. As pessoas que pretenderem comprar-o podem-se dirigir a esta typographia que se lhes prestará as necessarias informações da pessoa com quem devem tratar.

Ouro Preto 2 de Abril de 1868.

Fonte: Amantino, 2007

Figura 3 – Anúncio de escravos fugidos no jornal O Liberal de Minas de 03 de julho de 1868

Este tipo de trabalho adotado na época foi bastante criticado em função de duas consequências perversas à sociedade: a destruição ambiental e ausência de esforço intelectual. As denúncias de destruição ambiental já eram importantes no Brasil escravista. O pensamento de José Bonifácio é revelador de uma busca em estabelecer a existência de um nexos causal entre a produção

escravista e a destruição do ambiente natural: “após retornar ao Brasil, essas reflexões [de José Bonifácio] ganharam um sentido político mais amplo, que enfatizava a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial”. Juntamente com José Bonifácio, os defensores da abolição da escravidão entendiam que a sociedade precisava se modernizar, o que seria um meio não predador a caminho de uma sociedade civilizada (PÁDUA, 2003).

“O modelo ideal de sociedade passava por um rural modernizado, inclusive com a introdução de máquinas e produtos químicos. Essa agricultura modernizada não era vista como fonte de destruição ambiental, mas sim como o caminho mais direto para a salvação do território e para a construção de um país efetivamente civilizado” (PÁDUA, 2003).

A ausência de esforço intelectual foi também um dos argumentos para os que defendiam o fim da escravidão, pois tal regime não permitiria que o país se desenvolvesse.

“O esforço intelectual não era aplicado na melhoria da produção, de tal maneira que as faculdades intelectuais, como as físicas, dos senhores de escravos de nada servem para a produção, a conservação e a acumulação das riquezas” (PÁDUA, 2003; p 229).

Neste mesmo estudo, o autor destaca que a grande maioria dos estudiosos da época continuavam a favor do escravismo, e apenas alguns defendiam a ideia de que era preciso que os trabalhadores fossem livres para que houvesse mais harmonia entre o homem e a terra.

“Uma diferença bastante profunda, talvez a mais profunda de todas, disse respeito ao posicionamento de cada autor diante do escravismo. A maioria deles considerou que era viável modificar o caráter ambientalmente destrutivo da economia brasileira sem acabar com o sistema de trabalho forçado. Alguns outros, na tradição de Bonifácio, Rebouças e Nabuco, defenderam a ideia de que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil” (PÁDUA, 2003).

Assim, a luta pelo fim da escravidão foi intensificada e finalmente estabelecida de uma maneira que nunca beneficiaria os ex-escravos. Essas são as leituras realizadas por Florestan Fernandes (1965), ao se referir ao fim da escravidão como um processo de modernização burguesa, ou por Werneck Vianna, que o associa à revolução passiva, pois foi o setor dominante que se apropriou da luta dos escravos, permitindo que a abolição ocorresse, mas que ao mesmo tempo, permitiu a manutenção das estruturas de poder até então existentes.

As consequências desse processo foram analisadas por diversos estudiosos, em citações que faremos a seguir quanto à miscigenação forçada, à marginalização dos negros libertos e à eugenia.

Maurício Arruti (2006) destaca que além dos sofrimentos decorrentes dos maus tratos dados pelos senhores, os remanescentes de escravos foram vítimas de uma miscigenação forçada, em nada se assemelhando a uma democracia racial. Havia a necessidade de integrar os libertos, e seus antigos senhores se ausentavam desta responsabilidade, forçando a miscigenação. Quanto mais

mistura houvesse, mais difícil seria diagnosticar se a população era de índios ou negros, na ideia de criar uma certa confusão quanto a quem pertencia as terras.

A marginalização dos negros libertos conhece uma interpretação sofisticada nas palavras de Jessé Souza sobre a formação da desigualdade no Brasil, citada anteriormente. Na transição que ocorreu entre o fim da escravidão e o novo regime de trabalhadores livres, houve a substituição dos escravos negros pela mão de obra imigrante (RIBEIRO, 1995). Essa substituição fez com que, mesmo na condição de trabalhador livre, se encontrasse na condição de excluído, pois

“(…) para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão” (RIBEIRO, 1995; p. 222).

Assim, aquele negro que foi absorvido pela economia da época, era tratado

“como besta de carga exaurida no trabalho, na qualidade de mero investimento destinado a produzir o máximo de lucros, enfrentava precaríssimas condições de sobrevivência. Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço” (IDEM, 1995; p. 232).

Para Florestan Fernandes (1965), os antigos escravos foram abandonados, não alcançando a condição de trabalhador livre. Ademais, a nova condição foi vista pelos cativos libertos como tão degradante como àquela anterior.

“O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável pela sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva” (FERNANDES, 1965).

Essa modernização não deu portanto chances para o negro ou mulato liberto. Muito além daquilo que Florestan Fernandes (1965) descreveu sobre suas condições físicas e psicológicas, é a defesa por intelectuais da época da eugenia⁵, que impede sua ascensão social. Trata-se de uma crença no embranqueamento da “raça”, no entender desses intelectuais, como único meio para o país se desenvolver nos padrões europeus, para atingir a civilização.

2.2.2 A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS

Aqueles negros libertos que conseguiram sobreviver longe dos centros urbanos puderam se

⁵ Hoje dominada pseudo-ciência

reproduzir em unidades conhecidas como remanescentes de quilombos, constituídos a partir de uma grande diversidade de processos: fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas; heranças; doações; recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado; simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades; compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT et al, 2002).

O Quilombo dos Palmares é exemplo de um quilombo que se formou a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, constituindo-se em refugos, cuja resistência durou quase dois séculos, criando uma organização própria, por meio de sistemas próprios de produção e reprodução.

No Vale do Ribeira, a presença quilombola data o século XVIII, na mineração e a ocupação das terras pelos negros na região, também ocorreu por meio de variados processos. Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima formaram-se a partir da fuga de escravos de outras regiões das fazendas de mineração no século XVIII. Sapatu e Cangume foram formadas por negros que fugiram do recrutamento forçado para combater na Guerra do Paraguai, por volta de 1870, e também pelo estabelecimento de famílias vindas de outras comunidades da região em busca de terras para uso e moradia. Nhunguara, André Lopes e Poça formaram-se a partir de um processo de expansão territorial de grupos negros do entorno de Ivaporunduva, cuja formação deu-se por doação pela proprietária. Galvão e São Pedro também formaram-se por um processo de expansão territorial. A área da comunidade teve sua ocupação iniciada no século XIX, por volta de 1910 e 1920, devido à fixação de escravos fugidos, de descendentes de escravos e de portugueses que ocupavam uma área próxima, conhecida como Fazenda Furquim. A comunidade de Porto Velho foi uma herança deixada pelo dono da fazenda que os escravizava. Morro Seco foi herdada de uma família que já ocupava o local. Mandira, foco de nosso estudo, foi uma doação feita pela meia-irmã do patriarca da família, pois ele era filho de uma escrava com o dono da fazenda (SANTOS e TATOO, 2008). Nota-se em alguns casos, aquele latifúndio agrário citado por Sérgio Buarque de Holanda (1995) convertido atualmente nas comunidades quilombolas.

São pertinentes as reflexões realizadas por Ilka Boaventura Leite (2004) e Paulo Eduardo Moruzzi-Marques (2010) sobre o fenômeno de doação de bens aos cativos. Em um primeiro olhar, pode-se construir o mito do “bom patrão”, porém, é necessário uma análise mais profunda. Em estudos realizados no Rio Grande do Sul, Ilka Boaventura Leite (2004) destaca que a doação de terras e promessas de liberdade revelam formas de obter a lealdade e dedicação. Paulo Eduardo

Moruzzi Marques (2010) aposta na probabilidade de existirem terras inexploradas em abundância, o que permitia incluir no cálculo das explorações econômicas estas doações sem maiores preocupações, pois atualmente, as terras quilombolas apresentam uma malha fundiária composta por terras devolutas, terras particulares e Unidades de Conservação, sendo frequentes conflitos com terceiros, indivíduos não-quilombolas que ainda ocupam as terras das comunidades (SANTOS e TATOO, 2008).

No litoral sul-fluminense, região de Paraty, os laudos antropológicos de Campinho e Cabral descrevem que a base econômica da região como um todo era a partir da produção de cana-de-açúcar, que movimentou o trabalho escravo na região por um longo período entrando em declínio e abandono no século XX. No ciclo da mineração, escoava-se o ouro pelo porto de Paraty, representando uma rota desde Minas Gerais (Enciclopédia Caiçara, 2005). As fazendas escravistas faziam com que os negros que lá chegassem trabalhassem compulsoriamente na produção da cana e do café. Quando houve a abolição do trabalho escravo, no final do século XIX, as atividades comerciais enfraqueceram, o que fez com que os proprietários de terra doassem (“de boca”) suas terras aos ex-escravos (REIS, 2010).

De modo geral, o fim do cativo fez com que os quilombolas sobrevivessem por meio da subsistência. A necessidade de sobrevivência levou-os a se apropriarem dos recursos naturais na medida em que as famílias se refugiaram em áreas de florestas e matas. Os quilombos desenvolveram uma relação específica com a natureza, isto é, “viver nos quilombos equivalia a arar e cultivar a terra para dela extrair os recursos necessários à vida (...)” (CARRIL, 2006).

2.3 OS QUILOMBOLAS NOS ANOS RECENTES

Nos anos recentes, podemos definir quilombo, como:

“uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração” (SANTOS E TATOO, 2008).

Essa definição procura explicar seu modo de vida atual, para além do conceito baseado no “binômio fuga-resistência” ou nos “espaços de resistência e de isolamento da população negra” (SCHMITT et al, 2002).

Além das práticas do passado, que visavam garantir a subsistência, tem-se nos dias atuais, a necessidade de reprodução considerando-se o não-isolamento a que estão sujeitos, e por constituírem comunidades inseridas em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em

muito da sustentabilidade da atividade agrícola considerando sua relação com o território e a natureza.

Neste ponto, convém introduzir o debate ambientalista internacional sobre a presença de grupos humanos em áreas de conservação ambiental. De certa maneira, nota-se uma transformação do olhar dos próprios quilombolas sobre seu estilo de vida, fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade, de modo a saírem daquela condição de subcidadão estudada por Jessé Souza (2006). Em termos legislativos, dois aspectos favoreceram tal transformação: a inclusão na Constituição de 1988, do artigo 68 das Disposições Transitórias de Direitos Territoriais aos Remanescentes de Quilombos e o Decreto 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

“Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo” (SCHMITT ET AL, 2002).

Autores contemporâneos, como Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003) denominam de multifuncionalidade da agricultura essa “concepção do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura e do meio rural” tratando de perspectiva inovadora de desenvolvimento rural, a multifuncionalidade privilegia os seguintes aspectos da agricultura: reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.14).

A multifuncionalidade “rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais: conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos”. Essa nova concepção pretende integrar a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. E mais que isso, “procuram responder a questões que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e seus impactos socioambientais até a dinâmica de reprodução das famílias rurais e de ocupação do espaço social agrário” (MALUF, 2003).

Nota-se em grande medida que tal concepção pode caracterizar as práticas agrícolas em comunidades quilombolas, “(...) pertinência de categorias como parentesco, memória coletiva, normas e valores, tradições, territórios, projetos de vida, construção de patrimônio familiar, entre tantas outras” (CARNEIRO E MALUF, 2003; p. 15)

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura é aquela que integra a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. Dessa maneira,

“Mais do que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social” (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.09).

E suas fontes de renda:

“(…) permite legitimar formas de produção e de fontes de renda que normalmente ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos. Como se sabe, na maioria das vezes, as famílias que efetuam algum tipo de atividade agrícola combinam, em diferentes proporções, outras práticas, tais como: atividades não-agrícolas (rurais e urbanas) remuneradas; atividades diversas ligadas ao estabelecimento agrícola (transformação e venda direta da produção ou em circuitos curtos de comercialização, agroturismo, etc.); prestação de serviços utilizando o material do estabelecimento, ficando, por isso, fora das lentes das análises convencionais.” (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.21)

Os territórios quilombolas, por terem uma característica peculiar de posse da terra, sendo, em princípio, impossível a venda de terras que são transmitidas de geração a geração, são a partir de sua história, relações em família e cultura, territórios multifuncionais nos quais a agricultura representa sua atividade central. Ao mesmo tempo, atividades ligadas à conservação ambiental de seu entorno, são cada vez mais frequentes. Portanto, é possível assinalar que antigas práticas podem assumir novos significados nos dias de hoje.



Negra. 1943. Lápis s/ papel. Coleção Mario de Andrade (BATISTA E LIMA, 1998)

CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Os capítulos anteriores procuraram oferecer elementos para fundamentar nosso estudo, que tem como objetivo analisar políticas de desenvolvimento local e seus impactos em comunidades tradicionais. Nossa intenção foi mostrar, por meio do referencial escolhido, que o pensamento hegemônico não constitui o melhor caminho para se pensar comunidades que estiveram tão a margem da sociedade desigual brasileira. Com essa constatação, vale dissertar sobre o método escolhido para atingirmos nossos objetivos de pesquisa. Os próximos parágrafos são dedicados a essa compreensão.

3.1 A PESQUISA INTERDISCIPLINAR QUALITATIVA

"Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos, escalavrados de feridas de escorbuto, olhavam o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, esplêndidos de vigor e de beleza, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar" (RIBEIRO, 1995).

Assim começou a nossa colonização. Então, a pergunta que fica: o que teria sido de nossa história se, os portugueses tivessem chegado aqui, apreciado o modo de viver dos índios e, ao invés de lhes impor seus modos de vida, tivessem aderido ao modo de viver dos nativos?⁶ Uma contadora de histórias, nigeriana, Chimamanda Adichie (2009) sugeriu começarmos a contar nossa história a partir das lentes dos nossos nativos e não a partir da chegada dos portugueses. Assim, teríamos uma história completamente diferente.

Há uns anos, li um artigo (CARVALHO, 2004) em que o autor comentava sobre os estudos de línguas em certas universidades, destacando a Universidade de Alepo, na Síria, onde podíamos frequentar cursos de árabe, curdo, armênio e aramaico; na Universidade de Lahore, no Paquistão, podíamos aprender árabe, urdu, pashtu e talvez persa. Em Cuzco, no Peru, podíamos frequentar cursos de espanhol e também de quechua. Em seguida, nota que pela mesma lógica, universidades brasileiras deveriam ensinar algumas das 180 línguas existentes em nosso país. Se fosse assim, na Universidade Federal do Amazonas, poderíamos estudar *tukano*, *baniwa*, *tuyuka*, *tikuna*, *nheengatu*.

⁶ Um poema de Oswald de Andrade (1890-1954), intitulado "erro de português", cabe muito bem neste questionamento: Quando o português chegou/ Debaixo duma bruta chuva/ Vestiu o índio/ Que pena!/ Fosse uma manhã de sol/ O índio tinha despido/ O português

Da mesma forma, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul deveria ensinar *kaingang*, *guarani*, *xokleng*, *ioruba*; a Universidade Federal de Minas Gerais, *quimbundo* e *kicongo* e a Universidade Federal do Maranhão, o *gêge*. Porém, isso não acontece em nenhuma delas, representando perdas culturais para nossa sociedade.

Essa reflexão é o ponto de partida para a construção do referencial metodológico, idealizado a partir do objetivo de pesquisa e considerando as indagações de Marcia Regina Farias Silva (2010): “as fronteiras e limites disciplinares são hoje questionados, por não serem intrínsecos a realidades do mundo e se revelarem, cada vez mais, ligados a representações construídas dessa realidade.” Assim, a pesquisa interdisciplinar torna-se um meio para superar as insuficiências disciplinares. Trata-se de, transferência de métodos de uma disciplina a outra, na intenção de criar a transposição dos limites disciplinares que nos ofereçam resultados mais próximos da realidade. Na interdisciplinaridade, pode-se encontrar abordagens integradas para a resolução dos problemas como aqueles sociais e ambientais (SILVA, 2010).

Edgar Morin (2005) destaca que a abertura interdisciplinar é necessária, dando ênfase à questão educacional, ou seja, ao papel que a universidade deveria desempenhar. Daí recorre a outros eventos, cujo estudo interdisciplinar traz elementos, ideias e conceitos novos para uma explicação profunda. Além desses, destaca os projetos interdisciplinares, com seus esquemas cognitivos reorganizadores, como formas de rompimento com o isolamento entre as disciplinas. Para que toda essa integração ocorra, o autor remete-nos a ideia de um novo paradigma, ancorado na missão científica de produzir conhecimento interdisciplinar a partir de uma troca e uma cooperação de saberes, buscando incorporar o conhecimento além das disciplinas, sem no entanto destruir o que já foi realizado (MORIN, 2005).

Este estudo é interdisciplinar por abarcar áreas do conhecimento como a economia, a gestão, o meio-ambiente, a sociologia, a antropologia. Mais do que tudo, parece-nos pertinente essa reflexão em razão de nosso referencial teórico, no qual discutimos em que medida uma outra maneira de pensar o desenvolvimento será capaz de atender aos anseios das populações envolvidas, ou melhorar suas condições de vida. O paradigma dominante fecha-se nas disciplinas de forma a isolá-las, desconsidera as outras duas formas de conhecimento ditos não científicos, o senso comum e as humanidades (cultura, artes), desconfiando de nossas experiências imediatas. Para tanto, tende a aplicar todos os princípios epistemológicos e metodológicos das ciências naturais nos estudos da sociedade, reduzindo fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis.

O desafio aqui é lançar pistas para o que Marcia Regina Farias Silva (2010) definiu como o estabelecimento de conexões entre os diferentes campos disciplinares para construir referenciais

conceituais e metodológicos e promover diálogos e trocas entre diferentes disciplinas. Não temos a pretensão de criar um método definitivo e universal para as ciências sociais, dado que Boaventura Souza Santos (1987) destaca, em seu *Discurso sobre as ciências*, a ideia segundo a qual “os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados”; “os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire”; “o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam sua prática em geral, portanto, sua prática de cientista”. Assim, o diálogo entre disciplinas científicas e outras formas de conhecimento poderá trazer alternativas ao problema:

“Ao fazer a distinção das estratégias cognitivas de produção do conhecimento, a ciência moderna perde uma rica contribuição, pois tais saberes extrapolam por vezes os limites científicos especializados, e promovem interlocuções que levam a novas premissas, novas proposições e novas explicações, que são terrenos férteis para se cultivar as sementes científicas” (SILVA, 2010).

O que talvez desejamos é pensar em construções baseadas no paradigma emergente a que se refere Boaventura Souza Santos (1987). O autor chama a atenção para a necessidade de as ciências naturais passarem a dialogar com as ciências sociais. Assinala quatro características do conhecimento científico no paradigma emergente.

A primeira característica diz que todo o conhecimento científico-natural é científico social. Aqui, o autor busca a superação da dicotomia ciências naturais e ciências sociais. Este estudo, sobre o desenvolvimento local em comunidades quilombolas, abarca conhecimentos que precisam superar tal dicotomia, uma vez que pretendemos estudar a conservação da biodiversidade em interação com seres humanos que dependem dessa biodiversidade para sobreviver.

Uma segunda característica refere-se ao fato de que todo conhecimento é local e total. O autor explica que o local "constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos, como projetos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc". Pensar em local, significa pensar no total, pois reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando sua exemplaridade. No paradigma emergente, aquilo que é desenvolvido localmente pode emigrar para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem. Observamos neste estudo essa possibilidade, de se olhar para as realidades das comunidades estudadas e seus aspectos positivos serem pensados em outras realidades. A proposta do PD/A é exatamente de considerar as experiências que trouxeram resultados positivos, de modo

que contribuam para a difusão e incorporação destas estratégias por outras comunidades. Nesse item, o autor realça que cada método é uma linguagem: então, apresenta-se a necessidade de se utilizar uma pluralidade de métodos, que só é possível mediante o que denomina, transgressão metodológica; ou seja, uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista.

A terceira característica diz que todo o conhecimento é autoconhecimento. Em outras palavras, a distinção epistemológica entre sujeito e objeto teve de se articular metodologicamente com a distância empírica entre sujeito e objeto. Por exemplo, na antropologia, a distância empírica entre o sujeito e o objeto era enorme e, na sociologia, esta distância era pequena demais. Por meio dos métodos, no primeiro caso, a observação participante forçou o encurtamento dessa distância, ao passo que na sociologia, com o inquérito sociológico, a análise documental e a entrevista estruturada, houve um maior afastamento. No período pós-estruturalista, houve a mescla entre as áreas, com a sociologia se utilizando de métodos da antropologia. A partir daquele momento, os povos primitivos foram considerados concidadãos. Havia um desconforto nessa distinção sujeito/objeto nas ciências sociais, que se propagou às ciências naturais. Assim no paradigma emergente, entende-se que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por esta razão, todo conhecimento científico é autoconhecimento. O autor destaca que "os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão nem antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante dessa mesma explicação. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia". Em todo caso, o conhecimento científico possui procedimentos bastante específicos para sua produção, o que deve ser considerado como um trunfo para o diálogo com outras formas de saber.

O autor destaca o fato da ciência moderna ter sido internalizada, naturalizada, por todos nós como uma forma de conhecimento que não se contesta. Por outro lado, temos nossas trajetórias de vida pessoais e coletivas e valores e crenças que transportam nosso conhecimento, os quais influenciam sobremaneira nossas investigações ou os nossos trabalhos de campo. Em outras palavras, o conhecimento acumulado ao longo de nossas vidas constitui a base de saberes para o paradigma emergente. Busca-se aqui a interação entre o conhecimento científico e o autoconhecimento, pois um depende do outro para existir. Queremos conhecer as realidades das comunidades quilombolas em questão para entender e refletir sobre seu "viver" e, dessa forma, retornar ao conhecimento científico, de maneira amarrada a história de vida de nossos

interlocutores, com quem buscamos interagir profundamente neste estudo. Nossa visão de mundo como pesquisador, exigindo a construção de um referencial de interpretação deste mundo, orienta nosso trabalho. Assim, o referencial científico é influenciado por aquilo que já vivemos e compreendemos, a nossa história.

A quarta característica diz que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. O senso comum é prático e pragmático e pode enriquecer a nossa relação com o mundo; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e, juntamente com o conhecimento científico, pode estar na origem de uma nova racionalidade. No paradigma emergente, a ciência, ao se voltar para o senso comum, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida.

A partir dessas características destacadas no paradigma emergente, nota-se a importância de incluir aspectos dos mais particulares da existência e experiência de cada um, transformando saberes do senso comum em conhecimentos científicos e, dessa forma, permitindo que a ciência considere as trajetórias de vida de cada um (SANTOS, 1987).

Assim, estudar a perspectiva das comunidades é de fundamental importância para a busca de objetivos relacionados à participação e melhoria da qualidade de vida. Ao estudar os dois casos, pretendemo-nos ater ao que é único, particular de cada comunidade. Considerando o "movimento relativizador", ao qual Roberto Da Matta (2010) se refere, como algo fundamental nos últimos tempos, com o qual os antropólogos sociais vêm testando suas interpretações em dois níveis, naquele da nossa cultura e sociedade e também naquele da sociedade estudada, de modo que se crie um diálogo e que o "nosso sistema" não seja visto como o mais complexo ou superior. Daí, o autor sugere que olhemos para sociedades e culturas em suas diferenças e especificidades, afastando o olhar para o homem em suas generalidades. Todas as sociedades humanas possuem pensamento analítico e crítico de modo a provocar mudanças constantes e aceleradas no ambiente e na forma de organização social. É preciso considerar também que existe a possibilidade de respostas diversas para os mesmos desafios pois falamos de diversidade humana (DA MATTA, 2010).

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS

Estruturados os objetivos de pesquisa, o referencial teórico e a fundamentação metodológica, (pesquisa interdisciplinar e qualitativa), é necessária a definição das técnicas de

pesquisa a serem utilizadas no estudo. A “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática” (MARCONI E LAKATOS, 2003). Além dos objetivos de pesquisa é preciso considerar os recursos disponíveis para a realização do levantamento. Marcelo Medeiros (2005) sugere que “a combinação de mais de um instrumento pode ser a alternativa mais indicada para a pesquisa”. Assim, neste estudo, o levantamento foi realizado em duas etapas de pesquisa, utilizando-se as técnicas sugeridas por Mariana de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2003): a documentação indireta e a observação direta intensiva.

A primeira etapa consistiu na documentação indireta, com a pesquisa bibliográfica voltada aos temas em questão. Essa etapa tem papel fundamental no desenho da estrutura de pesquisa, pois é a partir dela que as questões serão formuladas para constituir os instrumentos de coleta de dados.

Trata-se de um levantamento de temas como o conceito de desenvolvimento, a partir de diversos autores que tem se debruçado nesta reflexão, até chegar ao conceito de desenvolvimento como liberdade idealizado pelo indiano Amartya Sen (2000). Essas ideias são oportunas para o aprofundamento da noção de desenvolvimento territorial, especialmente aquela elaborada por Bernard Pecqueur (2005), pois trata de uma dimensão de desenvolvimento local considerando relevante o elemento diferenciador, o território. É diferenciador pois empreendemos nossa análise em comunidades rurais quilombolas, cujos modos de vida, dependem em grande medida no uso do território. Uma de nossas hipóteses é aquela segundo a qual o reconhecimento das especificidades territoriais favorece o desenvolvimento como liberdade. Nesta perspectiva, nossa observação privilegiou os modos de vida quilombolas dentro das discussões atuais sobre multifuncionalidade da agricultura (MALUF, 2003), e dessa forma, procuramos entender os novos papéis atribuídos aos quilombolas no desenrolar de suas atividades econômicas, em grande medida papéis associados às especificidades locais e culturais. Para tais tarefas, as mais variadas fontes foram consultadas, tais como artigos em periódicos científicos, teses, dissertações, anais de eventos e livros.

Por outro lado, a análise das políticas públicas, de acordo com Pierre Muller (2002), são importantes para melhor compreender o que está por trás de sua formulação e de seus objetivos. O autor cita passos que devemos estabelecer para investigar políticas públicas, dando destaque para a seleção de dados de acordo com o estado de conhecimento científico do campo estudado. Assim, elenca estudar a literatura científica e literatura especializada; avaliar as pesquisas já realizadas e o estoque de informações disponíveis; formular um problema; considerar o objetivo dos atores das políticas públicas, procurando identificar o referencial dominante. Pierre Muller destaca uma série de documentos produzidos em função da elaboração das políticas públicas que devem ser

analisados ou conhecidos. São notas e documentos internos, discursos e tomadas de posição dos ministérios, ou dos responsáveis políticos, os projetos de lei, decretos, transcrições dos debates parlamentares; imprensa ministerial (boletins de informação); imprensa profissional (boletins sindicais, grêmios). O autor destaca que somente as entrevistas podem não ser suficientes para alcançar resultados substanciais: é preciso então efetuar uma combinação de entrevista e leitura dos documentos.

Utilizando-se das técnicas de pesquisa com princípios sociológicos e antropológicos, foi realizada como segunda etapa da investigação, a observação direta intensiva, com a pesquisa de campo nas comunidades em questão, onde observamos *in situs* os processos em curso, obtendo por meio de entrevistas abertas e observação participante informações sobre: a formulação e implementação dos projetos de desenvolvimento local; a participação das comunidades envolvidas, sua avaliação e expectativa; os modelos de gestão focados na participação dos atores; assim como o cumprimento ou não dos objetivos previamente estabelecidos, considerando a discussão realizada anteriormente.

A essa documentação, enquanto fonte primária de dados, foi acrescido importante volume de material disponibilizado pelos atores envolvidos, neste caso o Ministério do Meio-Ambiente, com seus editais, relatórios de acompanhamento e avaliação final, bem como as atas de reuniões disponibilizadas pelas comunidades.

As entrevistas mais abertas possibilitam às pessoas falarem de suas próprias perspectivas, em suas próprias palavras. As entrevistas semi-estruturadas oferecem meios para este propósito, mantendo definição e controle pelo pesquisador. A entrevista é importante pois o entrevistado pode ter outros *insights*, que serão muito ricos quando analisados. O papel do entrevistador continua essencial, pois diferentes entrevistadores podem gerar diferentes respostas para os mesmos questionamentos. O entrevistador deve realizar escolhas dos elementos chaves para uma interpretação plausível com os dados empíricos obtidos. Estes últimos podem ser considerados objetivos, mas devem ser interpretados considerando-se aspectos subjetivos. Após a realização das entrevistas, o material foi sistematizado e analisado. Ressalta-se a tomada em consideração da questão ética: o entrevistado foi informado sobre sua liberdade para responder ou não à pesquisa, sobre os objetivos da pesquisa e sobre a confidencialidade dos dados (KVALE, 1996).

Realizamos entrevistas semi-estruturadas nas duas comunidades. Em Mandira foram entrevistados dezoito casais, de um total de vinte e quatro famílias e em Paraty, nossos entrevistados foram os participantes do programa, oito jovens.

O roteiro de entrevistas foi elaborado considerando-se as dimensões demográfica, econômica, social e cultural relativas às comunidades, sempre considerando as questões relativas aos objetivos da pesquisa sobre o desenvolvimento local. Seguimos a mesma estrutura de questões para todos os entrevistados. Foram realizadas entrevistas-teste como forma de validar o roteiro aplicado junto às comunidades, no final de julho e início de agosto de 2011, na comunidade de Mandira.

A coleta de dados foi realizada em conjunto com o doutorando Rafael José Navas, do mesmo programa de pós-graduação, cujo título do trabalho é "Análise territorial de políticas públicas em agroecologia para quilombos". A experiência de unir dois estudos nos pareceu muito válida, por duas razões. Uma delas refere-se à resistência das comunidades em colaborar com muitos estudos com temas próximos e, a outra, é a riqueza da discussão quando ambos os pesquisadores podem trocar ideias ao final de cada entrevista e ao final do próprio trabalho. Embora nossos objetivos tenham sido bastante diferentes, os trabalhos se complementam e, mesmo aquelas questões que inicialmente foram formuladas para um projeto apenas, no final, apareceram como muito úteis na análise e interpretação dos dados de ambos.

Os dados de campo foram coletados de setembro de 2011 a março de 2011, para a comunidade de Mandira, e de julho a setembro de 2013 para a comunidade em Paraty, sempre com a realização da observação participante. Harvey Russell Bernard (2006) atenta para o fato de, nós, como pesquisadores, realizarmos em geral, todas as entrevistas, com as mesmas perguntas, diversas vezes, o que pode tornar o processo fatigante. Daí a necessidade de contar com espaços de tempo entre um bloco de entrevistas e outro. Em Mandira, realizamos as entrevistas permanecendo cerca de uma semana por mês, alternando entrevistas e acompanhamento das atividades diárias. Até chegarmos às entrevistas, existiu um trabalho intenso de aproximação com as comunidades, por meio de visitas iniciais onde apenas ocorreram observações e percepções do ambiente. Em seguida, fomos tomando contato com as principais lideranças das comunidades. Por exemplo, procuramos os representantes das associações e outras pessoas que estiveram a frente de algum projeto. Participamos também de reuniões com membros da associação e conselho para obtenção de aprovação comunitária para realização da pesquisa. Foram nove visitas em Mandira, Cananeia, e oito visitas no Campinho da Independência em Paraty desde o processo de aproximação até a realização das entrevistas.

A outra técnica, a observação participante, foi importante para desvendar fatos sociais⁷ não

7 Fato social é um conceito cunhado no decorrer da análise científica que põe em evidência determinadas

alcançados pelas entrevistas, com a finalidade principal de oferecer mais elementos para atingir os objetivos desta pesquisa. Carmem Lúcia Rodrigues (2001) destaca uma característica dos povos e comunidades tradicionais, a tradição oral, que faz com que a observação participante seja bastante rica quando complementa as entrevistas. O que o pesquisador deve conseguir consiste em apreender o ponto de vista do entrevistado, sua relação com a vida que leva, compreender sua visão de seu mundo, ou seja, refere-se a um esforço de penetração da atitude mental que neles se expressa (MALINOWSKI, 1980). Foram obtidos assim na vivência diária muitos elementos da realidade local específica (GUIMARÃES, 1980; p.13). As ocorrências reais estimulam o entrevistado a dar sua opinião e, assim, podem surgir muitas informações (MALINOWSKI, 1980).

Além do comportamento das pessoas, Gerald Berreman (1980) evoca: o prestígio pessoal que determinadas indivíduos detém nas comunidades; a existência de grandes amizades e hostilidades; a maneira sutil em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais dos que o rodeiam. Com esta ótica, é bastante interessante deslocar o foco para esses aspectos das relações comunitárias. Neuma Aguiar (1978) destaca que a posição social atribuída a uma determinada pessoa e as expectativas que o seu comportamento gera nos outros são aspectos que poucos cientistas sociais tem se preocupado em analisar, salvo aqueles que trabalham em cooperação com a psicanálise. Esse olhar é bastante enriquecedor pois as pessoas nas comunidades podem ocupar posições formais de destaque, nas associações e outras instituições relacionadas.

Harvey Russell Bernard (2006) destaca que a observação participante foi inicialmente utilizada para pesquisas etnográficas, onde, antropólogos em geral buscaram conhecer a cultura de um povo. Mais recentemente, seu uso tem sido cada vez mais difundido em outras áreas: por exemplo na gestão, o desenvolvimento de produtos tem sido acompanhado de análises sobre a hierarquia de interações entre os funcionários em uma empresa e o comportamento de consumidores em relação a determinada tecnologia e; na demografia, os estudos sobre mortalidade infantil se valem destes métodos. Enfim, a observação participante pode ser utilizada onde houver a necessidade de se resolver problemas humanos.

Bronislaw Malinowski (1980) refere-se a importância de vivenciar na observação, o dia a dia da comunidade sem a presença de outras pessoas do mesmo meio de onde o pesquisador se origina. Harvey Russell Bernard (2006) explica que o tempo necessário para se realizar a observação

características cruciais da sociedade que se estuda” (Mauss apud Aguiar, 1978).

participante varia bastante. Tradicionalmente, com os antropólogos, esse tempo era de um ano ou mais. Atualmente, já se realizam estudos em apenas algumas semanas. Esse tempo depende de diversas variáveis, que consideram, inclusive, o perfil de quem está pesquisando.

Um ponto importante da observação é “aplicar um certo número de métodos particulares para coletar, manipular e estabelecer seus dados”. Devem eles ser coletados mediante observações detalhadas, em algum tipo de diário, registrando-se declarações etnográficas, narrativas características, expressões típicas, rituais, peças de folclore, as quais Bronislaw Malinowski (1980) denominou documentos da mentalidade nativa. Em nosso estudo utilizamos um diário de campo e registros fotográficos.

Ao final da observação participante, Bronislaw Malinowski (1980) destaca a importância da sinceridade quando o pesquisador redige seu texto analítico,

“os resultados das observações e as declarações e interpretações dos sujeitos, pois seu valor será dado quando o pesquisador conseguir fazer suas inferências baseadas no seu bom senso e percepção psicológica. (...) Descubra as maneiras típicas de pensar e sentir, que correspondem às instituições e à cultura de uma comunidade determinada e formule os resultados da maneira mais convincente. (...) Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade sem o desejo pessoal de sentir pelo que vivem esses indivíduos, de compreender a natureza de sua felicidade — é, a meu ver, perder a maior recompensa que podemos esperar alcançar do estudo do homem” (MALINOWSKI, 1980).

Nas comunidades em questão, o esforço reside em desvendar os pensamentos profundos, que muitas vezes são verbalmente expressos em reproduções de discursos. A observação participante é de fundamental importância para validar (ou refutar) os discursos realizados pelos entrevistados, dado que estão frequentemente influenciados pela presença de pesquisadores e profissionais de organizações governamentais e não-governamentais que realizam trabalhos nestas comunidades, reproduzindo falas que muitas vezes não são as suas, verdadeiramente. A observação participante é um processo contínuo: a base da observação será o próprio conteúdo apresentado no roteiro de entrevista.

Uma síntese dos objetivos, seguidos das técnicas de pesquisa utilizadas, são apresentados a seguir:

Objetivos	Técnica de pesquisa	Instrumento de coleta
Impactos do PD/A: socioculturais, econômicos e ambientais	Entrevista e observação: comunidade	Questão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18
Participação das pessoas no PD/A	Entrevista e observação: comunidade	Questão 19, 20, 21, 22, 23, 24
Avaliação das pessoas do PD/A	Entrevista e observação: comunidade	Questão 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
Objetivos iniciais do PD/A: cumpridos?	Documentação indireta: dados secundários	Objetivos apresentados na proposta inicial do PD/A
Identificar os tipos de agriculturas distintas daquelas de caráter mais produtivista	Entrevista e observação	Questão 11

Figura 4 - Roteiro de entrevista

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Nosso quadro de análise foi elaborado à luz das reflexões realizadas por estudiosos dos modelos de desenvolvimento (SEN, 2000). Em grande medida, nossas referências levam ao questionamento de um desenvolvimento pautado estritamente no crescimento econômico, considerando notadamente a desigualdade social. Historicamente marginalizadas, as comunidades quilombolas desempenham todavia importantes papéis em torno da definição de multifuncionalidade da agricultura (MALUF, 2003).

Assim, nosso olhar privilegiou aspectos do desenvolvimento como liberdade que permitissem considerar questões específicas de cada comunidade rural em suas dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, enfatizando a qualidade de vida e a conservação da biodiversidade.

A estruturação da análise consistiu em criar categorias a partir da ênfase nas capacidades, referindo-se a estas últimas como um amplo recurso para avaliação do bem-estar individual, dos arranjos sociais, do estabelecimento de políticas e das propostas sobre mudanças sociais na sociedade. Seriam as capacidades que levariam às realizações (trabalhar, descansar, ser alfabetizado, ser respeitado, ter boa saúde...). As categorias envolveram analisar mudanças em termos de alimentação, produção, participação, sociabilidade, sensibilidade ambiental, sensação de conforto e segurança (prazer e liberdade). O futuro que é concebido para as crianças foi particularmente tomado em conta (há desejo de que permaneçam no lugar, de que maneira...).

Em sua concepção sobre o desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2000) destaca alguns aspectos fundamentais para a expansão das liberdades, a qual só é obtida pelo desenvolvimento das capacidades. Para nossa análise, efetuamos ajustes quanto a cada um desses aspectos considerando o caso específico em questão. A proposta original de Amartya Sen, para a expansão das liberdades, seria focalizar a participação política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

Em razão de nossas hipóteses em torno da expansão das liberdades, consideramos os novos papéis atribuídos aos quilombolas (aqueles mencionadas no debate da multifuncionalidade da agricultura) com vistas a discutir suas capacidades. Tratou-se de aspectos relacionados à reprodução socioeconômica das famílias, à promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias, à manutenção do tecido social e cultural e à preservação dos recursos naturais e das paisagens (MALUF, 2003), permeados pela ideia de participação, pois são decisões que devem ser tomadas considerando os aspectos da multifuncionalidade.

Em nosso entendimento, consideramos a atuação política e as garantias de transparência como “oportunidade de participação”, já que esta ideia de participar está relacionada à expressar-se em sua comunidade, diante de seus membros e instituições, em uma esfera pública local, envolvendo interesses específicos dessas comunidades. Ter transparências nos processos e informações garante uma participação mais efetiva.

Por sua vez, as facilidades econômicas são entendidas como “produção e geração de renda” por meio das atividades econômicas desenvolvidas e os programas sociais de transferência de renda. Estes últimos contribuem de maneira significativa no acesso ao consumo de diversos itens. Interessa-nos saber se tais atividades permitem a reprodução socioeconômica das famílias, tal como sugerido em termos da multifuncionalidade da agricultura, simultaneamente ao aumento de suas capacidades e liberdades.

As oportunidades sociais são expressas pelo “desenvolvimento e saúde”. Quanto ao desenvolvimento, pode ser pensado em termos de impulsos de ações voltadas para a educação, capacitação e treinamento dos indivíduos na comunidade. Na saúde, incluímos análises da sensibilidade ambiental, dos hábitos alimentares e das relações de solidariedade. A sensibilidade ambiental está relacionada ao desejo de preservação dos recursos naturais e das paisagens; os hábitos alimentares permitem pensar na promoção da segurança alimentar das famílias rurais bem como da sociedade e; as relações de solidariedade permitem-nos discutir em que medida ocorre a manutenção do tecido social e cultural das comunidades envolvidas enquanto meio favorável para a expansão das capacidades.

Finalmente, a segurança protetora seria expressa pela sensação de “conforto e segurança”. Trata-se de examinar os projetos na comunidade no que se refere a esta segurança protetora. Cumpre aqui também desenvolver uma análise particular quanto aos filhos: qual o futuro desejado por eles mesmos e por seus pais, o que vai determinar a permanência ou não da comunidade.

A teoria das capacidades, apoiada também na noção de multifuncionalidade da agricultura, permitiu gerar o quadro abaixo:

Dimensões consideradas	Amartya Sen	Multifuncionalidade da agricultura	Categorias criadas
✓ Participação	✓ Participação política ✓ Garantias de transparência	✓ Participação	✓ Oportunidade de participação
✓ Produção	✓ Facilidades econômicas	✓ Reprodução socioeconômica	✓ Produção e geração de renda
✓ Mudanças em termos de alimentação ✓ Produção ✓ Sociabilidade ✓ Sensibilidade ambiental	✓ Oportunidades sociais	✓ Promoção da segurança alimentar ✓ Preservação dos recursos naturais e paisagens	✓ Desenvolvimento e Saúde
✓ Sensação de conforto e segurança (prazer e liberdade) ✓ Futuro concebido aos filhos	✓ Segurança protetora	✓ Manutenção do tecido social e cultural	✓ Conforto e Segurança

Figura 5 – Categorias analisadas

Capítulo 4 - O Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA

O foco de nosso estudo, as experiências de ação pública em favor do desenvolvimento local, são direcionadas aqui para a análise do “Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PD/A -MMA)”. Este último teve sua origem após discussões entre os países industrializados sobre a proteção das florestas tropicais. Desta maneira, é concebido que o G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) deveria assumir o compromisso de protegê-las, já que tais países são responsáveis por amplos danos ambientais (MANCIN, 2001). Em sua dissertação de mestrado, Rinaldo Mancin (2001) destaca uma certa preocupação ambiental destes países industrializados, o que leva ao surgimento do PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), liderado pela Alemanha. O lançamento deste programa aconteceu em julho de 1990, como tentativa de frear a destruição das riquezas naturais, particularmente com medidas visando conservar as florestas da Amazônia e Mata Atlântica. O PPG7 caracteriza-se por uma ação ambiental conjunta do governo brasileiro, da sociedade civil organizada e da comunidade internacional, envolvendo uma multiplicidade de projetos e atores. Os projetos previstos neste programa, entre o ano de 1996 e 2010 estiveram divididos em 5 linhas de ação:

- a) Experimentação e demonstração: Projetos Demonstrativos (PD/A), Apoio ao Manejo Florestal (ProManejo), Manejo dos Recursos Naturais de Várzea (ProVárzea);
- b) Conservação: Reservas Extrativistas (RESEX), Terras Indígenas (PPTAL) e Corredores Ecológicos;
- c) Fortalecimento Institucional: Política de Recursos Naturais (SPRN), Controle de Desmatamento e Queimadas (PRODESQUE);
- d) Pesquisa Científica: Centros de Ciência, Pesquisa Dirigida;
- e) Lições e Disseminação: Monitoramento e Análise (AMA).

O PPG7 foi operacionalizado a partir de um fundo, o *Rain Forest Trust Fund* (RTF), formado por doações iniciais dos países do G-7, complementados por doações bilaterais a cargo de cada país e administrado pelo Banco Mundial. Fundos bilaterais chegam diretamente ao governo brasileiro, por meio de contratos de doações aos diversos executores e cooperação técnica direta. A contrapartida brasileira foi de 10% dos custos totais, representada pela disposição ao programa de equipes e infra-estrutura para execução dos projetos. Na concepção destes últimos, as comunidades

locais contribuem com trabalho voluntário. A execução ocorre em regime de parceria que envolveu o governo brasileiro, por intermédio de várias instituições coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Banco Mundial, por meio da Unidade de Florestas Tropicais e os doadores, que se articulam por meio de agências de cooperação como a GTZ (Agência de Cooperação Técnica da Alemanha), DfID (*Department for International Development*), USAID (*United States Agency for International Development*), CEC (Comissão Econômica Europeia), FFEM (Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial), JICA (*Japan International Cooperation Agency*) e bancos bilaterais como o KfW (Banco de Desenvolvimento da Alemanha).

As ONGs brasileiras foram chamadas pelo governo brasileiro para elaborarem propostas no âmbito do PPG7, compondo o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), com 350 filiados. Algumas críticas foram formuladas neste grupo, como a ausência da participação do público beneficiário, a inexistência de ligação do programa com as demais políticas públicas e a visão estreitamente ambientalista do PPG7, sem consideração da complexidade social e regional (MANCIN, 2001).

Seja como for, o foco de nosso estudo está nos Projetos Demonstrativos, então denominados PD/A. Rinaldo Mancin (2001) destaca que a proposta original previa três tipos de Projetos Demonstrativos: PD/A, voltado à participação das populações locais, tornando o projeto central para nossa análise em políticas públicas. Os demais, PD/B, com ações de desenvolvimento na região do Polo Carajás e PD/C – voltados a pesquisa científica aplicada.

O Banco Mundial, o Governo da Alemanha e a União Europeia manifestaram o interesse em viabilizar a participação da sociedade civil organizada nesses projetos. Assim, os PD/A devem ser laboratório de teste de modelo de co-gestão entre o governo e sociedade civil organizada para implementar políticas públicas ambientais, baseadas nas contribuições das populações locais.

O PD/A possui estrutura descentralizada de tomada de decisão, com o que foi dada ampla participação às ONGs, por meio do GTA, na definição das diretrizes de como os projetos demonstrativos seriam formulados e implementados. Porém, o GTA, atuando como representante das ONGs, parece não ter sido suficiente para representar a complexidade e diversidade de sua rede, contando com cerca de 350 filiados (MANCIN, 2001).

O processo decisório do PD/A refere-se a questões específicas de cada subprojeto, à determinação de prioridades na alocação de recursos entre diversos subprojetos, aos critérios e normas operacionais a serem cumpridos, ao monitoramento e à avaliação. O PD/A é o projeto do PPG7 no qual a sociedade civil exerce maior influência. Esta ação governamental veicula de maneira exemplar ideias discutidas no processo de reforma do Estado, cuja base apoia-se em grande medida na participação social. A implementação do PD/A está fundada na atuação de uma comissão

executiva (CE) na qual a sociedade civil tem a mesma participação que as representações do governo: cinco assentos para as redes de ONGs e cinco assentos para as representações de governo envolvidas com o PPG7. Cabe destacar que as ONGs representam a sociedade civil e sua participação aconteceu de forma reivindicativa: duas organizações, FOE (*Friends of the Earth*) e IEA (Instituto de Estudos Amazônicos), batalharam por participação.

Um estudo bastante crítico de Helmut Hagemann (1996) rotula tais iniciativas como projetos para “inglês ver”. O autor sustenta esta afirmação ao se referir:

- aos interesses externos aos projetos: “o volume e as prioridades do programa eram mais reflexo das relações internas das instituições participantes e das expectativas do G-7 do que fruto de uma análise de seus efeitos na busca de um desenvolvimento sustentável e da disponibilidade de recursos” (p. 168);
- à resistência política: “a fase de preparação deste projeto durou muito mais tempo que o esperado. Isso deve-se a resistência política, no Brasil, ao engajamento deficiente do G-7, à falta de competência das instituições responsáveis pela preparação ou pela execução e à complicada superestrutura institucional nacional e internacional” (p. 175);
- à dificuldade de avaliação: “um ponto estratégico fraco consiste em que não se pode testar, a curto e médio prazos, concepções praticáveis para o conceito normativo de sustentabilidade.”(p. 183); “(...) projetos individuais não podem alcançar efeitos suficientes” (p.185);
- à falta de articulação com outros ministérios: “Apesar de ter caráter multisetorial, praticamente não contribui para uma maior coerência das políticas dos outros ministérios com o MMA” (p. 184/185);
- aos limites do modelo de desenvolvimento para a proteção das florestas “(...) já que a política econômica internacional, determinada em larga escala pelo G-7, não foi discutida em relação a sua compatibilidade com a proteção das florestas tropicais” (p. 187).

Seja como for, o MMA lançou diversos editais no âmbito do PD/A, que foram executados pelas comunidades e geraram resultados que merecem ser estudados. Os casos analisados em nosso estudo se inscrevem em linha de fomento que tem, como propósito central das ações, desenvolver modelos demonstrativos que evidenciem a construção de estratégias inovadoras para a conservação, a preservação e a recuperação ambiental, como no caso do uso sustentável dos recursos naturais não

madeireiros⁸. Suas premissas residem na possibilidade de criar condições para a implementação de um conjunto de ações integradas, envolvendo organizações não governamentais e governos nas suas diversas instâncias administrativas. Tais ações têm seu foco voltado para a construção e o apoio a iniciativas inovadoras de preservação e desenvolvimento sustentável na Mata Atlântica (CHAMADA 03, 2006).

De modo geral, os principais objetivos do PD/A são: “demonstrar por meio de experiências inovadoras a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e, a partir dos aprendizados produzidos por estas experiências, estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação destas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais” (MMA, 2009). O término dos projetos em 2010 permite revelar informações relevantes sobre os resultados obtidos. Foram apoiadas iniciativas em três componentes: alternativa às queimadas, “consolidação” de experiências em curso e ações de conservação da Mata Atlântica. Os projetos apoiados englobam, em geral, os povos e comunidades tradicionais, pois são comunidades presentes na Mata Atlântica e Amazônia em áreas de conservação ambiental. Nosso estudo privilegiou duas comunidades quilombolas localizadas no litoral sudeste do Brasil.

No Estado de São Paulo, selecionamos o projeto conduzido pela Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mandira (REMA), que representa a comunidade quilombola do local, localizada no município de Cananeia, nas coordenadas geográficas 24°59'02'' .01 de latitude Sul e 48°03'34'' .08 de longitude Oeste (Plano de Manejo, 2009). A distância entre a comunidade e o centro de Cananeia é de aproximadamente 20 km. Por sua vez, Cananeia dista aproximadamente 265 km de São Paulo. O acesso à comunidade a partir de Cananeia pode ser feito em carro ou ônibus. No primeiro caso, é necessário se dirigir à estrada do Itapitanguí, até chegar na entrada para a Resex. Trata-se aí de uma estrada de terra de 12 quilômetros, muito mal conservada. Em ônibus, é necessário desembarcar na estrada do Itapitanguí e tomar o ônibus escolar que leva até a comunidade, apenas nos dias letivos. Ou seja, o acesso é notoriamente precário.

Neste ponto, convém mencionar que Cananeia, fundada em 1531, foi ponto de apoio à navegação costeira e às primeiras missões exploratórias em regiões mais interiores do continente. As atividades econômicas no local iniciaram-se com o ciclo do ouro, favorecendo o povoamento da região. A mineração estendeu-se do século XVI ao XVIII. A partir de seu declínio, a produção agrícola tomou dianteira, com a exportação de farinha de mandioca, arroz, cana-de-açúcar e peixe

8 Para maiores detalhamentos da abrangência do financiamento, vide edital Chamada 3, disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=51&idConteudo=7493&idMenu=7633>

seco para os portos de Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande. Ainda no século XVII, quando existia a atividade mineradora, a construção naval teve igualmente importância, fornecendo embarcações para levar produtos da lavoura para vários portos da costa. Em 1850, o assoreamento do porto de Iguape em razão da construção do canal do Valo Grande bloqueia a economia da região (VALENTIN, 2003).



Figura 6 - Mapa do PD/A no Estado de São Paulo

Fonte: MMA, 2012

No Estado do Rio de Janeiro, selecionamos o projeto conduzido pela Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOQC), que representa tal comunidade quilombola, situada no município de Paraty, nas coordenadas geográficas 44° 42' longitude oeste e 23° 17' latitude Sul. A comunidade encontra-se entre a Vila de Patrimônio e Paraty, estando

distante 10 quilômetros do centro de Paraty. O acesso à comunidade se realiza pela rodovia Rio-Santos, em seu quilômetro 584.

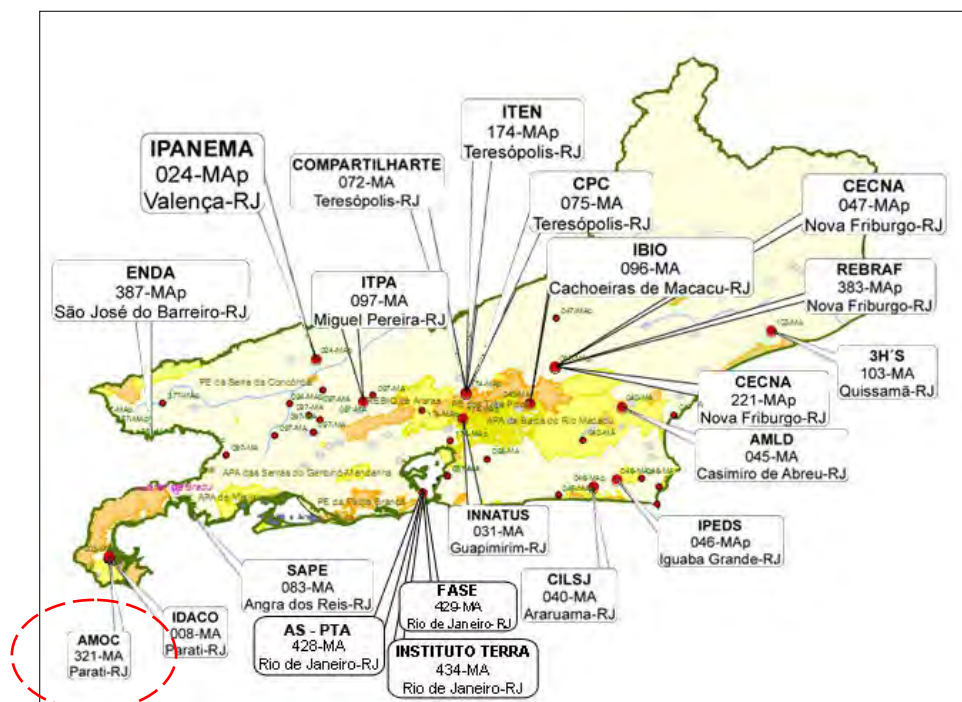


Figura 7 - Mapa do PD/A no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: MMA, 2012

4.1 PROGRAMA NO VALE DO RIBEIRA: ESTRUTURAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MANDIRA

A história do quilombo do Mandira remonta a 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu cerca de 2.880 hectares em doação de sua meia irmã Celestina Benícia de Andrade. Era filho de uma escrava com o fazendeiro Antônio Florêncio de Andrade, dono da fazenda que existia no local onde hoje está a comunidade (SANTOS E TATOO, 2008). Após a morte de Francisco, seus filhos Antônio Vicente e João Vicente dividiram entre si tal área do “Sítio Mandira” original. Por um lado, a família de Antonio Vicente vendeu aos poucos suas terras e, por outro lado, João Vicente casou-se com Maria Augusta e teve dez filhos. Ou seja, é desta parte da família e de seus descendentes que se origina a comunidade Mandira atual (TURATTI, 2002).



Figura 8 - Quilombo do Mandira

As terras do Mandira, à época da doação, tinham a agricultura como atividade principal. De forma concomitante, realizava-se a exploração dos recursos naturais localmente disponíveis. A seguir, houve a exploração comercial de determinados produtos, desde aqueles agrícolas (arroz, mandioca e milho), seguidos do guanandi, do palmito e da caixeta, chegando à exploração de ostras, atividade realizada desde os anos 1970 (SALES E MOREIRA, 1996).

As mudanças mais recentes foram em muito provocadas pelas imposições da legislação ambiental. Tratou-se em grande medida, de uma adaptação às novas exigências em torno da sustentabilidade.

De acordo com Maria Cecília Turatti (2002), na década de 70, grande parte dos membros da comunidade vendeu suas terras e, ao mesmo tempo, foi obrigada a abandonar os solos mais férteis, em razão da proteção ambiental. A área para cultivo tornou-se pequena e em solos de qualidade

inferior àqueles que tinham anteriormente disponíveis. A exploração e comercialização de ostras foi uma possibilidade, constituindo-se na atividade produtiva mais importante dos moradores locais, transmitida de geração em geração. Muitos adultos levam seus filhos cedo para o mangue para se familiarizarem com as técnicas da ostreicultura.

O cultivo de ostra se desenvolveu inicialmente graças às demandas de um comerciante francês. Cerca de 5 anos depois, outro comprador incita o fornecimento da ostra “desmariscada”, ou seja, já retirada da concha. Assim, outros compradores se apresentaram pouco a pouco (designados como os atravessadores), o que fez com que a extração aumentasse, passando a ser necessário sofisticar as técnicas de “desmariscagem” (TURATTI, 2002).

A forma como a ostra era “desmariscada” e comercializada era considerada ilegal, pois era extraída de maneira pouco controlada, com risco de super-exploração dos bancos naturais, além de não atender às exigências sanitárias, caracterizando-se como atividade predatória (MALDONADO, 1999 apud TURATTI, 2002). A ostra desmariscada era vendida em sacos de um quilo, sem a concha e no gelo, pouco importando seu tamanho. Ademais, a região estava sendo palco da exploração predatória praticada por grupos coletores vindos de outras regiões (MOREIRA, 2000), o que favoreceu a organização social dos moradores em torno do manejo da produção de ostras.

Essa organização social foi fortalecida, inicialmente, pelo disposto na Constituição de 1988, com o reconhecimento dos direitos sobre as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. É, na década de 90, que a comunidade do Mandira inicia seu pedido de reconhecimento como população quilombola. Esta solicitação exige a organização dos moradores em torno de uma associação. Trata-se de uma exigência do Estado para emitir o título da terra. Foi criada, então, a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira (REMA). Com a fundação da associação, além da solicitação de reconhecimento, a comunidade organizada pôde ter acesso a recursos públicos com o apoio de diferentes organismos do governo de São Paulo e da USP (SALES E MALDONADO, 2000). É possível interpretar tal fenômeno em termos de uma nova relação do Estado com a sociedade civil, desenvolvida graças à democratização brasileira.

Podemos destacar aqui a força da associação de moradores, o que permitiu o acesso à terra. Na visão de Renata M. Paoliello (2007), Jane Jacobs (2001) e Amartya Sen (2000) são iniciativas de natureza associativa que podem levar ao desenvolvimento social. Uma vez criada a associação de moradores, tal organização se inscreve como parceira do Estado na condução das políticas públicas, fenômeno que se propagou no Brasil desde os anos 1990 (DAGNINO, 2004).

Neste quadro, o PD/A constitui uma nova linha de financiamento de projetos inovadores, onde o Estado responsabilizou-se pela gestão de recursos internacionais para viabilizar ações

públicas de âmbito local, em princípio com a participação comunitária. A comunidade do Mandira beneficiou-se destes recursos em dois momentos, conhecidos como Fase I e II do PD/A.

4.1.1 A FASE I DO PD/A

Em 1996, o Subprograma Projetos Demonstrativos (PD/A-MMA) foi implementado na comunidade. Tratou-se então do PD/A-MMA em sua fase I, cuja meta foi reforçar o papel da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira (REMA). Em primeiro lugar, houve a elaboração de um plano de desenvolvimento comunitário, buscando a participação quilombola. Foram destinados US\$ 246.342,00 para execução do projeto.

Durante este processo, a Associação atuou na criação da Reserva Extrativista do Bairro Mandira e na consolidação do cultivo intensivo de ostras na comunidade. A reserva, com o desenvolvimento de um cultivo cuidadoso, permitiu diminuir muito os riscos de bloqueio da reprodução dos estoques de ostras.

Anteriormente, a quantidade de ostras retiradas mensalmente de seu meio natural já estava bastante próxima da capacidade máxima de exploração. Os riscos eram agravados pela continuidade de extração de ostras de dimensões reduzidas (para venda na forma desmariscada). Dessa forma, havia dificuldade de reposição dos estoques naturais, em razão da considerável diminuição no ambiente de indivíduos sexualmente maduros para a reprodução.

Com a reserva, foram intensificados os trabalhos para otimização da produção e agregação de valor à mercadoria, com a instalação de viveiros de engorda de ostras em áreas de mangue, o que representou resultados imediatos: as ostras dos viveiros apresentam melhor aparência, podendo alcançar preços mais elevados na comercialização, permanecendo mais tempo em seu meio natural, o que possibilita mais tempo para a reprodução (ICMBio, 2010). Esta técnica de engorda, segundo um morador, foi disseminada pelo Instituto de Pesca. Os resultados observados permitiram a legalização da reserva extrativista, a construção de estação depuradora e a estruturação da comercialização de ostra (PD/A, 1996).



Figura 9 - Viveiro de ostras

Em 1997, a constituição da Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia (Cooperostra) tornou-se um marco deste projeto, abrangendo outras comunidades em torno da ostreicultura. As ostras cultivadas, assim como os mariscos e caranguejos coletados, são vendidos para a Cooperostra e para atravessadores.



Figura 10 – Estação depuradora da COOPEROSTRA

Tal evolução favoreceu especialmente os procedimentos para consolidar a legalização da reserva extrativista e sua estruturação enquanto espaço considerado de produção sustentável. Assim, a reserva foi criada oficialmente em 2002, com aproximadamente 1.175 hectares, vizinha à área quilombola. Portanto, trata-se de uma sobreposição de reserva extrativista com área de uso quilombola, abrangendo ecossistemas marinhos, estuarinos e manguezais (SANTOS E TATTO, 2008; MORUZZI-MARQUES, 2010).

4.1.2 A FASE II DO PD/A

Na fase II, buscou-se a estruturação da reserva extrativista, visando a gestão ambiental sustentada e a melhoria das condições de vida da comunidade, por meio da educação, do desenvolvimento e da diversificação das atividades geradoras de renda. Esta segunda etapa iniciou-se em 2003 e foi finalizada em 2010. Foram destinados ao projeto R\$449.606,00 (CARDOSO, 2005). Os membros de 18 (dezoito) famílias entrevistadas forneceram-nos dados para compreendermos todo o processo ocorrido nesta segunda fase.

Os nossos trabalhos de campo permitiram constatar uma predominância de jovens do sexo feminino na faixa etária que corresponde dos 11 aos 20 anos, embora na faixa etária até os 10 anos haja predominância de meninos. Em todo caso, os dados confirmam os relatos que estas crianças e adolescentes ao chegarem à idade adulta, acabam por sair da comunidade. Foi possível também obter a informação de que há uma proporção de 53,85% de mulheres e 46,15% de homens.

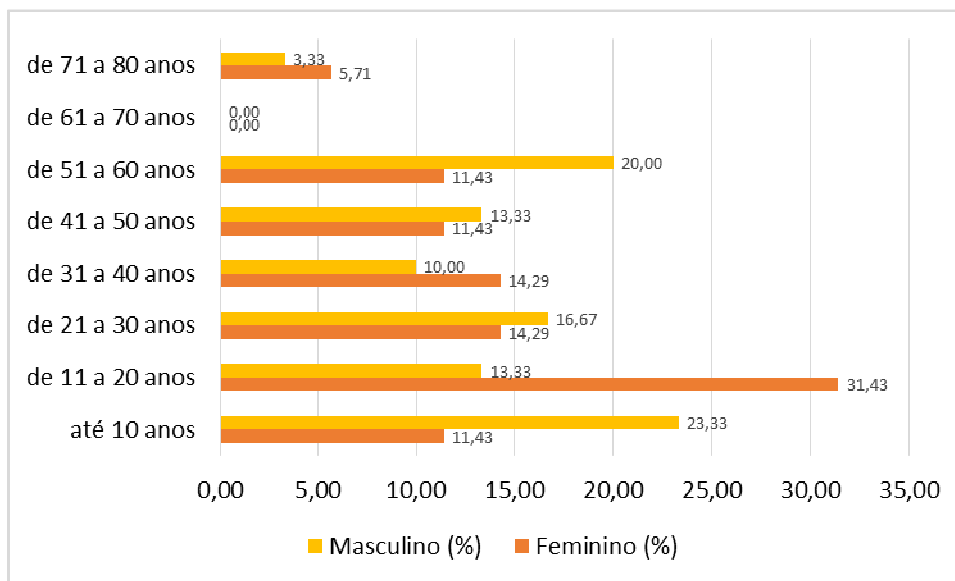


Figura 11 – Faixa etária por sexo

Até a idade dos 30 anos, nota-se que as moradoras concluíram o ensino médio, ao passo que as moradoras acima de 30 anos tem o ensino fundamental incompleto. Percebe-se uma maior escolaridade entre os jovens, quando comparada aos mais velhos.

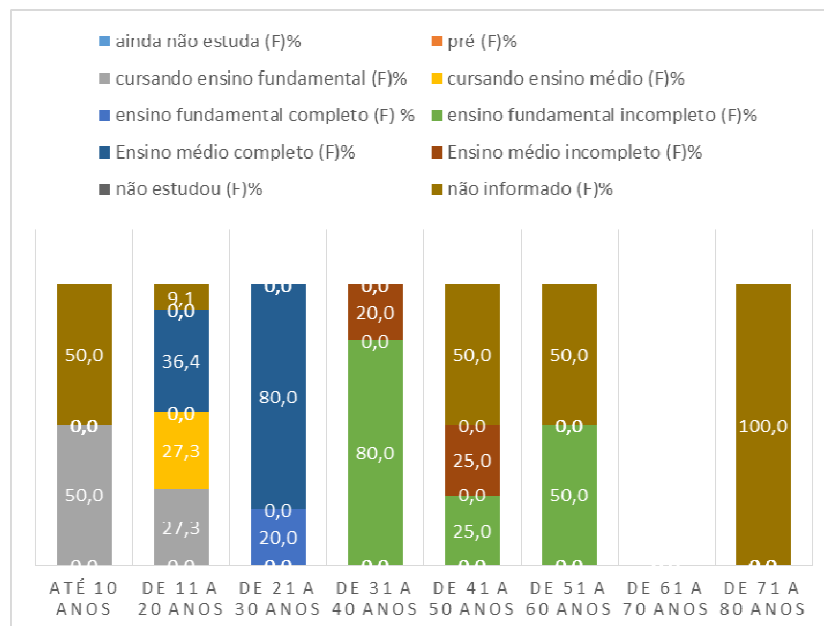


Figura 12 – Grau de escolaridade das pessoas do sexo feminino

Em relação ao sexo masculino, até os 30 anos existe uma distribuição similar entre aqueles que terminaram o ensino médio e aqueles que não chegaram a completá-lo. É possível perceber um pouco mais de permanência na escola entre as mulheres. Quanto aos homens com mais de 30 anos, a maioria cursou parte do ensino fundamental.

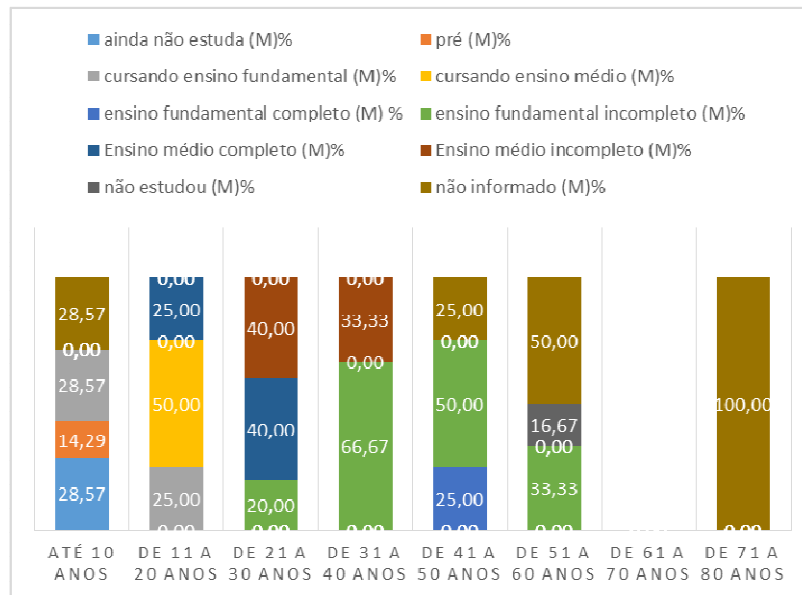


Figura 13 – Grau de escolaridade das pessoas do sexo masculino

Nossos demais questionamentos permitiram obter elementos para analisar a noção de desenvolvimento como liberdade nos aspectos de participação, produção e geração de renda, desenvolvimento e saúde, e a sensação de conforto e segurança, considerados a seguir. Cabe lembrar que é o ponto de vista teórico, em nosso caso aquele de Amartya Sen (2001), que permite decidir a pertinência das dimensões susceptíveis de análise.

4.1.2.1 OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O discurso sobre a participação, emergente na década de 90, com a descentralização das políticas em contexto de controvérsia entre reforma do Estado e consolidação democrática, tornou-se aspecto central nas iniciativas de desenvolvimento local, conforme destacamos com as ideias de Franklin Dias Coelho (2000), Evelina Dagnino (2004) e Boaventura Souza Santos (2002). Assim, este fenômeno está no centro de nossos estudos sobre os projetos demonstrativos.

Discutido longamente e concluído em 2010, o plano de manejo da reserva extrativista representa o principal produto gerado pelo PD/A-MMA no caso de Mandira. Previamente, foi criado um conselho deliberativo, em 2004, por iniciativa de técnicos de dois projetos⁹ então

⁹ Projetos “Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros no Complexo Estuarino-lagunar de Iguape,

vigentes, um deles o próprio PD/A. Esses técnicos indicaram as entidades que deveriam compor este fórum: ICMBio, Fundação Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Florestal do Estado de São Paulo, Instituto de Pesca, Fundação ITESP, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), GAIA Ambiental, Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras (EAACONE), Núcleo de populações de áreas úmidas Brasileira (NUPAUB/USP), Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mandira (REMA), Associação de Jovens da Reserva, Associação das Mulheres da Reserva, Cooperativa de ostras de Cananéia (Cooperostra), Colônia de Pescadores de Cananéia Z-9, Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Prefeitura Municipal de Cananéia e Câmara Municipal de Cananéia. Houve um processo de articulação entre a comunidade beneficiária da reserva e seus parceiros para a constituição deste fórum. Desde então, o Conselho Deliberativo aprovou seu regimento interno, conforme modelo disponível na ata da reunião realizada em maio de 2005, e aprovou o Plano de Utilização da Reserva, bem como a composição de um Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo. O grupo de trabalho teve duas vertentes: sócio-cultural, coordenada pela Fundação Florestal, e recursos pesqueiros, coordenada pelo Instituto de Pesca. Foi realizado um diagnóstico inicial em julho de 2005 para auxiliar na elaboração do Plano de Manejo.

A “Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira” favoreceu a participação dos atores locais ao criar o Conselho Deliberativo, a composição de um grupo de trabalho para elaborar e acompanhar o Plano de Manejo tendo desempenhado papel importante neste sentido. Iniciativas desta natureza podem ser pensadas em termos de um alargamento da democratização, como sugere Evelina Dagnino (2004).

Neste âmbito, houve a escolha dos locais destinados às estruturas de manejo, a divulgação das restrições de uso na área da reserva a pescadores profissionais e amadores, a solicitação das providências para agilização do processo de emissão de licenças exclusivas de pesca e coleta de crustáceos e moluscos aos beneficiários da unidade e o encaminhamento de petições tanto para a concessão do direito real de uso da área às famílias locais, quanto para agilização da regularização da área quilombola e para melhoria dos serviços e estruturas sociais dos bairros do entorno (ICMBio, 2010).

Aquilo que Bernard Pecqueur (2005) discute sobre o conceito de desenvolvimento territorial

Cananéia e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente” financiado pelo FNMA/MMA e conduzido pelo Instituto de Pesca e “*Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira*”, financiado pelo PDA/MMA, com proponente a Associação da Reserva do Mandira.

pode ser muito pertinente para se analisar a “Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira”. Trata-se de um processo de mobilização das comunidades, que permitiu criar uma alternativa de exploração econômica, utilizando-se de um recurso natural com especificidades territoriais, as ostras, apoiada por uma política pública. Assim, o PD/A sustentou uma iniciativa de diferenciação territorial para Mandira. Os projetos de desenvolvimento local com estas características se inscrevem em políticas da diferença. Ou seja, trata-se de projetos que apresentem marcas específicas das regiões em que acontecem, tornando uma via de diferenciação territorial.

Quanto à participação nas atividades da comunidade, observamos que apenas algumas pessoas são atuantes na associação e na cooperativa, embora quase todos tenham afirmado fazer parte de ambas. As eleições para presidente da associação são bianuais. Foram entrevistados moradores que ocuparam posições de presidente, vice, secretário, membros do conselho fiscal e tesoureiro.

Quanto às questões relativas à participação na cooperativa, convém mencionar que cada cooperado tem direito a um voto, sendo em princípio responsáveis pelas tarefas de gestão. Por outro lado, as retiradas dos ganhos ocorre de acordo com a quantidade de ostras fornecidas por cada cooperado. No sentido de uma maior participação, o estatuto da cooperativa prevê o estímulo a novas adesões. As decisões devem ser tomadas nas Assembleias Gerais, quando devem participar todos os cooperados, e existe a subordinação dos funcionários à diretoria, enquanto representante de todos os membros da cooperativa (GARCIA, 2005).

Cumpram também observar, no que se refere ao acesso ao PD/A que, segundo o presidente da associação, o apoio externo à comunidade permite responder com projetos a editais abertos de políticas públicas destinados aos quilombolas. Com a aprovação de um projeto, tal como aquele PD/A, os moradores são convidados a participar da associação de modo a poder intervir nos rumos de suas ações. Mesmo assim, dois entrevistados manifestam bastante insatisfação com o processo, pois consideram a tomada de decisão muito centralizada.

Apesar dessas críticas, os resultados do PD/A na primeira fase puderam ser considerados bastante positivos, pois a Cooperostra foi indicada como uma das 27 finalistas para o Prêmio Iniciativa Equatorial 2002, da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de prêmio oferecido às iniciativas locais que estão trabalhando na promoção de alternativas para o desenvolvimento sustentável para as pessoas, a natureza e as comunidades resilientes (United Nations Development Programme, 2012).

Neste mesmo ano, o presidente da cooperativa, foi convidado a representar a entidade, na

Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) em Johannesburgo na África do Sul, quando recebeu o prêmio de US\$30.000,00. Com este resultado, os mandiranos foram incentivados, por membros do Fundação Florestal, a participar da segunda fase. O projeto foi elaborado pela Fundação Florestal e o Instituto de Pesca, com a participação ativa de membros do conselho, tesoureiro, secretário e presidente. Esse pequeno grupo é aquele que mais participa dos processos de decisão na comunidade. Porém, quando entrevistados, eles lembram que, na elaboração do plano de manejo, houve grande participação na definição das regras para cultivo de ostra, além da definição de outras atividades relacionadas à ostreicultura, como a definição de cursos oferecidos na comunidade.

Quando o PD/A foi aprovado para entrar em vigor na comunidade e as discussões sobre sua implantação se iniciaram, a técnica responsável por tal projeto realizou sua apresentação aos envolvidos, o que incluiu visitar cada família para explicar preliminarmente o que é uma Reserva Extrativista e o Plano de Manejo (Ata de reunião, 07/10/2005).

Assim mesmo, um morador afirmou não entender muito os propósitos e ações do projeto. A respeito, duas famílias foram bem críticas quanto à forma de execução dos projetos que acontecem na comunidade. Embora tenham participado da elaboração do PD/A, os entrevistados ligados a tais famílias estão insatisfeitos por diversas razões, notadamente em termos de sua gestão centralizadora. Um outro morador acredita que exista certa imposição de ações, referindo-se a uma manipulação por parte dos órgãos governamentais que propõem os projetos à comunidade.

Com efeito, nossos entrevistados afirmam participar das reuniões, mas são enfáticos quanto à dificuldade de uma participação efetiva. Mesmo se são chamados a participar, quase nunca suas ideias são consideradas. Deste modo, o desejo de participar diminui a cada dia.

Este déficit participativo é constatado em razão do grande desconhecimento em torno dos financiamentos dos projetos pelos membros da comunidade. Em seus relatos, as entidades governamentais, representadas por pessoas de fora, entram na comunidade para lhes proporcionar algo e os moradores avaliam positivamente iniciativas em que é possível visualizar o retorno oferecido. Estes moradores associariam o sucesso de um projeto a um bem transferido para a comunidade, tal como um barco, um carro ou uma outra estrutura. A questão relativa à forma de tomada de decisão, com pouca ou muita participação, não seria levada em conta nestas avaliações.

A ausência de participação, tal como relatado por moradores entrevistados que dizem não ser ouvidos, que participam pouco ou que nunca participam, pode estar relacionado ao que Majid Rahnema (1995) identifica como manipulação social. Houve menção de um dos entrevistados de certa manipulação por parte dos órgãos governamentais na medida em que propõem à comunidade

projetos pré-concebidos sem lugar para a participação na tomada de decisão. A interpretação de Majid Rahnema (1995) segundo a qual os processos participativos são formas de manipulação social, sugere que estudemos com grande profundidade tais comunidades, pois estas devem apresentar outras formas de expressar seus desejos ou insatisfações por meio de outros recursos que não sejam unicamente a participação. O próprio silêncio já poderia ser um indicativo de insatisfação.

Se existe o déficit de participação, como mencionado acima, nas atividades na comunidade, outros eventos ou organizações fora de Mandira atraem a participação de seus moradores, tais como o grupo de fandango do Porto e de Itapitanguí (regiões próximas ao quilombo), a colônia de pescadores, a Rede Cananeia, a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), o Encontro Quilombola, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MABE), a Associação de Monitores Ambientais de Cananeia e o Conselho do Parque Lagamar.

4.1.2.2 PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA

O PD/A favoreceu um reconhecimento da multifuncionalidade da ostreicultura, pois leva a um olhar ampliado de seus papéis, notadamente no que se refere à conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos. Ademais, esta multifuncionalidade, tal como concebe Renato Maluf (2003), permite que a exploração das ostras seja em Mandira a principal fonte geradora de renda da comunidade. Com efeito, a ostreicultura responde à questão produtiva, ao mesmo tempo que oferece boas soluções para a preservação ambiental de um ecossistema frágil e para a ocupação do espaço social rural. A propósito, o cultivo da ostra também favorece uma diversificação de atividades econômicas, muito além de uma simples produção alimentar, como é o caso do artesanato, do turismo e da festa da ostra. Aliás, estas últimas são uma espécie de amortecedor para períodos de dificuldade no cultivo da ostra, oferecendo momentaneamente oportunidades de renda nestas ocasiões difíceis.

Neste quadro, a criação da reserva e o estabelecimento de seu plano de manejo foram considerados bastante positivos para a comunidade. Existem agora limites que não podem ser mais ultrapassados por pessoas que não são do local. Esta delimitação era uma demanda da comunidade, dado que extratores de outras regiões passaram a concorrer com os moradores da comunidade na coleta de ostra. Desta forma, o Estado cumpre um papel social, tal como sugerido por Renata

Paoliello (2007), de colocar as instituições políticas a serviço da sociedade e de elaborar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de grupos desfavorecidos.

Os extratores locais respeitam as regras definidas no plano de manejo, embora existam dois entrevistados que disseram não conhecê-las integralmente. Porém, ambos sabem que não devem extrair ostras desmariscadas nem pequenas. A propósito, esta regra não é cumprida por outros dois moradores que coletam ostra desmariscada.

Por outro lado, mesmo considerada positiva, a reserva torna restrita as áreas onde se pode coletar ostras. Antes exploravam, além das áreas da reserva, a Barra do Taquari, Guarapari, Ilha da Casca, Retiro, Ilha do Tumba até chegar em Marujá. Durante a elaboração do plano de manejo, um técnico manifestava preocupação quanto ao tamanho da reserva: ela não seria suficiente o bastante para a manutenção de qualidade de vida da população ali presente. Na medida em que os mandiranos necessitavam buscar espécimes fora da área da reserva, este profissional sugeria a criação de outras reservas com a mesma premissa do desenvolvimento sustentável (Ata de reunião, 16.09.2005).

A criação da reserva é de todo modo considerada positiva, como já mencionado, por tornar legal atividades que estavam anteriormente no limite da legalidade. Ademais, tratava-se de uma exploração inadequada. O sistema se fundava no desmariscamento, o que implica numa necessidade comercial de grandes volumes de ostra, representando um produto ainda mais perecível. Portanto, tal sistema não apresentava nenhum cuidado com a reprodução do molusco.

Com o plano de manejo, foi definido tanto os tamanhos mínimos e máximos de retirada da ostra do manguezal como os volumes máximos de ostras que os coletores podem extrair do mangue, conforme documento de 1995 (SALES E MOREIRA, 1996), reforçado no plano de manejo de 2010. O plano prevê também esquemas de fiscalização para situações que eram frequentes: roubos nos viveiros e extração de ostras dentro da área da reserva por coletores externos.

A fim de determinar tais volumes de extração, o Instituto de Pesca realizou diversos levantamentos de estoque na reserva. Em 1999, a extração máxima estimada de ostra no estuário, sem considerar os viveiros, seria de 79.000 dúzias/ano. Em 2001, um estudo em 8 parcelas amostrais mensurou um estoque de 533.809 dúzias/ano. Um diagnóstico realizado na comunidade em julho de 2005, pelo Instituto de Pesca, estimou um estoque explorável de 324.583 dúzias/ano. Ou seja, teria havido um declínio deste estoque.

Em relação ao tamanho das ostras retiradas, no estudo de 2001 foi encontrado 94,2% destes moluscos abaixo de 5 cm. No diagnóstico de 2005, esta proporção foi de 91%. De toda maneira, observou-se assim que as ostras de 3 a 5 cm eram as mais retiradas. Os resultados mostraram-se

portanto preocupantes quanto ao estoque de ostras e quanto ao tamanho da ostra extraída (Ata de 07/10/2005).

Levantamentos realizados pelo Instituto de Pesca em meados de abril de 2006 permitiram confirmar que o estoque das ostras estava diminuindo (Ata de 17/04/2006).



Figura 14 – Ostras no viveiro

Evidentemente, a queda significativa da população total de ostras na área da reserva deveria ser estudada. As discussões sobre os resultados do levantamento de estoque (reforçada com a própria constatação dos extrativistas sobre tal redução), nos âmbitos do Conselho Deliberativo, do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das equipes técnicas do Projeto PD/A-MMA e do Instituto de Pesca levaram a uma mudança de comportamento quanto às formas de coleta e comercialização de ostras, o que repercutiu no Plano de Manejo de 2010. Assim, foi definido que estes moluscos extraídos do mangue devem ter dimensões entre 5 e 10 centímetros e que as ostras imersas não devem ser coletadas para que constituam bancos de reprodução perenes. Igualmente, todos os produtores devem possuir viveiros de engorda, onde as ostras devem ser dispostas de 4 a 6 meses adquirindo tamanho e forma comerciais, para então seguirem para a cooperativa. Na fase de engorda, é previsto que as ostras possam desovar várias vezes a fim de favorecer o aumento do estoque.

Nesta ótica, os ostreicultores concordaram em não vender mais a ostra desmariscada, evitando as pressões sobre os estoques. Por outro lado, a maioria concorda em comercializar seus produtos por meio da Cooperostrá. O controle de estoque realizado em 2007 mostrou que a área da reserva se recuperou em menos de 2 anos, pois a estimativa apontou para uma exploração possível de 782 mil dúzias/ano. Desta forma, voltou a ser possível aos coletores um trabalho que garantisse sua sobrevivência.

Convém aqui mencionar que o trabalho na ostreicultura pode ser individual ou familiar. Os relatos mostram que o tempo dedicado à captura da ostra no mangue varia entre os entrevistados. Apenas uma pessoa vai duas vezes por semana ao mangue. Existem cinco entrevistados que vão de três a quatro dias, e mais outros cinco que vão de 5 a 6 dias por semana. Essa variação na dedicação está relacionada às outras atividades que tomam o tempo destes interlocutores, como o artesanato, o turismo e a venda aos atravessadores. A quantidade de estruturas de engorda por pessoas e por família também varia muito: uma pessoa pode ter de 1 a 30 viveiros, onde dedica em média 1 dia de trabalho para separar as ostras em tamanhos e retirar as “cracas¹⁰” para vender à cooperativa. Os extratores retiram em média de 200 a 400 dúzias de ostra por semana para colocar no viveiro, numa média de 80 a 100 dúzias por dia. Existe um tamanho definido para cada viveiro de 15 m², fixados no mangue e com a capacidade média de 200 ostras/m² (ICMBio, 2010).

Apesar da melhora dos estoques observadas em 2007, quatro de nossos entrevistados afirmaram que a quantidade de ostras no mangue diminuiu desde 2010. Não comercializando pela cooperativa, outro morador coletor nos confiou que tem adquirido ostra de outros extratores de fora da comunidade para atender a demanda dos seus compradores. Outro entrevistado, que comercializa junto à cooperostra e também a outros comerciantes, adquire ostras grandes do Paraná.

De fato, a cooperativa compra, em média, 30 dúzias do tamanho médio e 20 dúzias do tamanho grande por semana, pagando respectivamente um preço de R\$ 3,00 e R\$ 5,00/dúzia. Antes de existir a cooperativa, os quilombolas vendiam o produto pela metade do preço a atravessadores. No verão, quando é a época da “andada¹¹ do caranguejo”, algumas famílias passam a extraí-lo e vendem à cooperativa. Os entrevistados o vendem a cerca de R\$ 12,00 a dúzia.

É importante ressaltar que cinco famílias não participam da cooperativa, vendendo as ostras direto a atravessadores. Segundo nossos interlocutores, nesta situação, o preço pago é melhor. Ademais, já existe um atravessador, com longa relação na comunidade, que compra a R\$ 4,00 ou R\$ 5,00 a dúzia. Um morador entrevistado revelou que há uma certa demora para receberem o pagamento da cooperativa de quase 30 dias, enquanto os atravessadores pagam na hora. Esta decisão de membros da comunidade em optar por vender aos atravessadores levanta questões sobre o papel da cooperativa em termos de economia solidária e de empreendimentos de autogestão. Trata-se de discutir até que ponto a cooperativa constitui uma iniciativa que vai contra o modelo

¹⁰ Crustáceos cirripédios que se fixam nas conchas das ostras, mas podem se fixar em superfícies rochosas, nas embarcações e outros animais, como as baleias (VEIGA, 2009).

¹¹ “Período reprodutivo em que os caranguejos saem de suas galerias e andam pelo manguezal para acasalamento e liberação de larvas” (Portaria n°52, 2003)

dominante, atraindo para seu seio as famílias de Mandira.

Seja como for, para sete moradores, o preço pago pela cooperativa quando de nossas entrevistas é melhor do que antes, quando vendiam desmariscada, com menos esforço de trabalho. Este preço permite obter uma renda média girando em torno de um salário mínimo. Na alta temporada, esta renda pode atingir quase dois salários mínimos, segundo um de nossos interlocutores. Considerando os tamanhos médio e grande de ostras, é possível tirar um valor de pouco mais de um salário mínimo. Em janeiro de 2014, o salário mínimo era de R\$ 724,00, a cooperativa pagava R\$ 760,00/mês (30 dúzias de tamanho médio x R\$ 3,00 somado a 20 dúzias de tamanho grande por quatro semanas).

Grande parte dos mandiranos consideram a ostreicultura como melhor atividade do que aquelas desenvolvidas no passado, como a exploração da caixeta. Este trabalho seria mais tranquilo, o que leva a manifestações desta natureza: "não entendo porque os jovens não querem fazer, [...] a ida ao mangue dura pouco tempo, já que a maré sobe logo, então às 11 horas da manhã já não é mais possível trabalhar" (Entrevista nº 07).

Nossa interpretação se apóia naquela de Marshall Sahlins (1990) sobre a mudança cultural. Os jovens se encontram muito influenciados pela cultura urbana, acreditando que o trabalho na cidade seja menos insalubre. Ademais, a condição de jovem é aquela em que se busca o conhecimento e o experimentar das coisas novas. Mas é possível observar casos de retorno à comunidade daqueles que na juventude foram para a cidade, para depois se desiludir. As ideias de Amartya Sen (2012) levam a pensar sobre a liberdade de escolher o que realizar, o que leva a considerar a eventual opção dos jovens de tentar outro futuro fora da comunidade como saudável. O problema reside então no grau de informação que estes jovens possam ter das oportunidades e das dificuldades em torno de uma escolha desta natureza.

Voltando à questão da renda obtida além daquela com a ostra, algumas famílias possuem benefícios como aposentadoria (3 famílias), bolsa família (7 famílias), bolsa escola (1 família) e renda cidadã (1 família). O Programa Bolsa Família foi implantado pelo governo federal brasileiro em outubro de 2003 com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social. Houve a unificação de outros programas, de iniciativa de vários ministérios: Bolsa Escola (Ministério da Educação), Cartão Alimentação, Auxílio-Gás¹² (Ministério de Minas e Energia) e Bolsa Alimentação¹³ (Ministério da

¹² O programa, administrado pelo [Ministério de Minas e Energia](#), consistia no pagamento de R\$ 15,00 (quinze Reais) para cada família com renda de até meio salário-mínimo a cada dois meses, como forma de subsidiar a compra

Saúde), todos criados no período 2001- 2003. Os critérios de elegibilidade do PBF dependiam da condição de renda das famílias e, entre as condicionalidades para sua permanência no programa, estava o cumprimento de certas tarefas relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros (CASTRO E MODESTO, 2010).

De acordo com Amartya Sen (2001), a educação é entendida como um forte mecanismo para o desenvolvimento como liberdade. Nesta linha, o referido programa intersetorial foca em grande medida em ações educacionais. Da mesma forma, a saúde é considerada pelo Bolsa Família, o que permite pensar que tais políticas de renda mínima se inscrevem em perspectiva proposta pelo indiano com vistas à liberdade para escolher. Ao transferir renda às famílias, o programa exige em contrapartida que as crianças frequentem a escola e tenham acesso à saúde, para que, futuramente, via educação, tornem-se autossuficientes para buscar o que desejam.

O bolsa escola é uma iniciativa do Ministério da Educação que prevê a transferência de renda para as famílias que comprovarem a matrícula e frequência escolar de seus filhos (BRASIL, 2013). Trata-se de um programa cuja concepção e execução apóiam-se na ideia de descentralização com participação, tal como iniciativas estudadas por Evelina Dagnino (2004) e Boaventura Souza Santos (2002).

O programa Renda Cidadã é também um programa de transferência de renda. Neste caso, é o governo do Estado de São Paulo, que oferece, com caráter temporário, tal apoio para aqueles com renda inferior a meio salário mínimo.

Neste campo das formas de obtenção de renda, convém salientar também que, com o plano de manejo, aqueles mandiranos com atividades pesqueiras recebem pelo defeso, no período de 18 de dezembro a 18 de fevereiro. Existem dois moradores cuja atividade predominante é a pesca (bagre), fazendo com que recebam um apoio financeiro em razão do defeso pelas colônias de pesca, no período de 01 de janeiro a 31 de março. O fato é que todos recebem um salário mínimo pelos meses em que estão proibidos de pescar ou coletar ostras. Trata-se de um meio para oferecer tranquilidade no período, assegurando uma limitação da extração/pesca predatória.

Na comunidade do Mandira, a criação da reserva e o estabelecimento de um plano de manejo favoreceram a expansão das liberdades em diversos aspectos. Amartya Sen (2000) valoriza as oportunidades que as pessoas têm para utilizar os recursos econômicos para consumir, produzir ou

de botijões de gás.

¹³ Apoiada em dois eixos: apoio financeiro a famílias de baixa renda em risco nutricional, visando o reforço da alimentação, e tornar as famílias beneficiadas mais conscientes de suas responsabilidades na melhoria de suas condições nutricionais, incentivando, principalmente, sua participação em ações básicas de saúde, com enfoque predominantemente preventivo (BRASIL, 2002).

realizar trocas. Em Mandira, nota-se que a obtenção de ao menos um salário mínimo garante às pessoas o acesso aos mais variados bens perecíveis, encontrados nos mercados próximos, além de bens de consumo duráveis, como carro, moto, tv, dvd, encontrados em lojas mais específicas. Convém então discutir até que ponto a comunidade desenvolve aquilo que Björn Hettne (1996) e Arturo Escobar (2005) ressaltam em torno de uma busca pelas melhorias materiais mantendo-se as identidades culturais. No plano da expansão das liberdades, a mudança de comportamento quanto à extração das ostras no mangue com o plano de manejo trouxe uma conscientização ambiental, facilitou o trabalho dos extratores e aumentou o valor recebido pelas vendas à cooperativa, mesmo que existam reclamações quanto a demora para receber o pagamento ou uma certa desconfiança dos moradores em relação aos gestores da cooperativa.

O projeto PD/A-MMA privilegiou também cursos de corte e costura, apicultura e fabricação de bijuterias, uma grande parcela das mulheres realizando trabalhos desta natureza, que não explora a biodiversidade local, e não leva à confecção de produtos diferenciados, específicos de Mandira. Maria Cecília M. Turatti (2002) mostra que os cursos de corte e costura foram inicialmente concebidos para a produção das próprias roupas dos moradores da comunidade com vistas a constituir fonte de renda para a comunidade. Dessa forma, a concepção desta atividade foi orientada pela ideia de obtenção de renda localmente pelas mulheres de forma paralela ao cultivo de ostra e outras atividades. Em nossas entrevistas realizadas com artesãs, foi possível verificar que praticamente todas as famílias tem pelo menos uma pessoa que se dedica a esta atividade, de forma complementar. A comercialização ocasional, não representa um percentual considerável da renda destas famílias. De toda maneira, as artesãs estão bastante influenciadas pelo tipo de artesanato realizado no meio urbano. A grande maioria das artesãs trabalha com tecidos, deixando de lado aquele artesanato com recursos naturais disponíveis localmente, mais rústico, podendo ser considerado tradicional e talvez mais atrativo ao turista.

Com efeito, aqueles que participaram gostaram muito, porém lamentam a ausência de continuidade e de concretização de algumas atividades. Neste ponto, caberia pensar naquilo que Amartya Sen (2000) resalta sobre o desenvolvimento econômico como processo que leva à eliminação de tradições. Porém, diz que se é desejo da comunidade tomar decisões que por ventura alterem suas tradições ou herança cultural, são as pessoas diretamente envolvidas que devem escolher. De nossa parte, convém conceber que estas escolhas, sejam quais forem, devem ser realizadas com base em muita informação e conhecimento. Desta maneira, tais escolhas poderão de fato se inscrever profundamente num processo de desenvolvimento com liberdade.

Outra atividade de formação que merece ser mencionada é aquela intitulada Recepção à Visitação Turística e Educacional, fomentada pelo PD/A-MMA. Assim, foram ofertados cursos relacionados à atividade turística, conforme consta na ficha do projeto (MMA, 2009). O tipo de visita concebido tem caráter educativo e suas atividades se apoiam no cultivo de ostras enquanto principal atrativo. Desta maneira, são propostas visitas ao mangue e aos parques de engorda das ostras, assim como degustação deste alimento, realização de percursos em trilhas ecológicas e artesanato. Os moradores entrevistados lembraram ainda em termos de cursos a realização de um treinamento para monitor ambiental, oferecido pelo ITESP, mas com vagas limitadas. A sua intenção consistiu em formar alguns agentes multiplicadores para disseminar os conhecimentos adquiridos entre os demais interessados na comunidade.

Nos dias ou períodos em que ocorrem as visitas turísticas, as mulheres da comunidade se organizam para preparar as refeições oferecidas aos visitantes. Para cada refeição, três pessoas participam de sua execução, havendo um revezamento dentre as interessadas. Os homens, por sua vez, são responsáveis por efetuar palestras sobre a história da comunidade, levam os interessados ao mangue, em barcos, e guiam os visitantes em percursos pela comunidade. Quando solicitado pelos grupos visitantes, a visita pode incluir a casa de farinha de um morador ou uma pausa musical sob o som do fandango¹⁴ tocado na viola de outro morador. Nessas ocasiões, aciona-se um guia, um palestrante e o piloto do barco. Nos relatos obtidos, nota-se que essas atividades do lado masculino são pouco partilhadas entre os interessados, estando restrita a algumas pessoas da comunidade. Tal centralização causa certa insatisfação por parte daqueles que gostariam de participar. Nestes relatos, torna-se claro uma perda de solidariedade, o que é tão característico das comunidades tradicionais. É a interpretação de Sérgio Paulo Rouanet (1987), sobre o ideal do progresso, que pode oferecer pistas para compreender tal fenômeno de seleção e de marginalização. Nas sociedades contemporâneas modernas, ter mais significa viver melhor. Porém, Rouanet considera tal visão como algo perigoso, pois é a responsável por estimular o sujeito egoísta.

Seja como for, os turistas que, em geral, visitam a comunidade são alunos de escolas públicas e particulares, tais excursões pedagógicas acontecendo em período letivo. Muito esperado pela comunidade, neste momento o artesanato é procurado; os alunos compram-no para levar uma recordação a seus familiares. Embora não seja uma renda considerável, é o momento em que mais se comercializa peças artesanais. Uma das famílias instalou uma loja de artesanato ao lado de sua casa, além de dispor seus produtos em loja situada no centro de Cananeia em forma consignada.

¹⁴ É uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva, cuja área de ocorrência abrange o litoral sul do estado de São Paulo e o litoral norte do estado do Paraná (MARTINS ET AL, 2011).

Quando participam de feiras, os quilombolas também levam seu artesanato para ser comercializado. O artesanato é uma atividade que permite aos envolvidos utilizarem a criatividade, na interpretação de Jane Jacobs (2001), o que também permite pensar em liberdade. As atividades turísticas desta natureza ao mesmo tempo, oferecem renda e preservam os manguezais (MORUZZI-MARQUES, 2010).

No que se refere às atividades agrícolas, convém olhar muito além de sua vertente econômica, tal como sugerem Renato Maluf e Maria José Carneiro (2003). Estes autores privilegiam uma análise das atividades rurais focada nas famílias e suas relações com a natureza e sociedade. Em sua perspectiva, o reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura permite legitimar formas de produção e geração de renda que não são computadas na análise hegemônica. Nesta linha, convém considerar nessas comunidades tudo o que é produzido, mesmo que seu ganho seja reduzido ou sazonal, tal como a atividade de recepção turística. Assim, esta última contribui com as dinâmicas de reprodução das famílias e da ocupação do espaço social agrário (CARNEIRO E MALUF, 2003).



Figura 15 – Trilha para a cachoeira

Para concluir esta análise em torno da renda em Mandira, foi possível identificar três pessoas que não trabalham com a ostra, nem mesmo com o artesanato ou turismo. Essas pessoas possuem outras atividades remuneradas, como é o caso de um morador que é caseiro, sua esposa vende roupas. Dois moradores trabalham com agricultura e gado.

Por outro lado, um morador trabalha com a ostra e complementa a renda com a pesca para o consumo e outros dois residentes no local administram um bar. Aqueles que não atuam na extração de ostras e em atividades correlatas possuem fontes de renda vistas como menos insalubres e mais

seguras. O assalariamento parece ser considerado como a forma por excelência de um emprego seguro. De fato, o emprego remunerado é visto por Amartya Sen (2000) como um meio eventual para alcançar desenvolvimento como liberdade. No entanto, trabalhar e residir em meio rural, em seus estabelecimentos agrícolas, mesmo se exercendo outros tipos de atividades externas, possibilita manter um ponto de referência e pertencimento, conservar as redes sociais de parentesco, os laços com a localidade e a memória social. Estas âncoras (casa, estabelecimento rural, comunidade) podem ser vistas como ponto de convergência em caso de crise (MATHIEU, 1995 apud FERREIRA, 2002). Portanto, uma reflexão sobre desenvolvimento como liberdade deve tomar em conta estes sentidos em torno da vida em comunidade rural.

4.1.2.3 DESENVOLVIMENTO E SAÚDE

Nesta parte, a análise diz respeito ao ponto de vista dos mandiranos em relação ao desenvolvimento e saúde, em particular no que se refere aos efeitos da execução do PD/A na comunidade. A propósito, um de nossos interlocutores relatou com muito entusiasmo as atividades proporcionadas graças ao PD/A, estando muito vivas na memória: em 2005, curso de auto-escola para habilitá-los a efetuar as entregas pela Cooperostra. Também parece ter deixado boas lembranças um encontro em Porto Alegre, para a troca de experiências entre outras comunidades que participavam do PD/A.

Ainda com algum apoio deste PD/A, houve um curso de informática, destinado aos jovens da comunidade, a produção de um livro sobre o terço cantado, a gravação de um cd com o terço cantado, projeto de melhoria do escritório da Cooperostra, projetos de melhoria da comunidade. Para o curso de informática, foi disponibilizada uma estrutura com onze computadores, a qual posteriormente, foi denominada de telecentro, onde os usuários podem se beneficiar de duas horas por dia de acesso, pagando uma taxa de R\$5,00 por mês.

Os relatos mostram que os computadores foram obtidos graças a uma iniciativa do governo federal, o Projeto Territórios Digitais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja meta foi implantar Casas Digitais nos Territórios da Cidadania. Essas “Casas Digitais” dispõem de um padrão de equipamentos novos: computadores, impressora, roteador *wireless*, um projetor multimídia, cadeiras e mesas de computador. O curso foi, de fato, ofertado inicialmente com recursos do Funbio e em seguida, do PD/A. Efetivamente, são os mais jovens que frequentam a casa digital criada na comunidade.

O terço cantado é uma manifestação cultural e religiosa presente na comunidade há mais de 300 anos. São rezas realizadas sob a forma cantada. Como forma de manter esta tradição viva, o governo do Estado de São Paulo, através do Programa de Ação Cultural de 2010 de sua Secretaria da Cultura, apoiou a produção de um livro e a gravação de um cd com o terço cantado. Contou com a parceria do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Associação de Remanescentes de Quilombos da Reserva Extrativista do Mandira (REMA).

Os projetos de melhoria do escritório da cooperativa e da comunidade estão inseridos no projeto PD/A e referem-se à aquisição de material de escritório, mobiliário e bens de consumo, assim como rádio para comunicação com o ICMBio em Registro.

Cursos de apicultura e capoeira foram igualmente realizados com apoio do PD/A, mas não repercutiram em criação de atividades relacionadas a tais capacitações. No relatório final do projeto PD/A, foi possível constatar que, para o de apicultura, houve a compra de estrutura, com a realização de cursos através da Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul – Sub-sede Cananéia (SINTRAVALE) e Rede Cananéia¹⁵. Para o curso de capoeira, por sua vez, houve a compra de instrumentos, uniforme e pagamento de combustível referente aos deslocamentos do professor. Sem apoio do PD/A, foram oferecidos cursos, de bijuterias e de uso do imbé, recurso extraído da mata, apoiados pelo ITESP, tal como informado por um de nossos entrevistados.

Ainda no que se refere a projetos desvinculados ao PD/A, dois moradores lembraram uma iniciativa da ONG PROTER em termos de cursos de agrofloresta e compostagem. Esta iniciativa agroecológica teve início entre os agricultores de Mandira, que obtiveram posteriormente apoio desta organização, beneficiando a todos os moradores que se interessaram pela agroecologia e sistemas agroecológicos de produção. Porém, as atividades relacionadas a este tipo de produção estão restritas a apenas duas famílias de agricultores na comunidade.

O Instituto Socioambiental (ISA) realizou um projeto, iniciado em 2009, que consistiu em um inventário dos bens culturais das comunidades quilombolas, resultando em livro e filme (ANDRADE e TATOO, 2013). Em 2010, essa mesma instituição fomentou a ideia de um circuito quilombola de turismo envolvendo as comunidades do Vale do Ribeira: Pedro Cuba, Mandira, Ivaporanduva, São Pedro, Sapatu e André Lopes. Trata-se de um roteiro para divulgação das

¹⁵ Integra e busca fortalecer as organizações da sociedade civil em Cananéia.

comunidades, com a necessidade de se agendar as visitas com uma antecedência mínima de dez dias (ISA, 2013).

Anteriormente, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) financiou cursos de associativismo e empreendedorismo, de 2001 a 2005. Esse curso favoreceu a consolidação da Cooperostra, resultando na elaboração de seu modelo de gestão.

Entre 2006 e 2009 houve o repovoamento da juçara para manejo da semente, como uma iniciativa oriunda de outro projeto PD/A na comunidade de Eldorado, realizada pelo Instituto Socioambiental. O projeto foi intitulado Projeto de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável do Palmeira Juçara nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira e consistiu em promover a conservação e uso sustentável da espécie (*Euterpes edulis*) nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, por meio da implementação de um programa de recuperação da espécie nas comunidades, sendo beneficiadas 16 famílias de Mandira (TATTO e PASINATO, 2010). Apesar da iniciativa, a comunidade Mandira não executa o manejo do fruto.

Além dos recursos advindos do projeto PD/A-MMA, outros fundos financeiros beneficiaram a comunidade, tais como aqueles oriundos dos seguintes projetos ou institutos: Projeto de Execução Descentralizada (PED) do Ministério do Meio Ambiente, Shell do Brasil S.A., Fundação Florestal, Prefeitura da Estância Balneária de Cananéia, NUPAUBUSP/ FINIDA/Fundação Ford, ONG Visão Mundial, Fundação Botânica Margaret Mee, Comissão Pastoral da Pesca, Iniciativa Equatorial e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) (TURATTI, 2002; GARCIA, 2005).

As estratégias de reprodução social adotadas pela comunidade Mandira, com a criação e estruturação da Reserva Extrativista em torno de um plano de manejo, bem como as atividades associadas permitem uma reflexão sobre o papel das políticas públicas em termos das mudanças de orientação do desenvolvimento. A implantação desta Reserva Extrativista permite igualmente pensar na confluência de ações dos órgãos financiadores e instituições apoiando as iniciativas em torno da comunidade. Notadamente, a ação do Instituto de Pesca no controle de estoque de ostra, favorecendo um maior conhecimento dos recursos naturais disponíveis e de entidades de assistência técnica revelam certa confluência com vistas a uma orientação sustentável do desenvolvimento. A constituição de um conselho, estimulando a participação da comunidade e favorecendo o contato com entidades de apoio, leva também a considerar a construção de vias pertinentes no sentido de maior convergência das ações.

Ademais, percebe-se que quando um dado projeto está em execução na comunidade, diversos outros passam a ser concebidos seguindo seus passos, resultando em sinergias que permitem mais facilmente atingir os objetivos originais. O projeto PD/A em Mandira atraiu o

Projeto Territórios Digitais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa de Ação Cultural de 2010, da Secretaria de Cultura do governo do Estado de São Paulo, os cursos da ONG PROTER (agrofloresta e compostagem), o inventário de bens culturais e o circuito turístico quilombola do Instituto Socioambiental (ISA), tudo concorrendo para um frutífero desenvolvimento da comunidade, mesmo que nem sempre os resultados destas iniciativas foram aqueles esperados.

Tomando como referência o ano de implantação do PD/A (2003), os moradores acreditam que a vida melhorou desde então. Segundo um de nossos interlocutores, foi muito pertinente o conhecimento que passou a adquirir em relação ao cultivo da ostra, desde a coleta no mangue até a comercialização na cooperativa. A participação na associação e na cooperativa ampliou o conhecimento dos envolvidos sobre projetos e negócios, o que é evidenciado nas falas de parte de nossos interlocutores. De outro modo, os descontentes puderam em alguma medida desenvolver seu espírito crítico.

De nosso ponto de vista, é plausível considerar que o PD/A constitui uma política que atua na valorização da diversidade, tal como destacado por Renato Maluf (2000), quando apoia a comunidade com vistas a se tornar responsável por manter sua identidade cultural ao mesmo tempo em que concebe melhoria de seus bens materiais.

Neste sentido, é possível se pensar na construção de um projeto de desenvolvimento ancorado em especificidades locais, conforme destaca Bernard Pecqueur (2007), considerando que os ativos e os recursos do local estão sendo concebidos em grande medida como específicos. A identificação como reserva extrativista, associada a um plano de manejo sustentável, pode caracterizar os ativos específicos territoriais. O grau de assimilação com que a comunidade absorveu os cursos e as vivências oferecidas permite-nos pensar na existência de recursos a serem explorados, organizados ou ainda revelados.

Por outro lado, a existência de políticas públicas que permitam o aumento da escolaridade dos mandiranos pode representar a transformação no futuro de recursos em ativos específicos. Este fenômeno constituiria a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências produzem conhecimentos novos. Para a especificação dos ativos, é importante que os saberes locais passem a ser mais valorizados, como é o caso do artesanato com recursos naturais do entorno, ou a música, com o fandango, pouco difundidos na comunidade e que vai se perdendo nas práticas locais.

No que se refere aos hábitos alimentares, as atividades tradicionais estão sendo deixadas de

lado. A roça, em função da legislação ambiental, conhece restrições, o que se tornou um motivo de desânimo em relação à agricultura. Dois moradores afirmaram que mesmo se pudessem plantar em mais lugares, não gostariam de voltar a cultivar. São enfáticos ao manifestarem que “tem preguiça, dá trabalho” (Entrevista nº 01). Estes relatos podem estar muito relacionados à incorporação de hábitos modernos relativos à obtenção de renda para a compra de produtos que anteriormente eram oriundos da atividade agrícola. De outra parte, trata-se de uma agricultura muito pouco equipada, o que representa efetivamente muita precariedade e grande dificuldade.

Oito de nossos interlocutores esperam que, com a titulação da terra, poderão plantar em uma superfície mais importante. De todo modo, o conhecimento agrícola se perde gradualmente, na medida em que a transmissão dos conhecimentos das práticas aos jovens está bloqueada. Desta forma, o hábito de comprar os alimentos, cada vez mais industrializados, no mercado se reforça.

É fato também que as áreas disponíveis para o plantio são aquelas de mangue e de morro com muita pedra. O caso das duas famílias que se dedicam à agricultura enquanto atividade principal de obtenção de renda permite observar situações em que a produção agrícola é valorizada. Estes agricultores não veem a terra como um impedimento para suas atividades, afirmando que é necessário trabalhá-la para que seja produtiva.

Eles pertencem à associação, mas não trabalham com ostra, dedicando-se integralmente à agricultura. Os principais cultivos são: milho, feijão, café, abóbora, cheiro verde, alface. Também produzem mel, própolis, geleia, licores, pão de palmito. Tudo isso é comercializado na feira de agroecologia que acontece todos os sábados em Cananeia, cujos principais consumidores são os turistas que frequentam a região. As famílias desses agricultores, diferente das outras, só compram no mercado sal, óleo e alguma eventual mistura, pois cultivam as verduras e legumes, além da pecuária bovina de corte para comercialização e para sua subsistência. As formas de aprender as receitas foram variadas: com outras pessoas, sozinhos, com livros e com cursos dados à comunidade. Dependendo da época, comercializam igualmente frango e ovos. A família que se dedica ao gado comercializa a carne junto à frigoríficos do interior de São Paulo. Ela também fabrica licor, bananinha chips e geleia. A atuação destes agricultores é estimulada pela vontade que cada uma dessas famílias tem em produzir e aprender a produzir itens diversificados.

Estas duas famílias já realizavam as atividades ligadas à agricultura desde a época de seus avós. Encontram-se distantes do núcleo de Mandira, aproximadamente sete quilômetros, o que os impede de participar com mais frequência das atividades propostas no âmbito da comunidade. Este fato pode explicar porque não se envolveram muito com a ostra, sua extração é apenas para consumo.

De nosso ponto de vista, a valorização das atividades agrícolas desenvolvidas por estas famílias ocorre em razão da concepção de iniciativas que possibilitam o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, tal como salientados por Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003). A reprodução socioeconômica destas famílias é associada com a comercialização dos produtos na feira de Cananeia, ou seja graças a um canal de circuitos curtos de comercialização que aproxima produtor e consumidor, levando a uma relação de fidelidade e solidariedade. Nesta linha, a participação na feira favorece a diversidade produtiva, o que permite pensar em promoção da segurança alimentar para a sociedade e para as próprias famílias rurais. Este canal de comercialização, ao permitir um diálogo entre produtor e consumidor pode favorecer a troca de conhecimentos sobre as práticas agrícolas (ligadas mesmo aos antepassados mandiranos), em particular em termos de cultivo sem o uso de agrotóxicos, o que acaba por valorizar a produção destas famílias agricultoras. Desta forma, outras dimensões da atividade agrícola são iluminadas como a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais.

Apenas um entrevistado revela comprar as hortaliças destes agricultores. Uma certa ausência de solidariedade constitui um traço comum na comunidade. No lugar de favorecer os próprios membros da comunidade comprando seus produtos (as hortaliças, o peixe, a galinha), realizam suas compras nos mercados locais. Aqueles moradores que obtêm renda de atividades como assalariados insistem sobre suas dificuldades de se envolver nas roças e na criação de animais. Ademais, o salário permite a compra de seus itens de primeira necessidade nos mercados próximos. Amartya Sen (2000) ressalta a importância de agir de maneira sincera, clara e solidária no grupo de pertencimento. Quando não existe mais essa solidariedade e transparência, as famílias se afastam uma das outras num espírito de competição entre elas.

A agricultura em geral se encontra, tal como no caso de sete famílias entrevistadas, em pequenas hortas. Porém, grande parte do que consomem é comprada nos mercados de Cananéia e Itapitanguí. Nove entrevistados pescam para subsistência e apenas um afirmou criar galinhas para venda. Mais uma vez, é a interpretação de Marshall Sahlins (1990) sobre a cultura em constante mudança que se apresenta em nosso estudo. Aqueles hábitos que anteriormente eram tão presentes na comunidade, como a realização das roças para subsistência, são substituídas pelas compras nos mercados, assemelhando-se a hábitos presentes nos centros urbanos, onde as pessoas não mais exercem a agricultura, sendo necessário adquirir seus produtos dos mercados locais.

As transformações se referem também ao uso dos equipamentos tradicionais, notamos que

em diversas casas, ainda existe um fogão a lenha. Mas este aqui não é utilizado em razão das facilidades em torno do fogão à gás. Estes hábitos modernos reforçam a influência do meio urbano no meio rural. Sob a perspectiva de Amartya Sen (2000), a manutenção ou não da tradição e herança cultural devem ser escolhas dos indivíduos envolvidos. Convém insistir então que tais escolhas devem ser precedidas de um amplo acesso às informações que possam sustentar a tomada de decisão.

Nota-se que as questões ambientais permeiam os discursos de nossos entrevistados. Anteriormente, afirmam que “machucavam” o mangue. Com o estabelecimento de regras para coleta, a comunidade passa a contribuir com a reposição de estoques, contando com o apoio de um órgão governamental, o ICMBio, responsável pela fiscalização da reserva. Por outro lado, dois moradores manifestaram sua preocupação quanto à fiscalização. Embora respeitem as regras do plano para não serem punidos, acreditam que o trabalho de fiscalização é falho. Os responsáveis da vigilância são dois funcionários do ICMBio, o chefe da reserva e seu assistente, os quais não estão presentes na comunidade com frequência. Desta maneira, não percebem muitas irregularidades, tais como a extração ilegal de pessoas de fora da comunidade e coleta da ostra abaixo do tamanho autorizado para comercialização. Os moradores fazem denúncias as quais são levadas às reuniões para uma futura notificação por parte dos responsáveis do ICMBio. A ata da reunião de 21 de maio de 2008 dos representantes da REMA, quando estiveram presentes o prefeito municipal e o chefe da reserva do ICMBio, mostra que este problema já vinha ocorrendo desde esta data, surgindo uma proposta da prefeitura municipal estabelecer um convênio com a Secretaria de Meio Ambiente, o ICMBio/MMA e Associação Local para capacitar e contratar moradores locais para a proteção da unidade. A ata da reunião seguinte, de 17 de junho de 2008 revela a dificuldade de punir os infratores em razão da não aceitação da violação das regras por parte dos infratores, respondendo a notificação de maneira agressiva e ameaçadora, verbal e fisicamente. As ações continuaram com uma notificação junto à polícia ambiental, a qual se prontificou a realizar vistorias em campo, para apurar as denúncias (Ata da reunião de 16/09/2008).

Vale ressaltar que a consciência ambiental mostra-se apenas quando referimo-nos ao plano de manejo. Para nossos interlocutores da comunidade, é bastante claro que muitas das atividades fomentadas pelo projeto PD/A-MMA, não propriamente agrícolas, fundam-se no uso dos recursos naturais, como é o caso do artesanato com cipós do morro, timbopeva, piri, Imbé, capiá, madeira caixeta, sementes, todos extraídos do entorno. Um de nossos entrevistados relatou que cada vez mais é preciso se distanciar de onde vivem para obter esses recursos para o artesanato. Neste caso, somos levados a pensar em que medida esse projeto trabalha com o manejo sustentado de outros

recursos além da ostra. No geral, o que se observa na comunidade é uma baixa conscientização ambiental com questões básicas como descarte e separação de lixo, embora em 2006, existiu um projeto de uma cartilha de educação ambiental, de forma interativa, distribuída na comunidade para conscientizar a comunidade.

Por outro lado, convém insistir que a cultura tradicional se modifica com o desenvolvimento da comunidade, em alguns casos favorecendo a difusão de certos saberes locais. Por exemplo, um morador mencionou que toca e pratica a viola, participando de um grupo de fandango no Porto e em Itapitangui. Nos dias de hoje, suas apresentações musicais ocorrem sobretudo quando é solicitado pelos responsáveis pelo turismo local. Estas apresentações ocorrem em visitas turísticas ou em festas tradicionais como a Festa da Ostra. Tal festa representa um reconhecimento do prestígio que a comunidade ganhou graças à ostreicultura. Os convidados e visitantes participam da vida da comunidade, nesta ocasião, consumindo produtos e serviços oferecidos por seus membros. É um momento em que todos se mobilizam na organização do evento, desde o fornecimento das ostras até as escolhas musicais, como aquelas do fandango.

A propósito, de acordo com ata de reunião do conselho deliberativo, de 25 de novembro de 2011, a grande dificuldade para realização do referido evento residiu nas várias exigências para liberação da festa. De todo modo, houve auxílio da prefeitura, com a elaboração de um projeto, assinado e enviado aos bombeiros, como parte das exigências de segurança para sua autorização. Graças a este projeto, houve notadamente, a realização de curso de brigada de incêndio.

Resolvidos os problemas desta natureza, a festa é considerada um sucesso na comunidade. Na visão do presidente da associação, o resultado da quarta festa (2011) foi muito bom. Foram vendidas 500 dúzias de ostras abertas, foram 170 quilos de ostras extraídas das conchas para tortas e pastéis e 40 quilos de camarão sete barba.



Figura 16 - Cartaz de divulgação da festa

Para aqueles que permaneceram na comunidade, o desenvolvimento pode ser ligado àquilo que Renato Maluf (2000) sugere “como o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo.” Em Mandira, os relatos ainda mostram que a abertura da comunidade às novas pessoas, com o turismo, tem sido muito importante para o desenvolvimento humano. Membros da comunidade rememoram momentos engraçados quando os primeiros visitantes estiveram na comunidade. Igualmente lembram de como é representar a comunidade em ocasiões diversas, seja no entorno, ou em locais mais distantes, onde se faz necessário, por exemplo, voar de avião (alguns já puderam ir ao exterior).

Anteriormente, o grupo estava submetido ao isolamento e discriminação. Maria Cecília M. Turatti (2002) revela que o termo “mandirano” era utilizado para desqualificar ou ofender pessoas, dado o preconceito da sociedade dominante: negros, pobres e camponeses. Seriam incapazes de sucesso social na ideologia de progresso e consumo da sociedade branca dominante. Ou, nas reflexões de Amartya Sen (2012) sobre a necessidade de as pessoas poderem aparecer em público sem se envergonharem, ainda que as ideias desenvolvidas pelo autor estão muito relacionadas aos bens materiais, e em nosso caso, refere-se a um sentimento, dado por sua aparência que remete à questões históricas, afetando necessariamente ao que é denominado de funcionamentos sociais. Dentro da teoria das capacidades, trata-se de uma deficiência esse modo de desqualificar ou

discriminar as pessoas da comunidade. Hoje, nota-se um incremento do autoreconhecimento étnico em uma relação de inclusão e aceitação pelo outro, muito bem exemplificado pela realização da 4a. Edição da Festa da Ostra, da festa de Santo Antônio (padroeiro da comunidade) e da participação em eventos como a Expovale e o Revelando São Paulo.



Figura 17 - Cartaz de divulgação da Festa de Santo Antônio

Em 2002 contam que ganharam o Prêmio Iniciativa Equatorial e isso fez com que todos passassem a acreditar na comunidade.

Sobre a mudança cultural, Marshall Sahlins (1990) analisa como um processo próprio das sociedades humanas. Cada uma destas sociedades influencia outra, em maior ou menor medida. No caso a sociedade urbana industrial, sua influência é de tal tamanho, que provoca uma grande reinterpretação do mundo por parte das comunidades tradicionais. De todo modo, trata-se de um momento de criatividade comunitária. No caso da festa da ostra, enquanto marcador cultural, muitos convidados passam a conhecer a história de remanescentes de escravos, tudo associado à produção ostreicultora. Nesta ótica, a busca de melhorias materiais permite preservar a identidade cultural

(HETTNE, 1996 apud MALUF, 2000).

Cabe aqui destacar que o desenvolvimento das pessoas foi estimulado pela participação, conforme destacado por Arnstein apud Seixas et alii (2011), quando elas participam, os resultados são melhores, no caso do manejo das ostras e da juçara, todos aprenderam com o processo e passaram a valorizá-lo. A ideia de Korten (citado em Pieterse, 1998) refere-se ao aumento das capacidades pessoais quando as pessoas da comunidade mobilizam e gerenciam recursos para produzir melhorias em sua qualidade de vida, considerando suas aspirações, a sustentabilidade e a justiça.

Com o fim do projeto PD/A, importantes mudanças são notadas. Por exemplo, a festa da ostra de 2012 foi cancelada, bem como a edição de 2013. Segundo nossos interlocutores, há pouca ostra para se extrair do mangue, o que fez com que muitos deles buscassem atividades fora da ostreicultura, como mais moradores conseguindo empregos como caseiros e alguns atuando na construção civil, com atividades temporárias caracterizadas como “bico”. Considera-se neste caso, uma certa dependência em relação aos projetos, dificultando a continuidade das atividades fomentadas pelo PD/A e tudo aquilo que se consolidou ao redor.

4.1.2.4 CONFORTO E SEGURANÇA

Nesta parte da tese, o foco recai sobre os aspectos relativos à segurança em termos das atividades profissionais e das condições de moradia, o que se reflete igualmente na sensação de conforto da família. Nesta perspectiva de análise, convém salientar que onze entrevistados afirmaram já procurarem soluções de trabalho e moradia fora da comunidade. O motivo mais mencionado é tentar uma nova vida em locais próximos. Em fim de conta, conseguem trabalhos temporários em Rio das Minas (2 km), Cananeia (12 km), Pariquera-açu (aprox. 30 km), Itapitangui (aprox. 12 km), Guarau (60 km) e Cajati (70 km).

Em sentido inverso, sete moradores vieram de fora da comunidade e passaram a morar lá por terem se casado com morador da comunidade. Além destes dois grupos, treze representantes de famílias afirmaram nunca ter saído da comunidade. Os dados são relativos ao casal, por esta razão, não estamos considerando os filhos de muitos deles que, em grande parte, já não moram mais na comunidade.

As razões de escolha pela cidade se referem à obtenção de uma renda mais alta que aquela com a ostra e à possibilidade de realizar um trabalho menos insalubre (trabalhar no mangue em dias

de chuva e levar picadas de mosquitos foram problemas mencionados pelos próprios moradores). Entre os nossos entrevistados, os pais que incentivam seus filhos a continuarem na comunidade, são maioria, ou seja dezesseis moradores da comunidade. Duas famílias desejam um futuro diferente para os filhos, manifestam insatisfação em razão de uma descrença em relação as ações da associação. Desta maneira, este grupo não participa da associação, nem tampouco da cooperativa, limitando-se ao necessário para obter sua renda no final do mês. Convém notar que um morador ressaltou uma crescente falta de solidariedade, acreditando que o dinheiro de projetos e apoios trouxe ganância e competição à comunidade.

Esta interpretação realizada por membro da comunidade pode ser discutida à luz das ideias de Amartya Sen (2000) sobre o foco da economia aos aspectos das utilidades, rendas e riqueza, em detrimento do valor em torno das liberdades. A desconsideração do valor da liberdade pode levar a comunidade a pensar que qualidade de vida está associada a uma renda cada vez mais alta. Este fenômeno ocorre na medida em que uma comunidade tradicional torna-se cada vez mais envolvida pelos valores da sociedade moderna industrial. Efetivamente, a própria saída dos moradores revela uma tendência de foco no econômico.

De fato, a tentativa de ganhar a vida fora da comunidade se revela muito difícil. Por exemplo, uma moradora entrevistada enfatizou que, sem os estudos, não encontram boas condições de trabalho fora da comunidade. Ademais, trata-se de entrevistados em idade avançada para procurar outra solução de vida.

Em pelo menos três famílias, foi mencionado o desejo dos filhos quererem sair da comunidade. Em mesmo núcleo familiar existem filhos que querem permanecer e outros partir. Porém, existem aqueles que olham para parentes que saíram da comunidade e percebem que não valeu a pena pelas condições de vida precárias nos centros urbanos. Muitos pais, por sua vez, gostariam de deixar legado aos filhos, pois gostam do local e desejam permanecer. Acreditam que o apoio de políticas públicas poderia favorecer tal desejo. Entre nossos entrevistados, mais lazer na comunidade é visto como forma de reter esses jovens. Igualmente importante seria a implantação de escolas melhores na comunidade. Com efeito, os filhos devem sair da comunidade para poder estudar.

No ensino universitário, é possível observar que a oferta de vagas em cursos de graduação no campus da Unesp de Registro, a universidade pública mais próxima da região, é limitada, não há maiores apoios para que jovens da comunidade possam frequentá-la. Desta maneira, no ensino universitário, ou mesmo médio, aqueles que desejam continuar a estudar precisam se distanciar,

arcando com altos custos. A única jovem que se encontra frequentando um curso universitário está em Cuba, cursando medicina. Mesmo existindo dificuldades, este caso é revelador de ausência de apoios para que os jovens quilombolas frequentem um curso universitário.

Por outro lado, os desejos dos moradores se relacionam a moradias melhores, estrada asfaltada, instalação de telefone público e de posto de saúde (não existe na comunidade). Mesmo as iniciativas de turismo existentes na comunidade são em grande medida bloqueadas em razão das precariedades.

De modo geral, os grupos que visitam a comunidade habitam grandes centros urbanos, procurando um certo nível de conforto, mesmo quando estão dispostos a conhecer grupos tradicionais, com a ideia de encontrarem outros estilos de vidas menos dependentes da eletricidade, televisão, eletrodomésticos. O poder público ofereceu algum apoio ao desenvolvimento do turismo, mas há pouca continuidade. Em todo caso, o turismo poderia fornecer aquilo que Amartya Sen (2012) salienta como importante para que as pessoas disponham de bens materiais necessários, sem se sentir envergonhadas de aparecer em público. Ou seja, quando a comunidade apresenta uma infraestrutura adequada, acaba por atrair mais pessoas a conhecer o local, seus membros tendem a se relacionar com mais autoestima e confiança.

Ainda como expectativa de melhora da renda, foi citada a ideia de promover a reciclagem da casca de ostra, que hoje é vendida a um preço muito baixo. Nesta ordem de ideias, mencionam o desejo de contar com maior capacitação do conjunto dos moradores para o turismo com vistas também à obtenção de mais renda. A propósito, um interlocutor crítico considera que a atividade turística está restrita a um grupo reduzido. Observa-se que o movimento em torno da atividade turística na comunidade não é realmente significativo para envolver muitas pessoas. É neste sentido que a melhoria da infraestrutura e a capacitação de mais membros da comunidade são consideradas um meio para estimular o turismo na reserva extrativista. Uma perspectiva desta natureza demanda políticas multitemáticas (BOCAYUVA e SILVEIRA, 1999) capazes de visualizar o projeto, no caso de desenvolvimento de turismo, de maneira abrangente.

Para maior segurança no âmbito da profissão e da moradia, a outorga da titulação das terras é vista, para dois entrevistados, como necessária para maior liberdade para produzir. Com tal ampliação da margem de escolha, desejam plantar pupunha, além de instalar um viveiro de mudas de guanandi.

Amartya Sen (2000) considera a possibilidade de viver do modo como gostaríamos, com grande qualidade de vida, mais importante que os recursos ou a renda que dispomos. No bairro de Mandira, dezesseis famílias pensam que o direito à terra permitiria continuar na comunidade e

exercer atividades econômicas resultantes de um uso parcimonioso dos recursos naturais, não desejando se submeterem aos trabalhos precários oferecidos nos centros urbanos. Esta perspectiva revela que existe um reconhecimento do potencial de desenvolvimento local oferecendo qualidade de vida. Segundo nossa interpretação, as poucas experiências de agricultura e o turismo ainda embrionário colaboram com um reforço desta perspectiva em razão da valorização dos múltiplos papéis destas atividades, muito além de uma simples geração de renda.

Embora existam aqueles que dizem cultivar ostra por ausência de alternativa, esta atividade pode ser considerada como multifuncional: preserva o mangue e é suporte de outras atividades, principalmente o turismo. De todo modo, esta decisão de permanecer na comunidade está relacionada à escolha de não sujeição aos trabalhos precários, tal como muitos de seus conhecidos ou familiares nos centros urbanos.

Efetivamente, é possível obter renda pela ostreicultura para adquirir os bens de consumo mais frequentemente encontrados no meio urbano, como carro, moto, aparelhos de telefonia celular. Mas não deveríamos considerar apenas estes itens de consumo como suficientes para acreditar no desenvolvimento. A teoria das capacidades de Amartya Sen (2012) leva a pensar em dimensões muito além dos desejos deste tipo de consumo. Trata-se de tomar em conta aquilo que permita adquirir capacidades a fim de escolher seus funcionamentos. O estabelecimento das políticas públicas fundados no desenvolvimento como liberdade deve considerar tais dimensões.

4.2 PROTAGONISMO JUVENIL NO FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NA PROMOÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA PARA PRODUÇÃO DE POLPA ALIMENTAR

A formação da comunidade quilombola Campinho da Independência ocorreu a partir do final da escravidão quando 3 (três) mulheres, Antonica, Luíza e Marcelina receberam as terras que pertenciam à Fazenda Independência. Os atuais moradores do local são seus descendentes. As terras à época da doação estavam desvalorizadas em razão da abolição, pois muitos escravocratas acreditavam que seria impossível produzir sem o braço escravo, tal como a leitura de Fernando Lourenço (2001) permite pensar. A fazenda passou a ser o meio produtivo para sua sobrevivência, as três mulheres e as gerações seguintes cultivando essas terras com vistas à subsistência.

Neste sentido, as atividades principais voltavam-se para o plantio de mandioca e outros trabalhos na roça, além da fabricação de farinha, todas de responsabilidade das mulheres. Os homens se incumbiam de realizar o trabalho assalariado (cíclico) e faziam caça e coleta (GUSMÃO, 1996).



Figura 18 - Quilombo Campinho da Independência

Assim, os moradores de Campinho são parentes entre si. A mulher ocupa lugar central na organização social, o que caracteriza um sistema matrilinear. Ou seja, ela é fundamental em duas dimensões centrais, terra e trabalho. Ademais, ela está também no centro da reprodução biológica e

social do grupo, em termos da maternidade e da gestão das atividades. Trata-se de uma terra onde os homens estiveram sempre de passagem, deixando mulher e filhos. Os direitos à terra são transmitidos pela descendência, assegurada pelo casamento. Este casamento não rompe com a diferença entre cônjuges parentes e não-parentes. A condição étnica e o parentesco são essenciais pois confirmam a descendência e por extensão os direitos.

A história desta comunidade integra aquela de diversos grupos sociais que ocuparam o sul fluminense. Estes processos históricos conhecem um marco, em 1971, quando foi criado o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), onde estão sobrepostas terras de povos e comunidades tradicionais. Ou seja, o problema do Parque se associa notadamente aos limites imprecisos, desconhecidos ou ignorados pela população da região. Os limites estão definidos no Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1.972, totalizando uma área de 104.000 ha, da qual cerca de 60% localiza-se no Estado do Rio de Janeiro e 40% no Estado de São Paulo.

Recentemente, novas iniciativas permitem pensar numa inflexão do processo de desenvolvimento destas comunidades tradicionais. Trata-se da implantação de muitos serviços turísticos (hospedagem, alimentação, os passeios ecológicos) que ampliam as potencialidades de adquirir capacidades. Essas mudanças influenciam na dinâmica populacional e na economia da região, com um declínio da agricultura. De todo modo, o plantio das palmeiras pupunha e açai, bem como o repovoamento com juçara, tudo com o intuito de diminuir a pressão sobre esta última palmeira, a partir de mais oferta de palmito, além de polpa do fruto, constitui uma atividade agroflorestal em crescimento (FLEXOR E GAVIRIA, 2003).



Fonte: Googlemaps, 2013

Figura 19 – Localização da comunidade Campinho da Independência em relação à Paraty
Campinho da Independência

Autores, como Sérgio Leite (2003), relembram que “a área de Campinho da Independência é parte de uma região maior que foi palco de intensos conflitos por terra após a construção da rodovia Rio-Santos, na década de 70”. Em outras palavras, trata-se de “(...) um exemplo típico da expansão capitalista que reestrutura o universo agrário em termos de terra e trabalho e desencadeia processos transformadores da paisagem local, tanto em termos físicos quanto econômicos, sociais e políticos” (GUSMÃO, 1996). Grandes investimentos estão no centro desta transformação, como a criação do Parque siderúrgico industrial de Santa Cruz, no antigo estado da Guanabara; o Porto de Minérios de Sepetiba; a construção do Estaleiro Naval da Velrome e o Porto de Angra dos Reis; a Usina Nuclear 1 e 2 em Itaorna e Furnas, nos limites entre os municípios de Angra e Paraty; o terminal petrolífero de São Sebastião, já no Estado de São Paulo e, integrando a todos, a Rodovia BR-101 Rio/Santos que corta o litoral sul fluminense.

A partir da década de 70, a rodovia BR-101 dividiu o quilombo Campinho da Independência em duas partes. Os impactos causados pela abertura desta rodovia, notadamente com o conseqüente avanço do turismo na região, levaram a comunidade a se engajar em luta pela terra. A especulação

imobiliária ameaçava a expulsão dos quilombolas de suas terras. Em 1975, entraram na justiça em busca de seus direitos de posse da terra, pois diversos investimentos de interesses particulares e públicos supervalorizaram as terras de Paraty, fazendo com que muitos aparecessem, intitulado-se proprietários das terras da comunidade. Neste momento, os moradores criaram sua associação e, com a ajuda de terceiros (da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty) lutaram por suas terras até os anos 90.

Foi a Constituição Federal de 1988 que assegurou às comunidades quilombolas o direito a suas terras. O reconhecimento como comunidade quilombola constitui o primeiro passo para assegurar tal direito. Este processo contribui com o desenvolvimento de atividades ligadas a tal identidade cultural, como a capoeira, a agroecologia e o artesanato. A titulação das terras foi obtida em 1999, em nome da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOQC).

Num primeiro momento, com o desenvolvimento do turismo na região, tornou-se comum aos moradores do quilombo obter um trabalho em Paraty, como comerciários, caseiros, domésticos ou faxineiros de casas de veraneio. Para reverter este quadro, existe um esforço por parte da Associação de Moradores em reafirmar a cultura quilombola, desenvolvendo projetos que fomentem sua valorização, inclusive e principalmente de turismo. São projetos que colocam a comunidade no papel de protagonistas, realçando os traços da identidade quilombola, fundada em relação harmoniosa com seus recursos naturais.

Para reafirmar a cultura quilombola, existe portanto um engajamento forte no turismo. Porém, trata-se de uma negação de um turismo no qual o quilombola é um serviçal em empreendimentos luxuosos, sem nada a ver com a realidade da população local. Assim, propõem o que passaram a denominar de turismo etno-ecológico, ou ainda turismo cultural de base comunitária. Pudemos presenciar a recepção desses turistas e obtivemos relatos detalhados desta atividade na comunidade. Em geral, são escolas ou grupos de visitantes que agendam com a comunidade uma estadia de um ou vários dias a fim de conhecer a cultura quilombola, acompanhando a confecção de uma peça de artesanato ou manifestações como o jongo¹⁶ e almoçando e/ou jantando no restaurante da associação.

A produção artesanal é confeccionada com taboa, matéria-prima encontrada em abundância no local. O artesanato é comercializado na comunidade, em loja criada pela Associação de

¹⁶ Manifestação cultural de origem africana, caracterizado por uma dança acompanhada de verso cantado por um responsável.

Moradores. Um percentual do que é vendido retorna à loja para custear suas despesas administrativas. De acordo com os entrevistados, a existência deste estabelecimento facilitou a comercialização do artesanato, que antes era vendido em Paraty.

O restaurante é uma iniciativa consolidada do projeto turístico da comunidade. Sua gestão é organizada em torno da recepção diária de turistas dispostos a mergulhar na vida comunitária local. Este mergulho é maior na medida em que haja a participação em todas as atividades propostas. Tal projeto partiu da Casa Civil do governo brasileiro, com participação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e Fundação Universidade de Brasília (FUBRA). O Campinho da Independência foi uma das dez comunidades tituladas beneficiadas com projetos pilotos em torno dos processos de reconhecimento das terras quilombolas. O desejo na associação de desenvolver a comunidade foi alicerçado com o investimento no turismo. Com efeito, a construção do restaurante tornou-se um meio frutífero para atrair turistas interessados por alimentos típicos produzidos no próprio território.

Os jovens integrantes da AMOCQ trabalham no restaurante em escalas, com 5 (cinco) funcionários na baixa temporada e 14 (quatorze) na alta, o que permite atender os turistas em qualquer dia ou época do ano. O restaurante abre diariamente, não sendo necessário reservar. Existem placas por toda a rodovia indicando sua localização, o que favorece uma grande afluência. Conta com um cardápio variado, com pratos bem elaborados daquilo que pode ser considerado a gastronomia do quilombo. O peixe à moda quilombola, muito demandado pelos visitantes, é um peixe grelhado servido com palmito pupunha cozido na manteiga. Outro prato é o camarão frito flambado, com folha de taioba, esta última é a *Xanthosoma sagittifolium* Schott, uma aráceas que possui características excepcionais para preparos culinários. Ela é rica em ferro (BIAZZI, 2004) e “fonte extraordinária de minerais, vitamina C e fibras dietéticas” (PINTO, 1998).

Buscando promover a valorização dos recursos naturais, a associação de moradores trouxe um projeto voltado a agroecologia, constituindo o foco do primeiro projeto PD/A existente na comunidade, associado à preservação e exploração sustentada do juçara. Assim, foi criado um viveiro de mudas com diversas espécies, distribuídas em algumas comunidades rurais de Paraty, para serem plantadas em agroflorestas. Este PD/A foi conduzido inicialmente pela organização da sociedade civil, o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO). Trata-se de uma organização que atua em pequenos projetos locais no estado do Rio de Janeiro, sob a forma de parcerias, com a intenção de envolver comunidades na agricultura orgânica e sustentável. Promove capacitação para geração de renda, educação ambiental e manejo autossustentado de recursos

naturais renováveis, com apoio à comercialização da produção agrícola familiar.

Este primeiro projeto PD/A permitiu portanto a criação de um viveiro de mudas, com muita produção de pupunha, dado que a ideia era diminuir a pressão sobre a palmeira juçara, como já mencionado. A pupunha leva menos tempo para desenvolver um palmito comercializável, além de produzir muitos rebrotes. Entre as espécies também plantadas no viveiro estavam frutíferas, madeira de lei, ervas e hortaliças. Em todo o caso, o foco era promover a agroecologia.

Já o segundo projeto PD/A foi voltado aos jovens na promoção da palmeira juçara, representando outra iniciativa por parte da associação de moradores buscando reafirmar sua cultura. Cabe ressaltar que estes projetos demonstrativos (PD/A) foram muito importantes para a região neste período, pois muitas comunidades foram beneficiadas. O Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA), uma entidade da sociedade civil, foi um parceiro decisivo no projeto.

Esta entidade tornou-se parceira por sua atuação em dois outros projetos PD/A, o primeiro deles intitulado “O uso sustentável da palmeira juçara como estratégia para conservação da Mata Atlântica”. A estruturação deste projeto esteve atrelada a instituições governamentais, não-governamentais e de pesquisa nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, com ações em rede, o que levou à criação da Rede Juçara (CORBELLINI, s/d). Esta rede busca reunir agricultores familiares, comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, gestores públicos, universidades e interessados em geral, para discutir os novos rumos para a Mata Atlântica (REJU, 2011). O outro projeto intitula-se “Educação agroflorestal para o manejo sustentável nas comunidades tradicionais da Mata Atlântica”, e sua finalidade é desenvolver a educação para o manejo dos recursos naturais, promovendo a conservação ambiental, a geração de renda e o fortalecimento das comunidades tradicionais que vivem no entorno e interior do Parque Estadual da Serra do Mar, o núcleo Picinguaba (REIS, s/d).



Figura 20 - Associação de Moradores do Quilombo do Campinho

Esta forte atuação do IPEMA no litoral de Ubatuba e litoral sul fluminense aliada ao interesse de dois agrônomos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela comunidade do Campinho da Independência permitiram a idealização de um projeto instituído pelos próprios integrantes da AMOQC. Estes profissionais realizaram trabalhos durante a graduação, fazendo com que as relações sociais se estreitassem nesse período. Isso trouxe muita confiança à comunidade, resultando em uma parceria na definição do segundo projeto PD/A “Protagonismo juvenil”, colocando a associação de moradores como proponente e um dos agrônomos como técnico contratado para executar o projeto. Com o viveiro e a consolidação do restaurante, nasceu o projeto com vistas ao protagonismo juvenil.

Este segundo projeto PD/A buscou estimular o protagonismo de jovens no processo de desenvolvimento de base sustentável e na promoção de intercâmbio cultural permanente entre 5 (cinco) comunidades quilombolas nos municípios de Paraty e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro e Ubatuba, em São Paulo. Nosso foco de coleta de dados restringiu-se ao Campinho da Independência, com relatos de uma entrevistada no quilombo da Fazenda. Para tanto, foram formadas equipes de cinco agentes locais por comunidade que passaram por um processo de capacitação continuada voltada ao resgate cultural, formação política, manejo florestal, manejo da Juçara, coleta de sementes florestais, viveirismo, agroecologia e artesanato.

A escolha pelo manejo da polpa de juçara ocorreu em função da existência do primeiro projeto PD/A, citado anteriormente, voltado à criação de um viveiro e implantação da agrofloresta.

A formação em sistemas agroflorestais permitiu que a comunidade desenvolvesse outro olhar sobre as práticas agrícolas, repercutindo em fim de queimadas e em plantios florestais. Desta

forma, muitas espécies foram plantadas, notadamente a juçara. Trata-se de palmeira ameaçada de extinção, devido ao corte ilegal do palmito que ela produz. O projeto assentava-se na ideia de conscientizar a comunidade sobre a extinção e necessidade de preservação da palmeira juçara com o manejo do seu fruto, de modo a tornar-se um meio de geração de renda, o que permitiria aos inúmeros palmiteiros clandestinos visualizar outra maneira de se trabalhar com esta espécie. O técnico do IPEMA, juntamente com os moradores, realizou trabalhos de campo para mostrar a alternativa. Este técnico conduziu o processo, desde o plantio até o beneficiamento do fruto da juçara, com a participação da comunidade.

4.2.1.1 OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O projeto PD/A contou com a participação da AMOQC desde o início, quando de sua elaboração e submissão ao MMA. Houve a criação de um grupo denominado “gestor do projeto” onde estiveram presentes as lideranças dos quilombos do Cambury, Bracuhy, Cabral, Fazenda e Campinho. Realizaram reuniões para discutir o que o projeto deveria conter. Nossos interlocutores realçam que foi um projeto escrito por eles, não se tratando de um projeto imposto, vindo de fora. Neste grupo gestor, estiveram presentes integrantes da ONG IPEMA, conforme mencionado, parceira das comunidades em diversas iniciativas. Tal como assinalado por Evelina Dagnino (2004), estas parcerias entre ONGs, Estado e comunidade são cada vez mais presentes na execução das políticas públicas.

A partir da articulação entre as comunidades quilombolas e instituições regionais engajadas na execução de projetos PD/A, notadamente IDACO em Paraty e IPEMA em Ubatuba, estabeleceu-se portanto este projeto visando sobretudo o aproveitamento do fruto da palmeira juçara, associado ao protagonismo juvenil. O que diferenciou este projeto dos anteriores foi seu enfoque na complementariedade e integração das ações regionais, visando reforçar e garantir sua continuidade no futuro e o fortalecimento das organizações quilombolas na região.

Este segundo projeto PD/A beneficiou, mais diretamente, (cinco) jovens de cada comunidade, selecionados em razão de sua atuação na associação e seu perfil articulador. O projeto previu a concessão de bolsas no valor de R\$120,00 para que esses jovens selecionados participassem das atividades. No decorrer da execução do projeto, houve desistências, com troca de bolsistas. Em boa medida, é possível interpretar a partir dos depoimentos obtidos que as razões desta descontinuidade se relaciona ao imediatismo do jovem. De fato, a necessidade de obtenção de renda levava os jovens a preferir trabalhos que remunerassem melhor. Assim, foi frequente o

abandono destes jovens.

Para atrair os jovens para participação no projeto, houve reunião para apresentação das atividades previstas e objetivos. Em seguida, os interessados foram convidados a se inscrever para a seleção. Entretanto, a grande maioria dos jovens não se interessou. Aqueles que se envolveram participaram em diferentes graus. Segundo dirigentes entrevistados, todos os jovens tiveram a oportunidade de participar em algum momento. Alguns participaram mais, outros menos.

Cabe aqui relembrar alguns princípios em torno do debate sobre a participação social. Nesta ótica, a participação deveria ser anterior à definição do projeto. Foi possível constatar que as pessoas envolvidas na definição do projeto representam um grupo restrito que são os dirigentes da Associação de Moradores. Estes últimos envolvem-se na luta pela continuidade das tradições culturais e pela permanência no meio onde os quilombolas vivem. Nesta linha, atuam fortemente em iniciativas que possibilitem o envolvimento de mais pessoas que habitam o local. No entanto, suas iniciativas estão longe de assegurar sucesso a uma maior participação. Deste modo, tomam, muitas vezes, decisões sobre projetos que não são aqueles os mais desejados pela comunidade.

A bolsa foi atribuída àqueles jovens que atuaram em todas as atividades. Apesar desta bolsa estar destinada àqueles cinco jovens selecionados, na prática, a remuneração ocorreu de forma diferenciada conforme sua participação em cada etapa das atividades em torno da preservação da juçara com a produção de sua polpa. Esta prática gerou alguns conflitos, pois havia aqueles que não trabalhavam em todas as atividades mas reclamavam a integralidade da bolsa. Essa forma de administrar a atribuição das bolsas causou problemas: houve momento em que a verba foi cortada, pois quando da prestação de contas, muitos recibos de pagamento não estavam assinados. Desta forma, a coordenação ministerial do projeto, preferiu interromper o repasse dos recursos.

De nosso ponto de vista, o jovem foi atraído para participar graças a esta oferta remuneradora. A desistência e desinteresse de muitos deles poderiam ser lidas por lentes da abordagem de Amartya Sen (2000), quando evoca a força do valor econômico para avaliar situações. Em um primeiro momento, o valor da bolsa pareceu atraente, mas todas as atividades comunitárias associadas atreladas a ela foram deixadas de lado em razão de outros empregos mais vantajosos de acordo com estes valores estritamente econômicos.

Porém, a questão da participação permite relativizar tais escolhas dos jovens. A definição do que seria o projeto pouco esteve em debate na comunidade, o que enfraquece um olhar sobre a importância de uma tal iniciativa. De acordo com entrevistados, existe de toda forma um percentual da comunidade que nunca se envolve.

Nesses relatos, três entrevistadas enfatizaram que muitos jovens nem sequer quiseram saber do que se tratava o projeto. Esta pouca participação dos jovens e a troca deles durante o período de execução do projeto mostram que o enfoque escolhido para o projeto não satisfaz aqueles que deveriam ser os principais beneficiados, levando-nos a considerar que a concepção do projeto não levou em conta o que poderia satisfazer os jovens dessa comunidade. Ademais, a rotatividade não permitiu que o jovem participasse de todas as atividades, não garantindo o aprendizado e o desenvolvimento de lideranças mais efetivo tão almejado pelos seus idealizadores. Amartya Sen (2001) acredita no desenvolvimento como liberdade, quando existe a possibilidade de “escolher o que fazer” no lugar de simplesmente “fazer”.

Os relatos fornecidos pelos nossos jovens entrevistados também mostram que o tipo de atividade pensado para os jovens, em especial a participação nas reuniões, desestimulou a formação de lideranças, fato este que pode ser entendido como desanimador para um jovem, que ainda não possui muitas obrigações. A própria condição de jovem, observada também em Mandira, com vontade de experimentar um pouco de tudo, já são fatos suficientes para entender as razões para não se engajar nessa luta.

A participação deve dar importância à prática nas decisões, conforme afirma Begossi (1999) sobre influenciar nos processos e nas decisões, o que pode permitir a continuidade ecológica e cultural das comunidades envolvidas, e conseqüentemente, possibilitar o desenvolvimento.

4.2.1.2 PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA

Nesta parte de nosso trabalho, o destaque de nossa análise recai sobre a produção de polpa de juçara, enquanto meio de geração de renda para a comunidade, o que é central neste segundo PD/A. Nossos entrevistados destacaram a estrutura que se criou em torno do manejo da palmeira Juçara, notadamente para a produção das mudas e processamento, tudo segundo normas rígidas da vigilância sanitária para o correto beneficiamento da polpa da juçara. As sementes para a produção das mudas também foram obtidas por meio do segundo projeto PD/A. Os participantes foram formados de um lado a cuidar da terra e adubá-la e de outro lado, produzir e plantar as mudas.

Foram disponibilizadas três estruturas que continham um freezer, uma despolpadeira e uma seladora. Além de Campinho, as comunidades que se beneficiaram desta estrutura foram: Bracuhy e Fazenda (para uso também de Cambury). O equipamento existente no Campinho encontra-se junto ao restaurante da comunidade. No quilombo da Fazenda, a implantação da estrutura não se completou. A cozinha conforme requisitos exigidos pela vigilância não pôde ser montada,

bloqueando o trabalho da comunidade. De acordo com uma entrevistada, era necessário azulejar as paredes e colocar uma mesa de mármore, o que não foi feito. De fato, em Campinho da Independência, tal módulo de processamento é totalmente azulejado. Ressalta-se que outra dificuldade, no quilombo da Fazenda, refere-se à instalação do viveiro em função de restrições ambientais, pois não havia área liberada para tal.

A formação dos implicados se referiu à coleta e ao deslocamento do fruto e de todas as etapas que antecedem o beneficiamento. Convém mencionar que antes da transformação em polpa, a obtenção do fruto da juçara exige a preparação e o plantio das mudas, os cuidados longos em torno do desenvolvimento da palmeira e, enfim, a coleta do fruto. A concepção do projeto PD/A II previu o envolvimento de jovens das comunidades nestas diferentes etapas de produção e processamento. Produzidas no próprio quilombo, as mudas de juçara e de outras espécies nativas também tinham objetivo de reflorestamento. Houve participação das crianças no plantio das mudas, o que repercutiu em outras ações, tal como a elaboração de versos de canções sobre o juçara para o "ponto"¹⁷ de jongo". Esta mescla de atividade produtiva e artística tem impactos no turismo e nas mostras culturais para os visitantes. Desta maneira, passaram a fazer parte da Rede Juçara, coordenada pelo IPEMA, mencionada no início deste capítulo, quando contextualizamos o surgimento do segundo projeto PD/A (pág.117).

A coleta do fruto (a safra ocorrendo entre março e final de maio) requer habilidade para subir nos troncos das árvores até o topo. Com um saco amarrado ao pé e uma faca, o coletor sobe na palmeira, corta e ensaca o cacho. No início da exploração, o cacho era jogado do alto. Porém o fruto oxida mais rápido com esta prática. Uma vez os frutos colhidos, é necessário separar os bem maduros dos verdes. Os verdes são destinados ao plantio e os demais são despulpados. O processo de despulpar consiste na higienização, ou seja, banho em cloro dos frutos maduros, que em seguida são lavados e colocados em água morna, que favorece o soltar da casca. Depois os frutos seguem para a despulpadeira e, finalmente, à seladora. O produto final é apresentado em pacotes de 500 gramas.

Todo esse processo é denominado beneficiamento e deve acontecer sem perda de tempo, pois a polpa oxida rapidamente. Neste processo, é exigido pela vigilância sanitária que os manipuladores do fruto utilizem roupas brancas, com luvas.

¹⁷ Verso cantado nas danças. O ponto de jongo criado com a juçara: Lá na mata da Jurema/Eu vi uma capivara/Ela tava bem comendo/A semente da Juçara/Perguntei pra capivara/Que semente é essa aí?/Ela então me respondeu/É o tal juçarái

Depois do beneficiamento, a pouca polpa obtida ao longo dos últimos anos era distribuída principalmente entre os jovens participantes e o restante era guardado para ser ofertado nas festas realizadas pelas comunidades. No quilombo do Campinho, uma parte era direcionada ao restaurante da associação. No entanto, é somente em importantes eventos que é possível adquirir a polpa, além do consumo como suco e nos pratos oferecidos. O pacote de 500g é vendido a 8 reais (dados do quilombo da Fazenda).

No quilombo da Fazenda, houve negociações para a entrega da polpa na alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste programa, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser utilizado para a compra de produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas. No entanto, existiam bloqueios em razão das exigências da administração municipal em particular referentes à ausência de cozinha em condições solicitadas pela vigilância sanitária. Nossos interlocutores desta comunidade manifestam decepção quanto à sua estrutura de beneficiamento, na medida em que devem utilizar a cozinha e rótulos de outras comunidades, implicando em mais despesas e esforços de processamento, que poderia ser melhorado se as estruturas fossem as mesmas em todos os quilombos. Uma entrevistada acredita que houve falta de interesse por parte dos gestores dos recursos do PD/A em finalizar a cozinha de sua comunidade. Em todo caso, esta comunidade não possui tal equipamento de processamento, enquanto as outras os dispõem. Como em Campinho, por exemplo, já dispunha de uma cozinha, os investimentos foram menores e, assim, não foi necessário construir uma estrutura somente para o manejo da juçara.

De toda maneira, todos os quilombos fizeram muita divulgação para tornar a polpa da juçara conhecida, levando às escolas, às comunidades indígenas. Em 2012, somente no Campinho, coletaram 400 quilos de juçara, o que consideram uma quantidade alta. Porém, em 2013, a safra foi ruim em toda a região, o que levou à decisão de não realizar a colheita, deixando os frutos para os pássaros. Os entrevistados informaram que na safra 2012 encheram o freezer com a colheita de poucas palmeiras. Todavia, em 2013, não houve a festa da juçara, evento que estaria em sua quinta edição em razão da diminuta frutificação.

A existência deste segundo PD/A nestas comunidades permite-nos refletir sobre a introdução de um processo de manejo com vistas à comercialização futura da polpa da palmeira juçara. Os relatos dos participantes em torno da produção de polpas mostram que tal atividade não gerou renda. Em parte, a explicação para esta situação se refere ao caráter introdutório da atividade. A partir da formação recebida e da experiência adquirida, as comunidades deverão aperfeiçoá-la no

longo prazo. Ademais, o objetivo central deste projeto não foi o de gerar renda, mas sim formar novas lideranças e tratar da questão ambiental com o manejo da juçara.

Por outro lado, se este é um objetivo para o futuro, será necessário trabalhar em conjunto com os agrônomos ou especialistas nos ciclos da palmeira juçara, pois a safra negativa do último ano nos leva a considerar que uma posição cautelosa seria conveniente. A aposta na geração de renda unicamente no manejo deste fruto é aparentemente muito arriscada.

Outro ponto bastante abordado pelos entrevistados diz respeito à logística do processo de colheita. Algumas palmeiras, localizam-se em regiões de difícil acesso, ocasionando em perda de frutos, pois a colheita era realizada, mas não havia transporte para levá-las ao local de beneficiamento. Quando conseguiam um carro, em geral do IPEMA, a iniciativa não era do projeto, sendo necessário pagar a pessoa e adequar-se ao seu horário disponível, dificultando a colheita. Entendem que tornaram-se muito dependentes de outros.

Esta situação ilustra mais uma vez a importância de se conceber um projeto desta natureza de maneira integrada, levando em conta todas as etapas de uma atividade tal como o processamento da polpa de juçara. O desânimo ou descrença em torno dos bloqueios relativos ao desenvolvimento destes projetos podem representar, como nas palavras de Amartya Sen (2000), uma via que não conduza ao desenvolvimento como liberdade.

4.2.1.3 DESENVOLVIMENTO E SAÚDE

Neste item, nosso olhar se dirige sobretudo as iniciativas de formação voltadas ao desenvolvimento, em sentido amplo, e saúde, particularmente graças à alimentação e a um ambiente saudável. De fato, o segundo projeto PD/A viabilizou oficinas de capacitação em diferentes frentes, a política, a ambiental e a social. Os jovens selecionados participaram dos cursos sobre formação política e resgate cultural, ministrados por um técnico contratado para executar diversas etapas do projeto. A formação política aconteceu com o envolvimento desses jovens em reuniões que ocorrem na associação, tais como as reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico da Bocaina, Rede Juçara, APA Cairuçu e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Os demais jovens da comunidade eram convidados ocasionalmente. A participação dos jovens selecionados em reuniões sobre diversos temas envolvendo os quilombos, tal como sobre as atividades turísticas, ao uso da terra, à educação e à cultura, foi concebida como central para a formação política.

Assim, a formação de lideranças aconteceu por meio do contato dos mais novos com os mais velhos, nos espaços de reuniões onde estiveram presentes os líderes de cada quilombo. O técnico do IPEMA foi a pessoa responsável por disseminar grande parte daquilo que a comunidade chamou de oficinas de capacitação. Este técnico é sempre citado e lembrado de forma positiva e respeitosa, pois a comunidade o percebe como pessoa que abraçou sua luta. A recomendação de Amartya Sen (2000) para o agir de forma sincera e clara parece explicar este forte laço que se criou entre a comunidade e tal técnico.

Um jovem entrevistado, protagonista no início do projeto, abandonou as atividades em torno da palmeira juçara pois obteve um emprego na construção civil, em termos de manutenção de estradas, e, em seguida, conseguiu outro trabalho em uma lanchonete em Paraty, passando bastante tempo de sua vida na cidade. Assim mesmo, este jovem trouxe relatos muito interessantes sobre a atuação dos demais no projeto. As reuniões da associação pressupunham a participação dos protagonistas deste projeto PD/A, o que os desmotivava em razão de permanecerem horas discutindo assuntos que não compreendiam muito bem. Desta forma, não se interessavam pelas reuniões e sentiam-se frustrados por não obterem resultados imediatos nessas discussões. No entanto, uma parte dos jovens participa destas reuniões na medida em que se familiarizaram com os assuntos em pauta graças a seus esforços e persistência. Como mencionado mais acima, uma preparação mais longa dos jovens, inclusive com sua participação na concepção do projeto, poderia ter contribuído com a ampliação deste último grupo.

De outro lado, ponto importante do projeto foi o caráter ambiental no aprendizado. Tratou-se de um conhecimento voltado a respeitar a palmeira juçara, ao mesmo tempo com informações sobre o seu manejo. Estes aspectos, nossos entrevistados enfatizaram consideravelmente. Desejam mostrar que a palmeira está em extinção, devido ao corte ilegal, por isso a ideia de se trabalhar com esta espécie, para que ela volte a fazer parte de seus quintais e conseqüentemente, de sua alimentação. A capacitação que tiveram sobre a palmeira juçara, tocou na história da comunidade, o que envolveu contar aos mais jovens que o palmito juçara representou o alimento, a “mistura” de seus avós e gerações anteriores. O projeto assim se desenvolveu numa perspectiva, apresentada por Amartya Sen (2000), de favorecer a manutenção do tecido cultural a partir de reinvenção de desejos da comunidade.

Desta forma, a referência ao peixe e à juçara como a “mistura” nas refeições dos mais velhos passa a ser orientadora das escolhas atuais. Efetivamente, um copo de suco de juçara apresenta o mesmo valor nutritivo de um copo de leite. A palmeira juçara tem portanto um grande valor simbólico, favorável a se tornar eixo do projeto de conscientização em favor da preservação, que

inclui inclusive a introdução da pupunha para a comercialização.

Com o projeto, as pessoas passaram a fazer a polpa da juçara por conta própria, e começaram a consumir e experimentar novos sabores, como engrossar a polpa com aipim, banana, um limão. Houve quem introduzisse a polpa em bolos e biscoitos.

Além deste respeito à palmeira juçara, o projeto buscou mudar a concepção da comunidade em relação à agricultura, ao introduzir os plantios agroflorestais. Esta técnica foi introduzida pelos técnicos do IPEMA, os quais enfrentaram, inicialmente, os olhos céticos da comunidade para este tipo de plantio. De todo modo, algumas famílias, com o aprendizado adquirido sobre os sistemas agroflorestais, passaram a fazer roças diversificadas para seu consumo. Porém, a existência do Parque Nacional da Serra da Bocaina os impede que áreas mais vastas sejam destinadas para o plantio.

Ainda sobre a formação em agrofloresta, os técnicos do projeto PD/A II levaram os jovens à mata, inicialmente para fazer os mutirões de limpeza para o reflorestamento da juçara. Esta iniciativa foi um dos meios para dialogar sobre o funcionamento de uma agrofloresta e a importância da roça para a vida econômica e social das pessoas. Esta atividade de repovoamento permitiu que constatassem como a regeneração da natureza poderia se converter em renda de modo perene.

Cabe lembrar, assim como presenciou-se na comunidade do Mandira, esta conscientização ambiental esteve restrita ao manejo da juçara e algumas outras espécies encontradas nos quintais, pois é comum encontrar lixo na comunidade por não se realizar seu descarte corretamente.

As zonas de reflorestamento e agrofloresta inspiraram membros dirigentes da associação de moradores a desenvolver serviços de turismo. A ideia consiste em ofertar ao turista um leque de atrações em torno inicialmente de uma alimentação agroecológica. Isso permitiu aos moradores voltarem a plantar, pois poderiam vender os produtos cultivados ao restaurante do quilombo. Esta iniciativa permitiu às pessoas da comunidade a revalorizar o ofício do agricultor, já que a roça, segundo uma entrevistada, é vista como uma atividade ultrapassada. Passaram a levar membros da comunidade, incluindo as crianças para participarem de atividades de roça, os mutirões, além de observar as espécies existentes e aprenderam a colher os frutos maduros.

Retoma-se nesta questão a análise de Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003) sobre a multifuncionalidade também observada em Mandira. Além do papel das famílias na educação, percebe-se a reprodução socioeconômica das famílias, com a comercialização dos produtos junto ao restaurante do quilombo; a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais ao retomar

a atividade agrícola; a manutenção do tecido social e cultural com a continuidade na família das atividades agrícolas ensinada pelos pais; e, finalmente, a preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais ao cultivarem seus alimentos sem o uso de agrotóxicos.

A comunidade olha de maneira muito positiva para este projeto com a juçara, pois foi a partir dele que começaram a notar o retorno de espécies como o tucano, com o replantio da palmeira. Atualmente existe um sistema agroflorestal no quilombo, mas o que predomina são famílias cujos quintais tem plantações de algumas espécies, vendidas no restaurante. A associação luta pela autossuficiência do restaurante ao obter produtos para sua culinária oriundos das próprias famílias moradoras do quilombo. De toda forma, grande parte dos pratos são compostos com frutos do mar, adquiridos em princípio junto a pescadores nas proximidades.

Todos essas iniciativas do primeiro e segundo projeto PD/A, desenvolvidas desde 2003, na visão dos entrevistados, repercutem aos poucos em torno dos quilombolas de Campinho da Independência. Entendem que se trata de um processo educativo, um processo de aprendizagem, começando a surtir efeito neste momento. Exemplificam estes efeitos com a colheita de produtos realizada pelos moradores em seus próprios quintais, levando-os para serem vendidos ao restaurante da associação. Ressaltam que este é um dos objetivos do projeto, a existência de agroflorestas que possam garantir a segurança alimentar das famílias, em seguida, as demandas do restaurante e dessa forma desejam que seus produtos sejam fornecidos pela própria comunidade, como o limão, a pupunha, ou em comunidades próximas, sobretudo para o pescado.

Neste período em que os dois PD/A vigoraram, dois jovens percebidos como futuras lideranças, ingressaram na universidade, o que foi visto de forma muito positiva pelos dirigentes da associação da comunidade. Neste mesmo período, uma das lideranças atuais elegeu-se secretário de cultura do município. Estes acontecimentos são notáveis visto à marginalização do negro no processo de modernização burguesa a que se refere Florestan Fernandes (1965) e mais tarde interpretada por Jessé Souza (2006) em termos de uma massificação da subcidadania no Brasil. Nesta segunda interpretação, os negros integram a sociedade competitiva em ponto de partida totalmente desfavorável: após a abolição da escravidão, os negros conheceram o abandono social.

É interessante observar em nossas entrevistas que uma de nossas interlocutoras refere-se ao desejo de educação diferenciada. Em seu entender, a educação deve-se voltar para o uso da terra, ao papel do agricultor. Assim, é, possível interpretar que existem membros desta comunidade que não esperam mais uma educação do tipo daquela lembrada por Jessé Souza (2006), voltada para a formação de um mulato talentoso que ascende e vai reproduzir o mesmo tipo de vida que a sociedade branca dominante busca.

Neste quadro, da mesma maneira que se observou em Mandira, são poucos os jovens que querem cursar o nível superior. De fato, mesmo um daqueles jovens mencionados anteriormente que ingressou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, abandonou seu curso no ano seguinte, pois havia muita dificuldade para se manter em outra localidade, com despesas de aluguel, alimentação e vestuário. Experiências como essa, desencorajam os jovens, que além de tudo, não conseguem prever se todo este sacrifício será compensado.

Dois entrevistados acreditam que o ingresso em instituições de ensino superior mais próximas pode ser uma solução, pois além das dificuldades financeiras, os jovens na comunidade são muito apegados às famílias, tornando-se difícil o seu distanciamento. De toda a maneira, acreditam que este processo de sair da comunidade e depois retornar, é o que gera o aprendizado nas pessoas.

O segundo projeto PD/A também buscava fortalecer o intercâmbio entre as comunidades. As iniciativas permitiram que todos os quilombos se aproximassem mais, além de poderem pensar conjuntamente sobre projetos e ações que são do interesse de todos. Existe um fórum das comunidades quilombolas, que se reúne com frequência para discutir os assuntos referentes às questões do movimento negro, tornando o conjunto do movimento de luta por direitos mais forte. Assim, é possível pensar que este movimento forte favorece oportunidades sociais, inclusive em termos de tomar parte das decisões comunitárias por um grupo maior de quilombolas, o que corresponde a um meio para se alcançar liberdade, tal como concebe Amartya Sen (2000).

4.2.1.4 CONFORTO E SEGURANÇA

Neste item destacaremos os aspectos relacionados ao desejo ou não dos jovens da comunidade permanecerem no quilombo e suas razões para tal decisão. O projeto PD/A permitiu que a autoestima da comunidade se elevasse, seus membros atuando como protagonistas. Até a titulação de suas terras, os quilombolas de Campinho eram vistos de forma marginal, não por acaso para quem leu Florestan Fernandes (1965) quando aborda o abandono que os negros sofreram no período pós-escravidão, explicando a significativa presença de seus descendentes nos estratos mais desfavorecidos da sociedade.

Uma de nossas interlocutoras aborda a questão do respeito e da dignidade, como essenciais

para a qualidade de vida. Esta pessoa viveu na capital, o Rio de Janeiro quando vivenciou situações de preconceito que em seu entender não compensam o aspecto financeiro. Este tipo de pensamento corresponde em boa medida à concepção de liberdade proposta por Amrtya Sen (2000), que privilegia outras dimensões para qualidade de vida muito além da obtenção de renda satisfatória.

As pessoas que participam ativamente da associação e de suas atividades querem continuar na comunidade. Com o projeto da juçara, criaram o Clube do juçarinha para as crianças, onde ensacavam as sementes e iam observar a roça que era feita pelos mais velhos. Incentivam a participação da criança sempre, pois acredita que os ensinamentos devem ser realizados desde cedo.

Alguns jovens entrevistados, acreditam que os jovens em geral, hoje, preferem ficar no quilombo. Houve um tempo em que preferiam sair, os próprios entrevistados já saíram, mas deparam-se com a dificuldade de obtenção de emprego em outros lugares. Ressaltam que as oportunidades para quem tem ensino médio completo apenas são restritas: podem trabalhar nos mercados ou supermercados, nos restaurantes ou na construção civil. Este relato enfatiza a importância de cursarem o nível superior para terem melhores oportunidades.

O trabalho na construção civil requer profissionais com experiência, que no entender desses jovens só conseguem se trabalharem desde cedo. Por outro lado, não sobra tempo para estudar, e aquele que estudou e deixou-se empregar após os estudos, encontra ocupação como subordinado daquele que sequer estudou. Nesta visão, entendem que o estudo não tem valor. Muitos jovens têm ocupações em Trindade, um vilarejo com grande afluxo turístico na praia, há uns 10 quilômetros do quilombo, atuando nos quiosques, restaurantes, e alguns na construção civil. A maior parte dos jovens entrevistados trabalham no restaurante da associação, e lamentam que não existam vagas para todos.

Segundo estes jovens, a intenção da Associação de Moradores é ter mais atividades na comunidade, para que os jovens possam deixar de depender dos trabalhos vistos como precários no entorno. Nesta perspectiva, a agrofloresta poderia representar uma atividade com potencial de gerar trabalho e, na temporada, o restaurante e as visitas turísticas são meios de engajar muitas pessoas em atividades na comunidade.

Embora exista todo o esforço por parte da associação em mostrar o potencial das atividades ligadas à terra, nossos entrevistados salientam a influência que o computador, a TV e a internet tem na vida dos jovens. Assim, muitos acreditam que o trabalho de roça “é atraso de vida”, preferindo pensar em se dirigir para os centros urbanos. Como sugere Marshall Sahlins (1990), trata-se de um efeito do contato da comunidade com os valores de uma sociedade dominante, industrial capitalista. Os jovens entrevistados mencionam que são sempre os mesmos que se engajam em atividades

ligadas à terra, apostando que daqui há alguns anos, não haverá mais gente na agricultura. Neste ponto, vale a pena pensar que, como mostram particularmente muitos estudos franceses, as novas possibilidades existem para o meio rural e para a agricultura, quais sejam: o engajamento de agricultores no turismo que estão abrindo suas residências para permitir às pessoas conhecerem seu modo de produção e de vida, muitos oferecendo passar um dia, outros pernoites com refeições da fazenda incluídas (com produtos cultivados nela própria), e ainda, outros convidando a participar da sua colheita, com eventos denominados “festa da colheita”; ou a existência de redes de comercialização de produtos oriundos da agricultura, tais como geleias, sucos e vinhos de forma a ampliar as opções existentes na agricultura, ou seja, a prática efetiva da multifuncionalidade¹⁸.

Em termos de educação, as políticas públicas deixam a desejar, não sendo um meio de fortalecer essas comunidades no estabelecimento de novos caminhos, em particular aqueles fundados em ativos específicos a serem explorados tal como concebido por Bernard Pecqueur (2005) para o desenvolvimento territorial.

Com o fim dos projetos PD/A na comunidade, tomam lugar ações fomentadas pela Petrobrás e pela Rede Juçara. Trata-se ainda de produção de polpa alimentar, apoiando as comunidades envolvidas a consolidarem sua cadeia produtiva, por meio da difusão do manejo sustentável da juçara para geração de renda, associada a atividades de recuperação da espécie e da Mata Atlântica. Ou seja, o PD/A deixou suas raízes, mesmo considerando uma série de dificuldades em torno de sua execução.

¹⁸ Vide anexo 5, Relatório BEPE.



Figura 21 - Plantio de muda de palmeira juçara



Figura 22 - Coleta do fruto de palmeira juçara



Figura 23 - Beneficiamento do fruto da juçara



Figura 24 - Despolpadeira do fruto da juçara



Figura 25 - Polpa da juçara

Fonte das fotos: AMOQC, 2012



Figura 26 - Artesanato da comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estruturar nosso trabalho, o que tínhamos em mente era estudar, a partir de casos concretos, experiências pertinentes capazes de oferecer elementos instigantes para refletir sobre outras formas de desenvolvimento que não estivessem estritamente fundadas no crescimento econômico. Nesta linha de raciocínio, nossa hipótese inicial admitia que o reconhecimento das especificidades territoriais, considerando atividades que levem em conta a conservação da natureza, favorece o desenvolvimento como liberdade. Um desenvolvimento desta natureza está pautado na ideia de expansão das liberdades que todo ser humano deveria buscar para desenvolver capacidades que lhes serão necessárias para escolher a vida que deseja viver.

Chegamos a essa ideia de expansão das liberdades a partir da insuficiência dos modelos tradicionais de desenvolvimento focados na noção de progresso. Esse tipo de enfoque só pode ser pensado para poucas sociedades, pois existe a limitação de nosso planeta em termos de recursos materiais e energéticos. Estes últimos, caso consumidos por todas as sociedades do planeta tal como ocorre nos países e nos grupos humanos mais ricos, esgotar-se-iam em curtíssimo prazo.

Este ideário de progresso repercute nas comunidades estudadas: em Mandira, são reveladores os relatos segundo os quais os interesses econômicos trouxeram a desunião das famílias e, no Campinho da Independência, poucas famílias se interessam pelas ações da Associação de Moradores, cujos projetos visam em grande medida um desenvolvimento pautado na conciliação entre conservação ambiental, dinamização da cultura local e melhoria da qualidade de vida.

Efetivamente, nos casos estudados, observa-se as marcas do regime de trabalho escravo que existiu no Brasil. Estas marcas reforçam ainda nos dias de hoje uma ideia de progresso associada ao benefício de uma camada restrita da sociedade, uma elite que deseja viver o estilo de vida dos países do norte, com muito pouco olhar para a população marginalizada, especialmente os descendentes de negros libertos.

Portanto, o progresso brasileiro ocorre com a população negra deixada à margem. O mais óbvio elemento deste abandono social foi a introdução de imigrantes de diversas partes do mundo, em especial da Europa, para contribuir com o desenvolvimento do país. Eles ocuparam os postos de trabalho livre da sociedade competitiva, trabalho que antes era forçado na sociedade escravocrata.

Nesta linha de reflexão, convém mencionar que Celso Furtado (1974) defende a tese de que o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é um mito. Ademais, as ideias de Cornelius Castoriadis (1987) reforçam esta tese ao se referir ao desenvolvimento como uma ideia profundamente impregnada no imaginário social: as pessoas acreditam que ter mais significa viver

melhor. Para mudar esta concepção, seria preciso uma transformação considerável dos condicionamentos psíquicos das pessoas.

Nossos estudos permitem discutir a influência que o meio urbano exerce no meio rural enquanto forma de disseminação de ideais de progresso. De maneira geral, a socialização dos indivíduos leva profundamente a pensar que o urbano deva prevalecer em relação ao rural. Os estudos sobre moda de Lars Svendsen (2010) colaboram a pensar na criação de identidades como aquelas da comunidade do Mandira: o trabalho artesanal com tecidos na comunidade é penetrado pelos valores urbanos. Fenômenos desta natureza se propagam de fato em diferentes quadros do cotidiano, com a força de símbolos da sociedade urbano-industrial, tais como o carro, computador e aparelho celular.

Cornelius Castoriadis (1987) considera que as economias centrais do capitalismo procurarão sempre crescer, mesmo que, como sugerem Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009), o sistema capitalista deva se reinventar a todo momento para obter sua legitimidade. Evidentemente, o capitalismo não deixará de existir de um momento para o outro. Em todo caso, seus críticos representam movimentos de resistência na busca por formas alternativas de produzir e reproduzir.

Em nosso estágio doutoral na França, pudemos discutir experiências nas quais o desenvolvimento de comunidades tradicionais ocorre nas brechas do capitalismo para o social. Em particular, as ideias de um novo rural que privilegie a manutenção das paisagens e uma alimentação mais saudável favorece em alguma medida uma reinvenção do desenvolvimento a partir de valores tradicionais. Na França, a implantação de projetos em torno de “Pays” (PECQUEUR, 2005), o Programa LEADER (RAYSSAC, 2007) e a noção de *terroir* (CONSALES e MOUSTIER, 2007) são instigantes para considerar estas possibilidades.

O questionamento do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico repercute em novos índices criados, notadamente para contemplar critérios ligados à educação na avaliação do desenvolvimento. Efetivamente, observamos em nossos estudos de caso, problemas importantes para o jovem se formar ou permanecer mais tempo na escola, seja pela dificuldade encontrada em se deslocar aos locais onde existam as faculdades, seja pela própria concepção de educação disseminada na sociedade e incorporada pelos jovens. Trata-se de uma educação com objetivos extremamente pragmáticos, o que pode desencorajar os estudos. Seja como for, no desenvolvimento como liberdade, a capacidade de pensar em outros mundos depende de um papel central da educação.

Sem uma educação voltada ao desenvolvimento como liberdade, os jovens de comunidades tradicionais continuarão à margem da sociedade. Esta população está à margem pois não incorporou

os gostos ou hábitos considerados adequados ao empreendedorismo e ao progresso, representado por um estilo de vida europeu. A crítica ao desenvolvimento de Amartya Sen (2000) permite pensar que as formas próprias comunitárias de se organizar e se reproduzir podem oferecer reconhecimento. Um modelo emergente não passa por uma adaptação das pessoas aos padrões das elites econômicas ocidentais.

Em todo caso, na passagem do Brasil escravocrata ao moderno, aqueles que não se adaptaram, sobreviveram como puderam, organizando-se e reproduzindo-se de acordo com as condições que tinham em mãos. Aqueles que estiveram longe dos centros urbanos, em regiões rurais, puderam sobreviver extraindo os recursos naturais do entorno. Atualmente, essas comunidades estão influenciadas pelos valores da sociedade que lhes deixou à margem. Mas ao mesmo tempo, como em movimento de resistência, muitas pessoas desejam construir algo diferente, que leve em conta suas origens e sua história, com iniciativas fundadas no cooperativismo e na agroecologia, contra os modelos hegemônicos. A propósito, a agroecologia é entendida por Marc Dufumier (2010) como eixo promotor de um desenvolvimento sustentável.

Com efeito, os estudiosos do desenvolvimento concebem que esses movimentos de resistência podem se reforçar a partir das políticas públicas (SEN, 2000; PECQUEUR, 2005, PAOLIELLI, 2007). Os modelos de gestão de políticas públicas, que vigoram no país até a década de 90, mostram-se insuficientes ou inadequados para atender as demandas do conjunto da sociedade. O fim do “milagre econômico” tornou ainda mais flagrante as mazelas que criou com o então almejado progresso econômico. É quando eclodem os movimentos sociais, com seus discursos sobre democratização da sociedade, que inicia-se processos de reforma do Estado. Esta aqui ocorre em meio a concorrências de projetos políticos (DAGNINO, 2004) mas leva à descentralização da gestão das políticas, atrelada a uma participação social, favorecendo em alguma medida as reivindicações de grupos desfavorecidos. É assim com a transição democrática que emergem também as discussões sobre o meio-ambiente, passando a integrar políticas que considerem a sustentabilidade do país.

Os subprogramas projetos demonstrativos do Ministério do Meio-ambiente inserem-se neste novo modelo de gestão de políticas públicas. Suas premissas consideram o compromisso dos países mais ricos em oferecer suporte à correção dos danos ambientais que já causaram no mundo, de forma a proteger as florestas que ainda restam. Sua grande bandeira está na participação das populações locais, o que reforça aquele novo papel do Estado, mais democrático e permeável a relações com a sociedade civil, conforme descreveu Boaventura Souza Santos (2002).

Em nosso caso, o papel do Estado se associou à gestão de recursos destinados às associações de moradores, dos quilombos do Mandira e Campinho da Independência. Mas estas últimas tinham em princípio o protagonismo de definir e conduzir os projetos de desenvolvimento local. Conforme Evelina Dagnino (2004) destacou, é um grupo internacional, o G-7 (grupo dos países mais ricos) que financiou os recursos geridos pelo MMA nos casos estudados, contando com a participação das comunidades para conduzir seus projetos.

Considerando este novo papel do Estado, em boa medida salientado na Constituição de 1988, a análise do fomento de políticas públicas que envolvam a participação dos atores locais torna-se muito relevante. É assim que escolhemos a análise do projeto PD/A-MMA. Trata-se de iniciativa que busca a participação dos atores locais nas escolhas do projeto, o que permite igualmente lembrar das abordagens de desenvolvimento territorial de Pecqueur (2005) e de participação de Paoliello (2007).

O projeto PD/A-MMA permitiu com efeito a mobilização da comunidade em torno de objetivos comuns, com um processo embrionário de participação social. De fato, suas ações buscaram a participação de todos, mas o resultado alcançou sucesso limitado, visto as manifestações de descontentamento de nossos interlocutores. De fato, parte dos moradores transmitem satisfação, alguns com mais veemência, enquanto outros mostram-se mais decepcionados. De todo modo, é interessante ainda destacar a própria concepção do PD/A em favor da participação. A efetivação desta última é, com efeito, muito complexa. Nos dias de hoje e cada vez mais, essa participação está relacionada a uma discussão sobre sustentabilidade. Ou seja, é este tema que parece oferecer novos meios de luta por melhores condições de vida nessas comunidades.

Por outro lado, um indicador de aceitação de concepções alternativas de desenvolvimento pode ser a escolha de um dos membros da comunidade Campinho da Independência para secretário de cultura do município. Trata-se agora de se interrogar até que ponto esta secretaria representará um foco de disseminação de outros princípios para o desenvolvimento.

Seja como for, cabe aqui ainda insistir sobre a importância que a educação tem em todo esse processo participativo: “como a participação requer conhecimentos e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa” (SEN, 2000). Tratando-se portanto de ponto crítico deste projeto, o PD/A investiu no desenvolvimento educacional dos beneficiários. Porém, observa-se que suas ações são antes voltadas para o curto prazo, o que não invalida sua importância, mas revela insuficiências. Idealmente, a educação deve ser sustentada por políticas que levem as pessoas a se desenvolver no longo prazo, com um projeto de vida que fomente o aprendizado de fato, de modo

que as pessoas se apropriem desses conhecimentos e estabeleçam seus próprios discursos a partir de uma capacidade cognitiva ampliada.

A propósito de tais insuficiências, observamos que os discursos sobre preservação ambiental ou a manutenção das tradições culturais se desconectam de práticas básicas de sustentabilidade ambiental, como a separação do lixo, que não é realizada nas comunidades. Em Mandira, por exemplo, muitas das escolhas das pessoas estão relacionadas ao que assistem na televisão, não permitindo que realizem escolhas por desejos construídos a partir de diálogos profundos entre os membros da comunidade. Estão seduzidas por estilos de vida de outras realidades. A substituição do artesanato com recurso da mata por aquele confeccionado com outros tecidos revela a ponta de um iceberg representando as mudanças locais.

De todo modo, a sinergia criada pelos projetos em questão é um ponto a salientar. Diversas outras iniciativas se desenvolveram com vistas a alimentar ações iniciadas com os PD/As em Mandira e no Campinho da Independência. Mesmo com seus limites, o PD/A renova os papéis atribuídos aos agricultores quilombolas, pois os pressupostos do projeto fundamentam-se em novas práticas: na comunidade Mandira, existe um plano de manejo que determina regras para extração da ostra, baseados em estudos sobre sustentabilidade (Instituto de Pesca, ICMBio) com a comercialização por meio de uma cooperativa e, no Campinho da Independência, com a coleta da juçara, incentiva-se a incorporação dos princípios da agroecologia. Portanto, o papel ambiental dos membros destas comunidades concebido em torno do PD/A é notório.

Efetivamente, os quilombolas foram levados a pensar em projetos de desenvolvimento local, que levassem em conta seu papel na conservação da natureza. Tratou-se de exigência para que obtivessem os recursos para o projeto, ou seja, o uso sustentado de recursos naturais da região. Tais projetos de desenvolvimento elaborados em torno de remanescentes de quilombo oferecem elementos nítidos para a reflexão sobre uma ressignificação dos papéis atribuídos às comunidades quilombolas. Esses elementos estão presentes, no caso da comunidade Mandira, em diversas atividades que estão associadas a cultura da ostra, e notadamente o turismo, atividades que foram incorporadas recentemente, graças a esta ressignificação, apoiadas pelo projeto PD/A. No caso da comunidade do Campinho da Independência, o manejo do fruto da palmeira juçara também corresponde a esta ressignificação de papéis quilombolas. A comunidade investe na preservação de determinadas espécies, particularmente a palmeira ameaçada, simultaneamente disseminando conhecimentos sobre sua história. É possível interpretar que o conhecimento adquirido nestas relações de empoderamento é favorável ao desenvolvimento como liberdade, como proposto por

Amartya Sen (2000).

O PD/A visa uma busca pelo desenvolvimento sustentável. Conforme Bernard Roux e Jean Pierre Boinon (2010), o papel das políticas públicas para o meio rural sustentável deve considerar as formas de produção e consumo que estejam em sintonia com a preservação ambiental. Por outro lado, tais políticas devem ser suficientemente abrangentes para permitir que as pessoas assimilem a ideia de desenvolvimento sustentável.

Nos projetos analisados, as comunidades se dispuseram a cultivar ostra segundo os princípios definidos pelo plano de manejo e a manejar a palmeira juçara com princípios preservacionistas. Porém, os resultados mostraram que as comunidades carecem de maiores estudos técnicos para melhor uso dos recursos em questão. As manifestações de nossos interlocutores realçaram em muitas ocasiões a queda nos estoques de ostra e uma pobre frutificação de juçara. Tais problemas merecem estudos mais aprofundados sobre as características e a exploração destes recursos naturais.

As oportunidades sociais, tal como definidas por Amartya Sen (2000), fundam-se em questões de educação e saúde. O projeto PD/A-MMA permitiu levantar questões até então não percebidas, inclusive nestes âmbitos de educação e saúde.

As reflexões empreendidas por Evelina Dagnino (2004) permitem pensar no mito da necessidade de uma “verdadeira política pública” aquela que possa ter um sentido completamente universalizante e atender a todas as aspirações da população. De fato, as políticas tem seu caráter local, fragmentado, pontual, provisório, limitado. Desta perspectiva, o PD/A deve ser analisado como um meio parcial para o alcance de desejos e para o aumento das capacidades dos beneficiários.

Então, nossa interpretação leva a considerar as definições de Renato Maluf (2000) e David Korten (citado em Pieterse, 1998) para pensar sobretudo em papéis incitadores do PD/A para o desenvolvimento, enquanto processo de melhoria da qualidade de vida, aumentando as capacidades pessoais de mobilizar e gerenciar recursos para produzir melhorias sustentáveis de acordo com suas aspirações.

Os projetos analisados permitem que as pessoas envolvidas desenvolvam em certa medida sua criatividade, por meio sobretudo de sua participação. Foi se o tempo no qual predominava discriminação e formas servis de trabalho, quando os quilombolas eram impedidos de exercer a criatividade.

Como mencionado, nossa hipótese é que a escolha por permanecer na comunidade, está relacionada cada vez mais a um reconhecimento de novos papéis socioambientais dos quilombolas.

A conciliação entre produção e preservação alcançada pelas duas comunidades contribui com um olhar favorável para as práticas quilombolas, na medida em que corresponde a um nova concepção de desenvolvimento, que poderia ser definida como aquela fundada na "expansão das liberdades humanas" (SEN, 2000). Nas comunidades pesquisadas, é muito evidente aquilo que Amartya Sen (2000) considera sobre a riqueza, ou seja, não existe uma relação diretamente proporcional entre renda e realizações, entre riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. Antes, é preciso considerar idade, sexo, local de moradia, acesso a serviços de saúde, educação, padrões de comportamento e distribuição nas rendas das famílias para entender se existe privação ou não.

Nota-se, em nossas observações e entrevistas, que a forma de viver e encarar a vida de nossos interlocutores independe da riqueza material. A noção de boa vida não é seguramente uma vida de miséria, mas nem tampouco outra de ostentação. Revelador a este propósito é que, quanto à lembrança do que na comunidade do Mandira falta, doze entrevistados consideraram um orelhão, um posto de saúde e mais transporte público.

Em suma, nosso estudo foi estruturado a partir da perspectiva da teoria das capacidades proposta pelo indiano Amartya Sen (2000), considerando as populações quilombolas de duas comunidades localizadas no sudeste do Brasil. Assim, nossa contribuição se refere ao estabelecimento de um modelo de análise para estudos de caso de comunidades tradicionais a partir das dimensões sugeridas por Amartya Sem (2000) em torno de um desenvolvimento como liberdade. A concepção deste modelo tomou em conta a noção de multifuncionalidade da agricultura a fim de complementar ou aprofundar as dimensões consideradas. Tal noção favorece outro olhar sobre os problemas rurais, fornecendo então novas categorias de análise. Essas categorias são igualmente importantes para se pensar em políticas públicas que permitam o desenvolvimento das capacidades das pessoas, que por sua vez, vão lhes permitir realizar suas escolhas.

A interdisciplinaridade é central em nosso estudo: são autores da sociologia, economia e antropologia que mobilizamos para cruzar ideias sobre o desenvolvimento local. Consideramos muito pertinente a integração dessas diversas áreas. O estudo permitiu portanto avançar em discussões em torno da análise sobre outras formas de desenvolvimento. A co-existência destas formas juntamente com as estruturas da sociedade industrial representam desafios muito importantes para a análise.

Igualmente importante foi o avanço na temática da avaliação de políticas públicas, neste

caso, as ações públicas desenvolvidas graças aos Projetos Demonstrativos. Este trabalho aspira poder auxiliar os gestores de políticas a pensarem em diferentes dimensões para a concepção, execução, monitoramento e avaliação dos projetos de desenvolvimento.

A limitação do tempo exigiu uma coleta de dados que poderia ter sido mais demorada. Sobretudo, para aquela comunidade na qual os moradores são muito numerosos. Com mais tempo, poderíamos nos deter nos detalhes, conversar mais longamente com mais pessoas ou conhecer a vida em comunidade mais intensamente. Conciliar as agendas da comunidade e aquela nossa constitui igualmente uma tarefa pouco evidente, o que pode ser considerado como uma grande dificuldade que tivemos ao longo do trabalho.

Ademais, a sistematização dos dados existentes, tanto primários quando secundários (muitas pesquisas e levantamentos já foram realizados nestas comunidades mas não estão facilmente disponíveis) exigiria também mais tempo, inclusive para as análises. Os últimos meses foram de intenso trabalho de seleção e interpretação de dados, que poderia representar um resultado ainda melhor caso o tempo tivesse sido mais amplo.

Seja como for, este trabalho de análise do desenvolvimento de comunidades tradicionais não se esgota com esta tese. Foi criada uma base importante para estudos futuros, os quais poderiam se dirigir sobretudo a:

1. a interpretação mais fina da posição dos dirigentes do Ministério do Meio-Ambiente quanto à formulação dos projetos de desenvolvimento comunitário;
2. o aprimoramento do modelo das capacidades pertinentes para as realizações individuais dos membros das comunidades tradicionais.



Mulatas , s.d., nanquim e pastel s/ papel, 46,5 x 34,2 cm, Coleção Mario de Andrade (BATISTA E LIMA, 1998)

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. (2009). “**O perigo da história única**” - Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: 17 jul. 2011.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 224p.
- AGUIAR, N. “Observação Participante e "Survey": Uma Experiência de Conjugação”. In: NUNES, E.O. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 125-151.
- ALCAIX, S. La perception et le rôle des agriculteurs sur le paysage dans l’agglomération franco-valdogenevoise. 2012. 207p. **Doctorat**(Géographie Aménagement) - Université Lumière Lyon 2, Laboratoire d’Etudes Rurales (LER)2012.
- AMANTINO, M. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007.
- ANDRADE, A. M.; TATTO, N. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. Disponível em: http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/pdf-publicacao-final_inventario.pdf. Acesso em: 14 dez 2013.
- ANDRADE, A.M.; TATTO, N. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA) e Fusca Filmes, 2013. Vídeo de 120 min, em 2 partes. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dS7kSj3Vzhl e http://www.youtube.com/watch?v=qGgkzwYG4aA&feature=player_embedded. Acesso em: 14 dez 2013.
- ARAÚJO, A.M.C. Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 52, p. 5-44, 2001.
- ARRUTI, J.M. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. 370p.
- BATISTA, M.R.; LIMA, Y.S. **Coleção Mário de Andrade**: Artes Plásticas. São Paulo: Editora 34, 1998. 322p.
- BECKER, G.S. "A Theory of the Allocation of Time". **The Economic Journal**, London, Sept., v.75,n299, p.493-517, 1965.
- BEGOSSI, A. “Cultural and Ecological Resilience among Caicaras of the Atlantic Forest Coast and Caboclos of the Amazon”. In: **Workshop in political theory and policy analysis**. Indiana University, 1995. Disponível em: http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/00004973/01/Cultural_and_Ecological_Resilience_among_Caicaras_of_the_Atlantic_Forest_Coast_and_Caboclos_of_the_Amazon.pdf. Acesso em: 05 jun. 2009.

BEGOSSI, A. "Caiçaras, caboclos and natural resources: rules and Scale Patterns". **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.2, n.5, p.55-67, 1999.

BEITZ, C.R. "Amartya Sen's Resources, Values and Development". **Economics and Philosophy**, London, v.2, n.2, p.282-291, 1986.

BÉNICOURT, E. Amartya Sen: un bilan critique. **Cahiers d'economie Politique/Papers in Political Economy**, Paris, v.1, n. 52, p. 57-81, 2007.

BERKES, F. "Context of traditional ecological knowledge". In: _____ **Sacred ecology**. Philadelphia: Taylor and Francis, 1999. 232p.

BERNARD, H.R. **Research Methods in Anthropology**: qualitative and quantitative approaches. Oxford: Altamira Press, 2006. 803p.

BERREMAN, G. "Por detrás de muitas máscaras". In: GUIMARAES, A.Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. 263p.

BIAZZI, E. **O maravilhoso poder das plantas**. 18.ed. ampliada e atualizada. Tatuí/SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004. 126p.

BOCAYUVA, P.C.; SILVEIRA, C.M.; ZAPATA, T. "Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos". In: SPINK, P.; BAVA, S.C.; PAULICS, V. **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001, p. 241-266. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_152.pdf. Acesso em: 12 set.2013.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 701p.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: Crítica social ao julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008. 556p.

BRASIL. **Ministério do Meio-ambiente**. Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Mandira. Cananéia/ São Paulo: ICMBio, 2010. p.192.

BRASIL. **Ministério do Meio-ambiente**. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Brasília: ICMBio, 2002. 5209p.

BRASIL. **Ministério do Meio-ambiente**. Portaria no. 52. Brasília, Ministério do Meio-ambiente, 2003. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 25 dez. 2013. 4p.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria Executiva. Programa alimentação saudável: bolsa-alimentação / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf. Acesso em: 27 dez 2013. 72p.

BRASIL. Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1.972. Disponível em: www.icmbio.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2014. 2p.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998. 365p.

CALDAS, E; MARTINS, R. Visões do Desenvolvimento Local: Uma Análise Comparada de Experiências Brasileiras. **Interações**, Campo Grande, v.10, nº2, p.207-218, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a08.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2009.

CARDOSO, T. A. **Ficha do Projeto**. Brasília: Ministério do Meio-ambiente, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/prj_cs_035_fch.pdf. Acesso em: 29 out 2011.

- CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. “Introdução”. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.
- CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 11, p. 53-75, Out. 1998.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. “Populações tradicionais e conservação. In: Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira”. Programa Nacional da Diversidade Biológica. SEMINÁRIO DE CONSULTA, 1999. Macapá. **Anais... Macapá** 21 a 25 set. 1999. 9p.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: **Revista USP**, São Paulo, v. 75, p. 76-84, 2007.
- CARRIL, L. de F.B. “Quilombo, Território e Geografia”. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 156-171, 2006.
- CARVALHO, J.J. “A prática da extensão como resistência ao eurocentrismo, ao racismo e a mercantilização da universidade”. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie363empdf.pdf>. Acesso em: 17 out. 2008. 23p. (Série Antropologia, 363).
- CASTORIADIS, C. “Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade”. In: CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do labirinto – Os domínios dos homens**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 466p.
- CASTRO, J.A. de; MODESTO, L. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010. 2 v. 366p.
- CASTRO, J. **A geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001. 318p.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996. 335p.
- COELHO, F.D. **Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: As Experiências Recentes num Contexto de Descentralização**. Santiago: CEPAL, 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/2/LCR1972/lcr1972e.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2009. 54p.
- CONSALES, J.; MOUSTIER, P. Terroirs: caracterisation, developpement territorial et gouvernance. In: **Mediterranee** [En ligne], 109 | 2007, mis em ligne le 01 juillet 2007. Acesso em: 3 fev. 2013. Disponível em: <http://mediterranee.revues.org/101>.
- CORBELLINI, L. M. (s/d). **Ficha do Projeto** – no. 437-MA. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 29 dez 2013.
- BOCAYUVA, P.C.; SILVEIRA, C.M. “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - enfoque estratégico e construção de indicadores”. In: _____ **Interface Políticas Sociais & Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, 1999. p. 57-63.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.3 n. 5, p139-164, out 2004.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.
- DA MATTA, R. **Relativizando**. Uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro, 2010. 288p.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 352p.

DIAS, M.O. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.278, p.105-170 jan. – mar., 1968.

DIEGUES, A.C. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população**. São Paulo: NUPAUB, 2007. Disponível em: < www.usp.br/nupaub/cenpec.pdf >. Acesso em: 03 ago. 2009.

DIEGUES, A.C. (Org). **Enciclopédia Caiçara**. v.4: História e Memória Caiçara. São Paulo: Editora Hucitec/NUPAUB/CEC, 2005. 465p.

—————;ARRUDA, R. S.V. (Org.) **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. São Paulo/Brasília: Nupaub/MMA, 2002. 176p.

DIEGUES, A.C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983. 287p.

DUFUMIER, M. "Agricultura e desenvolvimento sustentável". In: MORUZZI MARQUES, P.E. **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: dialogo franco-brasileiro no ambito da cooperacao em ciencias agrarias e florestais**. Piracicaba: ESALQ, 2010. p.21-38.

ESCOBAR, A. "El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social". In: DANIEL MATO (Ed.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ática, 1965. v.1. 1062p.

FERREIRA, A.D.D. "Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras." **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, p.28-46, 2002.

FLEXOR, G.; GAVIRIA, M. "A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty." In: CARNEIRO, M. J. MALUF, R.(Ed.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974. 89p.

GARCIA, T.R. **Impactos da implantação de uma cooperativa de produção de ostras junto a comunidades extrativistas caiçaras do Litoral Sul/SP: um estudo de caso**.2005.103p. Dissertação (Mestrado da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos) - Universidade de São Paulo, Pirassununga. 2005.

GRAZIANO da SILVA, J.; GROSSI, M.del; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no novo rural brasileiro? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p. 37-67, jan/abr.2002.

GUIMARAES, A.Z. (1980). **Desvendando mascaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. 263p.

GUSMAO, N.M. **Terra de pretos, terra de mulheres**. Brasília: Fundação Palmares, 1996. 260p.

HAGEMANN, H. **Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras** – Rio de Janeiro: FASE, IBASE e ISA, 1996. 304p.

HIRST, P. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petropolis: Vozes, 1998. 364p.

- HOLANDA, S.B. **Raizes do Brasil**. Sao Paulo: Cia das Letras,1995. 220p.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003. 291p.
- IPEA. **Atlas da Exclusao Social**. In: Instituto de Pesquisa Economica e Aplicada, São Paulo, 2005. Disponível em :<www.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 mai.2011.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Turismo de base comunitária**: Circuito quilombola, Vale do Ribeira, SP, 2013. Disponível em : <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/livreto.pdf>>. Acesso em: 14 dez 2013. 39p.
- JACOBS, J. **A Natureza das Economias**. São Paulo: Beco, 2001.190p.
- KVALE, S. **Interviews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing**. Sage Publications, Thousand Oaks California, 1996. 326p.
- LEITE, I.B. **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 438p.
- LEITE, S. "Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais." **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p.118-151, 2003.
- LIMA, L.R. **Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência**. 2009. 173p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2009.
- LOURENÇO, F. **Agricultura Ilustrada**: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Unicamp, 2001. 223p.
- MALINOWSKI, B. "Objeto, metodo e alcance desta pesquisa". In: GUIMARAES, A.Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. 283p.
- MALUF, R. "A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira". In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.
- MALUF, R.S. "Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico." **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 53-86, out, 2000.
- MANCIN, R.C. "**Estado e Sociedade na Busca do Desenvolvimento Sustentável em Projetos Demonstrativos**". 135p. Dissertação (Mestrado na área de Gestão e Política Ambiental) - Universidade de Brasília, 2001.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003. 311p.
- MARTINS, P.; PIMENTEL, A.; CORRÊA, J. (Coord). **Fandango Caiçara**: expressões de um sistema cultural. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 27 dez 2013.
- MEDEIROS, M. **Questionários**: recomendações para formatação. São Paulo: IPEA, 2005. 45p.(IPEA: texto para discussão, 1063).

MOREIRA, R.J. “Críticas ambientalistas à Revolução verde”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p.39-52, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 128p.

MORUZZI MARQUES, P.E. O reconhecimento social quilombola em questão: estudo de casos no Vale do Ribeira. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Ipojuca/PE. **Anales...** América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa. Recife/PE: ALASRU, 2010. 13p.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LACERDA, T.F.N.de. “Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local”. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004. Indaiatuba. **Anais...**Indaiatuba, 2004. 17p.

MORUZZI MARQUES, P.E; NAREZI, G.; HADDAD, C.; CHAHIN, C.B. “Communautés quilombolas et agriculture de subsistance: dialogue avec l’oeuvre de Josué de Castro”. In: COLLOQUE JOSUE DE CASTRO DANS LE XXI SIECLE. Paris: **Alimentation, environnement et santé**: l’actualité de l’oeuvre et de la pensée de Josué de Castro (1908-1973), 2009. 13p.

MORUZZI MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. (2007). "Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura." **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v. 7, p.45-66, 2007.

MOTOYAMA, S. **Sob o Signo do Sol Levante** – Uma História da Imigração Japonesa no Brasil – v. 1: (1908-1941)”, Coedição do Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social, da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Paulo’s Comunicação e Artes Gráficas, 2012. 390p.

MULLER, P. **Las politicas publicas**. Local: Universidad Externado de Colombia, 2002. 100p.

NEVES, D.P. "Le développement d'une autre agriculture: le rôle des médiateurs sociaux". In: **Agriculture et ruralité au Brésil**: un autre modèle de développement. Paris: Karthala, 2001. p. 145-162.

NOFFS, P.S. “**Os caixaras de Toque-Toque Pequeno**”: um estudo de mudança espacial. 1988. 134p. Dissertação de (Mestrado na área de Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1988.

NOGUEIRA, F. do A. “**Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais**”: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 2006. 139p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006.

OSTROM, E. **Governing the commons**: The evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 280p.

PÁDUA, J.A. de. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004. 318p.

PAOLIELLO, R.M. “Remanescentes de quilombos”: redes sociais e processos políticos. **Perspectivas**, São Paulo v. 32, p. 127-159, jul/dez, 2007.

PARADA, I. “Mudanças socioambientais de comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso” In: DIEGUES, A.C. **Enciclopédia Caiçara**: o olhar do pesquisador. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/CEC, 2004. v.1. 382p.

PECQUEUR, B. “O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul”. **Raízes**, Campina Grande, v.24, n.1/2, p.11-22, 2005.

PIETERSE, J.N. "My Paradigm or Yours? Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development." *Development and Change*. Institute of Social Studies. Cambridge: Published by Blackwell Publishers, 1998. v.29 p.343-373.

PINTO, N.A.V.D. “Avaliação química das folhas, limbos e caules da taioba (*Xanthosoma sagittifolium* Schott) visando seu aproveitamento na alimentação humana”.1998. 88p. Dissertação de (Mestrado na área de Ciências dos Alimentos) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1998.

PUTNAM, H. The collapse of fact/value dichotomy and other essays. **Library of the congress cataloguing-in-publication Data**. Harvard University Press, 2003. 208p.

QUEIROZ, R. da S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 136p.

QUILOMBOS DO RIBEIRA. Disponível em: <<http://www.quilombosdoribeira.org.br/comunidades/5/51>>. Acesso em:24 jun 2009.

RAHNEMA, M. Participation. In: SACHS, W. **The development dictionary**. London;Joannesburg: Witwatersrand University Press; Zed Books, 1995. 306p.

RAYSSAC, S. **Tourisme et devenir des territoires ruraux: jeux d’acteurs, discours et requalifications de la ruralité dans trois Pays du sud-ouest français**. 2007. 615p. Thèse (em Géographie) – Aménagement, Institut de Géographie Daniel Faucher, UMR Dynamiques Rurales. Université de Toulouse II, 2007.

REIS, C.B.F.C.B. “As comunidades remanescentes de quilombo do litoral sul-fluminense”: notas preliminares sobre a história contada nos seus laudos. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14, 2010, Rio de Janeiro. **Papéis...** Rio de Janeiro: Unirio, 2010. 5p.

REJU. **A revista da rede juçara**. v.3 3. Set. 2011. Disponível em: <www.redejucara.org.br>. Acesso em: 29 dez 2013.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 480p.

RIVERO, O. de. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no século XXI. São Paulo: Vozes, 2003. 222p.

ROBEYNS, I. The Capability Approach: a theoretical survey. **Journal of Human Development**, London, v. 6, n.1, p. 93-117, Mar. 2005.

ROBEYNS, I. Sen’s capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities. **Feminist Economics**, Houston, v. 9, n.2 /3, p.61 – 92, 2003.

RODRIGUES, C.L. “**Limites do Consenso**”: Territórios Polissêmicos na Mata Atlântica e Gestão Ambiental Participativa. 2001. 279p. Tese de (Doutorado, na área de Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

ROEMER, J. Inequality Reexamined. by Amartya Sen Review. **The Philosophical Review**, cidade, v.103, n. 3, Jul., 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2185798>Acesso em: 11 abril 2013.

ROUANET, S.P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 352p.

ROUX, B.; BOINON, J.P. “A incorporação do desenvolvimento sustentável nas políticas agrícolas e rurais na França”. In: MORUZZI MARQUES, P.E.O. **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais**. Piracicaba: LES/ESALQ/USP, 2010. p. 39-80.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Fundap e Studio Nobel, 1993. 103p.

SAHLINS, M. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” pt.1: **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.41-73, 1997.

SAHLINS, M. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” pt.2: **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.103-150, 1997.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1990. 218p.

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678p.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001. 374p.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Editora, 1987. 58p.

SANTOS, K.M.P.D.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 194p.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.5, n.10, p6, 1.sem. 2002.

SCHNEIDER, S. “A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, p. 164-184, abril, 2001.

SEIXAS, C.S.; KALIKOSKI, D.C.; ALMUDI, T.; BATISTA, V.S.; COSTA, A.L.; DIOGO, H.L.; FERREIRA, B.P.; FUTEMMA, C.R.T.; MOURA, R.L.; RUFFINO, M.L.; SALLES, R.; THÉ, A.P. “Gestão Compartilhada do Uso de Recursos Pesqueiros no Brasil”: elementos para um Programa Nacional. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 14, n.1, p.23-44, jan-jun. 2011.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 302p.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Tradução: Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes – São Paulo: Cia das Letras, 2011. 496p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416p.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução: Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 408p.

SILVA, M.R.F. **Ciência, natureza e sociedade**. Natal: Livraria da Física, 2010. 152p.

- SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. "A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF – Infra-estrutura e Serviços." In: SCHNEIDER, S; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: 2004. p. 147-174.
- SILVEIRA, C.M. "Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso". In: SILVEIRA, C.M.; REIS, L.C. (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária; Rits. 2001. 12p.
- SIQUEIRA, P. **Genocídio dos Caiçaras**. São Paulo: Editora Massao Ohno, 1984. 94p.
- SOUZA, J. **A construção social da sub-cidadania**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. 207p.
- SOUZA, J. "A gramática social da desigualdade brasileira". In: **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. UFMG: Belo Horizonte, 2006. 396p.
- SOUZA, J. "A Sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?" **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n.45, p.47-67, fev, 2001.
- SPINK, P. K.; CLEMENTE, R.; KEPPKE, R. Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n.1, p.61-69, jan-mar, 1999.
- SUGDEN, R. "Commodities and Capabilities", **The Economic Journal**, Oxford, v.86, n.383, p.820-822, Sept.1986.
- SUGDEN, R. "Welfare, resources and capabilities: a review of inequality reexamined by Amartya Sen". **Journal of Economic Literature**, Oxford, v.31, n.4, p.1947-1962, Dec. 1993.
- SVENDSEN, L. (2010). **Moda: uma filosofia**. Rio de Janeiro: Editora, 2010. 224p.
- TATTO, N.; PASINATO, R. (2010). **Projeto Conservação, Recuperação e Uso Sustentável do Palmito Juçara nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (PDA 048-MA)**. São Paulo: ISA. Disponível em :< https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10357.pdf>. Acesso em :14 dez 2013.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 427p.
- TURATTI, M.C.M. (2002). **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Mandira/Cananeia-SP**, 2002. 50p.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2012. Oyster Producers' Cooperative of Cananéia, Brazil. **Equator Initiative Case Study Series**. New York, NY. Disponível em: <http://www.equatorinitiative.org/images/stories/winners/41/casestudy/case_1_1363900125.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- VALENTIN, A. Comércio Marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS DA ABPHE, 6., 2003. **Anais ...** Ribeirão Preto: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. 68p.
- VEIGA, M.P.T. **Comparação da tolerância fisiológica (temperatura e salinidade) entre as cracas (Crustacea, Cirripedia) *Fistulobalanus citerosum* Henry, 1974 (espécie nativa) e *Amphibalanus reticulatus* Utinomi, 1967 (espécie invasora)**. 2009. 68p. Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Pós-Graduação em Ciências – Área Zoologia, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, 2009.

VEIGA, J.E. **O Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 226p.

WALSH, V.C. **Scarcity and Evil.** Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1961, 259p.

WERLE, D.L. **A ideia de justiça e a prática da democracia.** Novos Estudos –São Paulo: CEBRAP, 2012. p. 153-161.(Novos Estudos,92). 2012.

ANEXOS

1. Autorizações para realização da pesquisa
2. Área da Reserva
3. Roteiro de entrevista – Mandira
4. Lista de Entrevista
5. Relatório Projeto BEPE/FAPESP – Bolsa em Pesquisa no Exterior – Université de Toulouse II
– Le Mirail